

# MONOGRAFIA IFCH-UNICAMP

**EUA**  
**OS NEGROS**  
**QUEREM ESTA**  
**LIBERDADE**

**Representações**  
**da Realidade**  
**(1966-1970)**

2003  
nº 13  
DOCUMENTO:  
O QUE PRETENDEM  
OS NOSSOS PAIS?

INÉDITO:  
40 SÉCULOS  
DE FUTEBOL

TRAGÉDIA:  
A TERCEIRA  
GUERRA MUNDIAL

**MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA**

**veja**  
DIA 9 NOVA REVISTA SEMANAL

**Representações da Realidade**  
**(1966-1970)**

**MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA**

## **MONOGRAFIA**

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

**Diretor:** Prof. Dr. Arley Ramos Moreno

**Diretor Associado:** Profª Dra. Nádia Farage

### **Comissão de Publicações:**

Coordenação Geral: Profª Dra. Nádia Farage

Coordenação da Revista *Idéias*: Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção *Idéias*: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari

Coordenação das Coleções *Seriadas*: Prof. Dr. Lucas Angioni

Coordenação da Coleção *Trajetória*: Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Coordenação dos Cadernos do IFCH, Monografia e Cadernos da Graduação:

Profª Dra. Suely Kofes

Representantes dos Departamentos: Profª Dra. Maria Suely Kofes – DA, Prof. Dr. Armando

Boito Jr. – DCP, Prof. Dr. Lucas Angioni – DF, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – DH e Prof. Dr. Marcelo Ridenti – DS

Representantes dos funcionários do setor: Marilza A. Silva, Magali Mendes e Sebastião Rovaris

Representantes discentes: Fábio Scherer (pós-graduação) e Rafael Rodrigues Testa (graduação)

### **Setor de Publicações:**

Marilza A. da Silva – Magali Mendes – Maria Lima

### **Gráfica:**

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcílio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

## **Endereço para correspondência**

IFCH/UNICAMP

**SETOR DE PUBLICAÇÕES**

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 3788.1603 – Fax: (019) 3788. 1589

morewa@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

**SOLICITA-SE PERMUTA  
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão  
IFCH/UNICAMP

Capa: Revista *Realidade*, setembro de 1968.

**MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA**

**REPRESENTAÇÕES DA REALIDADE  
(1966-1970)**

Monografia premiada no XII Concurso de Monografias (2003) de alunos  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP

**PROFA. DRA. MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES**  
Orientadora

## BANCA

Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes – Orientadora – Depto. de Sociologia do IFCH

Prof. Dr. Marcelo Ridenti – Depto. de Sociologia do IFCH

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca – Depto. de História do IFCH

“- Há um ditado do Partido que se refere ao controle do passado – disse ele. – Repete-o, por favor”.

- “Quem controla o passado, controla o futuro, quem controla o presente controla o passado” – repetiu Winston, obediente.

- “Quem controla o presente controla o passado” – disse O’Brien sacudindo a cabeça devagar. – Na tua opinião, Winston, o passado tem existência real? (...)

- Não és metafísico, Winston. Até este momento, não havia considerado o que significa existência. Farei uma frase mais precisa. O passado existe concretamente no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?

- Não.

- Então, onde existe o passado, se é que existe?

- Nos registros. Está escrito.

- Nos registros. E em que mais?

- Na memória. Na memória dos homens.

- Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros, e controlamos todas as memórias. Nesse caso, controlamos o passado, não é verdade?

- Mas como podes impedir que a gente se lembre das coisas? – exclamou Winston, de novo se esquecendo do mostrador. É involuntário. Está fora do indivíduo. Como podes controlar a memória? Não controlaste a minha! (...)

- Ao contrário – disse ele. – Foste tu que não a controlaste. Por isso estás aqui. Estás aqui porque fracassaste em humilde disciplina. Não queres fazer o ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiste ser lunático, minoria de um. Só a mente disciplinada pode enxergar a realidade, Winston. Crês que a realidade é algo objetivo, externo, que existe de per si. Acreditas também que é evidente a natureza da realidade. Quando te iludes e pensas enxergar algo, julgas que todo mundo vê a mesma coisa. Mas eu te digo, Winston, a realidade não é externa. A realidade só existe no espírito, e em nenhuma outra parte. Não na mente do indivíduo, que pode se enganar e que logo perece. Só na mente do Partido, que é coletivo e imortal. O que quer que o Partido afirme que é verdade, é verdade. É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do Partido. É esse o fato que deves reaprender, Winston. Exige um ato de autodestruição, um esforço da vontade. Deves te humilhar antes de recobrar o juízo.”

Cena da tortura de Winston Smith, aprendendo as regras do duplipensar.

ORWELL, George. 1984, tradução: Wilson Velloso, SP: Cia. Editora Nacional, 15ª ed, 1982, pp. 230-231.



## Sumário

Agradecimentos.....	9
1. Sobre a realidade.....	11
Do ofício.....	13
Do objeto.....	14
Forma e conteúdo da mediação.....	16
2. O Cubo Mágico [1966].....	19
A acomodação das peças em seus devidos lugares.....	19
A forma e a fórmula da representação.....	21
A suspensão da descrença ou o acordo ficcional.....	30
O dizer e o interdito: a alegoria.....	32
Para além da esquerda e da direita, nem a favor ou contra.....	36
A polêmica como crítica cultural.....	44
3. Caleidoscópio [1967-1968].....	49
A Voz do Dono e Os Donos da Voz.....	49
A censura ou a realidade apreendida.....	52
A desconstrução do mito comportamental.....	57
Clímax, epílogos e surpresas: o repórter-aventureiro.....	63
4. Intervalo para o fim de um projeto [1968].....	71
Profissionalização e mudança da mediação.....	71
Fim do intervalo.....	75
Saída discreta pela porta dos fundos.....	76
A queda.....	79
O novo golpe e o fim.....	82

5. Cacos de vidro [1969-1970].....	85
Após o Ato .....	86
Os motivos: intervenção, ação e coesão.....	87
Silêncio e colaboração.....	89
6. Por uma conclusão.....	97
Constatações.....	97
Itinerários.....	99
ANEXO I: As imagens da realidade.....	103
ANEXO II: Matéria e memória.....	117
Canção do subdesenvolvido (1962).....	117
Notícia de Jornais.....	120
ANEXO III: Jornalistas e Colaboradores .....	131
1966.....	131
1967.....	132
1968.....	132
1969.....	133
ANEXO IV: Distribuição das matérias .....	135
Fontes Consultadas .....	139

## Agradecimentos

Apesar deste ser um exercício solo de trabalho, é necessário – como de costume – agradecer algumas pessoas, extremamente importantes para que a monografia pudesse ser feita.

Meus pais, Wilson e Maria Helena, que mesmo não compreendendo muito bem o quê, como, por quê e para quem faço meu trabalho, ofereceram-me sempre suporte incondicional para que eu o continuasse fazendo. Ao meu pai, por me contar histórias, por ter sido leitor de Realidade e por um dia ter me pedido que as jogasse fora. À minha mãe, por seus conselhos e por me ensinar a contar histórias. Ao meu irmão, Wilsinho, por comprar histórias e ter sido o primeiro a me estimular escrevê-las.

Maria Lygia Quartim de Moraes, minha orientadora, por ter se interessado por um objeto de pesquisa que nem lhe era tão interessante assim. Esses últimos anos foram um longo processo de aprendizado, parceria e realizações que me ensinaram a crescer e ver a História e a Sociologia com outros olhos. Sou grato por ter merecido lugar também em seu projeto de pesquisa intitulado *Documentos e Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política – Brasil (1964-1982)*, sob o qual essa monografia foi construída.

Sou extremamente grato por ter sido aluno de Michael MacDonald Hall, quem considero um grande amigo. Seu estímulo e atenção, após quatro anos de nosso primeiro contato, são incomparáveis. Obrigado pelas lendárias folhas amarelas, pelas dicas e apresentações. Graças a ele pude conhecer Beatriz Kushnir e Ítalo Arnaldo Tronca, fundamentais para essa monografia. Beatriz foi muito atenciosa cedendo seu trabalho a mim e apresentando-me virtualmente a Adalberto Leister Filho (que um dia espero poder conhecer pessoalmente), cuja monografia, cedida descompromissadamente, iluminou muitas dúvidas e hipóteses pessoais. Prof. Ítalo foi muito gentil aceitando, um dia, conversar comigo sobre jornalistas e ética; bem como, posteriormente, ao aceitar o convite para ser parte da banca deste trabalho. Ele também é um dos agentes históricos do texto desenvolvido logo mais. Flávia Biroli também tem sua parcela de responsabilidade aqui. Ter sido seu aluno e interlocutor foram momentos de extrema leveza e gentilezas intelectuais que espero poder retribuir algum

dia. Ao Prof. Marcelo S. Ridenti sou grato por ter aceitado o convite de participar da banca de defesa do meu trabalho.

Laymert Garcia dos Santos, José Luiz dos Santos, Fernando Antônio Lourenço, Miriam V. Gárate, Élide R. Bastos, Ângela C. Araújo, Mauro Almeida germinaram em mim o prazer pelo pensamento e pela atividade intelectual. Não há como retribuir. Muitos insights aqui presentes têm débito impagável em suas aulas.

Os funcionários do AEL são elementos-chaves desta pesquisa. Ema, Isabel, Cleo, Fernanda... Infelizmente não sei o nome de todos, mas sei o quanto foram importantes para mim e para tantos outros pesquisadores que ainda passarão pelo Arquivo Edgar Leurenroth. Tenho de agradecer a Mário Martins Lima não só pela solicitude com que sempre me atendeu, mas também por compartilhar comigo sua invulgar erudição, experiência de vida, piadas históricas, capuccinos com chocolate, cafés expressos, jantares e sessões de cinema no IEL. Aprendi muito com ele.

Alessandra Bagatim foi minha companheira de viagem em um ano de trabalho sobre ditadura militar. Seu sorriso, suas idéias e dúvidas foram estímulos constantes e tornaram nosso trabalho menos penoso. Paulo Gajanigo, Fernanda de F. Gonçalves (*Canecalón*), Mariana M. Chaguri (*V 2.0*) e Felipe G. Gava Cardoso (*Señor Gava*) são inestimáveis amigos e interlocutores intelectuais de altíssimo nível. As reuniões do *Sociedad* e as discussões que travamos em outros espaços serão sempre inesquecíveis. Os colegas que participaram dos dois Encontros de Humanidades também têm sua parcela de responsabilidade na maneira como penso. Marcos Monteiro Rabelo, grande amigo, cético e provocador, foi o responsável pelas imagens retiradas no AEL. Sem ele, essa monografia seria mais um texto cinzento e eu perderia um dos meus argumentos de prova. Conhece-lo e partilhar de suas idéias foi algo inesquecível também.

Bom, em quatro anos de graduação se conhece muita gente e se recebem muitos estímulos. A maior parte dos livros utilizados aqui foi comprada após muitas conversas agradabilíssimas com Andréia Lisboa, vendedora do Sebo do IEL. Emanuele L. V. Seco foi responsável por muitos momentos relaxantes e divertidos, que me permitiram escrever grande parte deste texto. Heidi e Renata Monezzi tornaram a vida mais engraçada. Lurdinha me manteve acordado. Meus vinis, cds e livros literários conferiram o arcabouço espiritual para o exercício da escritura. Seus músicos e autores serão sempre credores de algo que jamais poderei pagar. E eu sinceramente espero não ter esquecido de alguém importante.

## 1. Sobre a realidade\*

Ao se voltar os olhos para o passado, deve-se tomar o cuidado de não romancear os fatos. Pintá-los com uma tinta que não lhes condiz, tentar formatá-los num padrão que satisfaça ao ego, mas não a uma memória comprovável é uma empreitada fatal.

Contudo, da mesma maneira, ao se voltar os olhos para o passado, deve-se voltar a repensá-lo, a tentar explicá-lo, o que implica o uso de método científico e percepções pessoais. É uma situação de paradoxo que sempre será cotidiano de qualquer um que o faça. Faz-se necessário explicar o processo histórico e o movimento de seus agentes, rearranjando-os de maneira fidedigna.

Em especial, se se quiser refletir sobre o cotidiano que se quer concreto, acerca dos fatos que se querem reais e fiam trajetórias e memórias. Qualquer tentativa é uma construção; qualquer construção é arbitrária. Toda e qualquer arbitrariedade deve ser justificada, quer por seus métodos, quer por seus objetos ou pelo futuro que retornará a pensá-la.

Nesse sentido, o que é o *real*? Como se definir a *Realidade* ou *uma realidade*? Através do que se vê, do que é concreto ou do que se pensa que se vê, do que se faz, do que se sente na mente? Se tomar por base das coisas concretas e visíveis, uma porção de outros elementos perceptíveis e inegáveis estarão grotescamente excluídos (para elencar os mais básicos: sentimentos, classes sociais, o ar etc.) Mas se for pela via do que se representa no cérebro, outras facetas do real sensorialmente perceptíveis são deixadas ao largo. As correntes Empirista e Idealista de pensamento se digladiaram nesse debate que parece ser teleológico e interminável. Todavia, Marx, na Terceira Parte da Introdução à Crítica da Economia Política [1857]<sup>1</sup>, oferece uma síntese deveras interessante

---

\*Uma ressalva: Tanto quanto foi possível, tentou-se manter a ortografia original dos documentos consultados, datados em quase quarenta anos, em sua maioria. Entretanto, o programa de edição de textos utilizado não permitiu, em boa parte das vezes, que isso fosse possível. Acentos circunflexos que significavam sons fechados na representação textual ortográfica antiga, portanto, foram omitidos.

<sup>1</sup> MARX, Karl. *O Método da Economia Política [Terceira Parte]*, tradução: Fausto Castilho, *Primeira Versão*, vol. 71 Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1997.

ao problema quando diz que o concreto não o é enquanto não for ordenado (representado) na mente. Nessa perspectiva, o concreto é uma síntese de múltiplas determinações caóticas que passam a fazer sentido, passam a ser representadas de maneira ordenada quando submetido ao julgamento da posição social em que se encontra aquele que o observa. Logo, representá-lo e fazer dele uma idéia é um problema social. Uma postura de classe e de ideologia, no estrito rigor da proposição, que conduz a um *confronto de realidades*.

A *História do Tempo Presente*, a História analisada de tempos recentes e quase imediatos se debate, entre outras, com esse tipo de questão. Quando se tenta uma síntese de algo em curso, d'algo não muito distante em tempo e espaço, como fazer? Quando existem discursos que reivindicam posturas (que defendem seus posicionamentos e atacam o de outros) e sujeitos agentes desses discursos ainda se apresentam vivos? Ao se reivindicar a memória de um fato, deve-se ter em mente que é uma representação requerida que poderá eliminar outra(s). Essa memória poderá passar ao presente e ao futuro como algo absolutamente factível e aceitável, enquanto outros sujeitos, politicamente vencidos, são eliminados, mortos em vida, sem direito à resposta.

Logo, o conceito de *Realidade* nunca pode ser afirmado de maneira categórica. Ele é sempre, nessa acepção, uma construção política, uma reivindicação de uma memória sobre um fato a ser lembrado socialmente e que é excludente. Ao tratar de *memória social*, deve-se retomar a discussão seminal de Maurice Halbwachs em *A Memória Coletiva*<sup>2</sup>. Falar de memória só fará sentido em termos coletivos aqui. O sociólogo francês acredita que lembrar sozinho de algo que os outros não se recordam (ou são forçados a não se recordar) é algo totalmente improdutivo. O que se lembra ou o que se quer lembrar deve ser contextualizado e ritualizado (nos assim chamados espaços sociais de memória: museus, arquivos, exposições, livros etc.). A memória coletiva é um terreno de reivindicações.

Em termos de fatos recentes, o plano dos discursos é um terreno de armadilhas, pois os sujeitos ainda estão vivos, ainda têm algo pelo que queiram zelar ou que desejam esconder. Tanto mais complicada se torna a discussão quando se reflete acerca de regimes autoritários e de exceção, em geral. As

---

<sup>2</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, tradução: Laurent Leon Schaffter, SP: Vértice, 1990.

participações dos sujeitos sob essas condições são sempre duvidosas, imprecisas, contribuindo para isso tanto a *História Oficial* (ou, melhor: a que muitas vezes se constrói como sendo a verídica, chamada por alguns de *História Oficial*), o resguardo de documentos e o silêncio dos *perdedores* e dos *vencedores*.

## Do ofício

Pensar o papel da Imprensa, nesse aspecto, é um desses campos cheios de embates acirrados entre Memória e História, realidade e ficção. *Todo ofício possui suas ilusões*. As do jornalismo, assim como de diversos campos científicos, são os princípios básicos da *imparcialidade* e do *compromisso com a verdade dos fatos*. Se assim não for, ao menos para a Grande Imprensa<sup>3</sup>, o processo não funciona. O senão mortal é que se trata de um auto-engano, se levado conceitualmente ao extremo. A ilusão da verdade, do posicionamento neutro, do contar os fatos tais como eles se deram se perde na arbitrariedade da seleção das palavras, da construção das frases, do enfoque das objetivas, do enquadramento das cenas, nos editoriais etc. Esse é um primeiro momento em que o véu cai. O segundo se apresenta com um simples exercício de idéias: A Grande Imprensa é uma empresa, um negócio. No Brasil, em sua maioria, trata-se de um negócio de família (os Civita, do Grupo Abril; os Marinho, do Globo; os Mesquita, do Grupo Estado de São Paulo; os Frias da Folha de São Paulo etc.) em sua parcela mais conhecida. E sofre pressões para dar lucros, como qualquer empreendimento. Essa é a sua lógica. *Capcioso pensar que o argumento imparcial sairá comprometido dessa relação?* Absolutamente, não.

Como convivem, portanto, a ética do jornalista e a voz do dono? E quem, de fato, é o dono da voz? Em certas ocasiões, ela não é do fundador e nem está dentro dos jornais e suas relações, como bem analisaram Paolo Marconi e Bea-

---

<sup>3</sup> Está-se chamando por *Grande Imprensa* os grandes grupos empresariais de informação e comunicação. A contrapartida, a *Imprensa Nana* (como foi chamada por seus opositores. Ou *Imprensa Alternativa*, como se convencionou estudá-la), é sempre caracterizada como uma espécie de veículo marginal, sem grande investimento de capital e surge em situações sui generis. Voltar-se-á a tratar do assunto. Cf: Capítulo 5 desse trabalho.

triz Kushnir<sup>4</sup>. Nesse caso, a imparcialidade é um daqueles conceitos que somente devem ser usados quando necessário? Quando por um lado se têm pressões por lucros; por outro, a adoção ou imposição de uma linha editorial; e, por fim, os próprios interesses dos grupos empresariais (e do Estado) que têm contratos, subsídios e compromissos a cumprir que, num ambiente tão instável como a América Latina, podem ser comprometidos a qualquer hora, a transparência vítrea da verdade é atacada por um senso de sobrevivência opaco? Os fatos deixam de ser brancos ou pretos e retornam à zona cinzenta do pragmatismo de sobrevivência? É possível ser imparcial nessas condições, tanto mais no contexto brasileiro dos anos 60 do século passado?

## Do objeto

É do interesse dessa monografia estudar quatro anos específicos de uma antiga publicação da Editora Abril S.A., a revista *Realidade*, no contexto dos primeiros anos de governo do regime militar instaurado pelo golpe de Estado de 1964 (em 31 de março ou 1º de abril? Mais um embate de memória). O estudo se preocupa em analisar seções da revista (a saber: *Editoriais*, *Cartas ao Leitor e dos Leitores* – em momentos polêmicos – *Brasil*, *Comportamento e Internacional*) para traçar seu perfil nos primeiros e decisivos anos (tanto de tal publicação, como da ditadura), antes, durante e imediatamente depois do Ato Institucional n.º 5 de dezembro de 1968.

Deseja-se entender quais foram as formas de representar a vida cultural e política do país entre os anos de 1966 e 1969, buscando primordialmente em seu texto (mas não só: também em fotografias e outras imagens) as pistas para compreender as estratégias do dizer, do expressar em tempos de ditadura militar.

Busca-se também testar as hipóteses de vários autores e protagonistas do processo histórico em questão, ao afirmarem que há uma tensa linha de força

---

<sup>4</sup>Cf: MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1979)*, SP: Global Editora, 1980 & KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalista e Censores do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2001.

entre jornalistas (profissionais de redação e repórteres) e donos de jornais e revistas. O método encontrado para analisar isso em *Realidade* foi um exaustivo estudo do texto confrontado com o contexto (à luz de bibliografia especializada), bem como o uso de histórias de vida (memórias) dos próprios profissionais que compuseram a equipe de profissionais daquela publicação.

A escolha de tal revista se justifica por três aspectos principais: a inserção histórica; o fato de a Editora Abril ser um veículo da Grande Imprensa e de ser ter alguns estudos acadêmicos sobre a revista, mas ainda em número insuficiente, sendo esta mais uma contribuição.

Seguindo as proposições de Michel Foucault<sup>5</sup>, demonstrando que os discursos de uma época são os retratos representativos dela mesma, está-se pensando a Grande Imprensa como uma construtora de um certo tipo de retrato, de uma representação particular que deixa traços residuais, ainda hoje, irreduzíveis. Roland Barthes<sup>6</sup>, em seus estudos sobre Semiologia e Teoria Literária, afirma categoricamente que toda palavra é carregada de arbitrariedade, imersa num sentido que almeja algo, deseja-o e tem como objetivo um efeito. Quais podem ser os efeitos de textos, num certo momento, que são nitidamente desviantes de uma situação de autoritarismo, publicados com conteúdos desagradáveis aos novos atores no poder? E será que são realmente desviantes e desagradáveis esses textos?

Há autores, como o sociólogo Roberto S. C. Moreira, que afirmam que *Realidade* foi apenas um produto mercadológico, tendo a Abril a felicidade de tê-la editado num momento extremamente contracultural. Ou seja: a inovação e o ineditismo que comumente são atribuídos a essa revista seriam devedores mais do contexto em que ela se encontrava que aos seus jornalistas ou ao seu Projeto Editorial. Tratar-se-á de verificar essa hipóteses, seguindo a metodologia.

---

<sup>5</sup> Isso está presente em todos os trabalhos de Foucault. O exercício prático dessa proposição pode ser confirmado, principalmente, em *Vigiar e Punir: História do Nascimento das Prisões* (acerca do discurso jurídico) e *História da Loucura na Idade Clássica* (acerca do discurso médico).

<sup>6</sup> Cf. BARTHES, Roland. *Aula*, tradução: Leyla Perrone-Moisés, SP: Cultrix Editora, 1980; & BARTHES, Roland. *S/Z*, tradução: Lea Novaes, SP: Nova Fronteira, 1992

## Forma e conteúdo da mediação

Quando se está pensando no problema da construção do real (ou, aqui: na construção e representação do concreto) é impossível passar ao largo de questões como forma e conteúdo, aparência e essência. Numa perspectiva cara às interpretações marxistas de Gyorgy Lukács, a forma jamais se separa do conteúdo. Um certo tipo de discurso, um determinado padrão literário, corresponde diretamente a uma formação histórica, a um grupo socialmente determinado. É assim que o autor identifica a forma romanesca (o gênero do romance) à emergência da sociedade burguesa e de seus representantes. A Teoria Crítica de Frankfurt se apropriará desse viés e demonstrará que a relação entre aparência e essência é contraditória e paradoxal, chegando a um patamar *quase* insustentável<sup>7</sup>. Esse descompasso conduz uma situação ilusória e sustentada pela alienação dos sujeitos do processo histórico (que não se reconhecem enquanto tal e não lhe são dadas as condições para se perceber assim).

No plano da representação do concreto, esses problemas caminham de mãos dadas. A imprensa é um dos mediadores da desordem, na sociedade moderna, do que se vê ou do que se desconhece com os olhos e ouvidos de um ser, muitas vezes alheio e estranho ao seu próprio ambiente (que dirá a outros). Não só media como cria a percepção, orienta o olhar, direciona os ouvidos, alimenta os assuntos, cria novas narrativas, como o afirmou Walter Benjamin em seu ensaio sobre *O Narrador*. E ela também é subordinada a outros interesses mediadores, como já foi explicitado. Sem a sombra do rigor, a pergunta que se faz é eminente: Uma determinada situação histórica tem como correspondente *medias* que a espelham? A resposta talvez fosse óbvia se, na proposta lukacsiana da apresentação do *típico*, da correspondência, ainda não existisse um viés de tipificação; ou seja, tornando mais claro: a correspondência é satisfeita na medida em que não haja dinâmica ou a sua possibilidade. *Realidade*, por exemplo, segundo o autor deste trabalho, é um escape dinâmico. Que durou pouco, é verdade.

---

<sup>7</sup> Cf. LUKÁCS, Gyorgy. "Nota sobre o Romance". IN: NETTO, José Paulo (org.). *Georg Lukács: Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 20, SP: Ática, 1981.; ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*, tradução: Guido Antônio de Almeida, RJ: Zahar Editores, 1985.

Não se está abandonando as idéias de forma e conteúdo. Apenas observando-se alguns de seus traços. Esses e outros serão objeto desse exercício de imaginação sociológica. Retornando à proposição de Adorno e Horkheimer, aparência e essência dentro de uma sociedade capitalista e industrial são embates submetidos à lógica interna dessa própria sociedade. Ou seja: a contradição, que linhas atrás se afirmou quase insustentável, se mantém porque lhe é intrínseca tal situação. É uma característica do sistema capitalista e das relações sociais que ele estabelece, que estão fundadas em relações sociais de tipo industrial. Adorno argumenta que a extensão dessa característica de tais relações sociais é abrangente a todos os patamares da vida social moderna ocidental. E é aqui que entra o prisma da indústria cultural.

Desnecessário dizer que a fonte de onde a Teoria Crítica bebe é no pensamento marxiano. Marx já aponta no primeiro capítulo de sua obra de maturidade intelectual, *O Capital*<sup>8</sup>, o processo pelo qual os fetichismos da mercadoria e do capital se impõem na sociedade. Os frankfurtianos (em especial, Adorno) ampliam e desenvolvem essa posição ao afirmar que esse fetiche atinge a esfera cultural, tornando os produtos do espírito títeres da lógica industrial. O termo, portanto, é a junção bizarra de duas esferas que não poderiam caminhar juntas (indústria e cultura) mas que pela lógica interna do sistema assim estão. É o ápice da fetichização ou um de seus pontos culminantes. Todo o processo de alienação do gênero humano se concretiza na medida em que nem mesmo as suas aspirações e criações mais pessoais podem lhe ser assim denominadas.

A reprodução em série de tais produtos espirituais obedece a uma lógica de produção industrial, repetitiva e alienada. Vale ressaltar que as decorrências de tal processo são encaradas de formas algo diferentes por Adorno e Walter Benjamin, ambos altos representantes da Teoria Crítica, que se debruçaram sobre a questão. Todavia, tal distanciamento não parece interessante para esse trabalho, uma vez que ao final, há pontos iguais de conclusão dos autores<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> MARX, Karl. *O Capital*, Tomo I, Vol. I, RJ: Record, 51ª ed., 2000

<sup>9</sup> Benjamin, em seu famoso texto *A Obra de Arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, analisa o processo de reprodução da imagem, verificando as diferentes técnicas de fazê-lo (xilografuras, fotografias, cinema etc.). Ele observa que, para além de uma lógica industrial e até mesmo da perda da essência original do objeto artístico [o seu conceito de *aura*] existe um aspecto até mesmo revolucionário de poder ampliar o número de sujeitos a serem atingidos com essa nova configuração da arte. Adorno, com seu pessimismo fundamental, chamará

Ainda que rápida – já que se trata de uma introdução – essa passagem pela indústria cultural se fez importante, pois demonstra quão intrincados estão os problemas do concreto, da representação, da mediação e de como eles se dão na sociedade capitalista num certo momento do século XX.

Ora, *Realidade* é um produto da indústria cultural brasileira. É um produto da lógica desse sistema já citado. Até um certo momento (idos de 1970), é relativamente diferente, mas ainda assim é um produto. A Editora Abril<sup>10</sup> construiu um leque diferenciado de mercadorias culturais destinadas a nichos segmentados e segmentadores de mercado consumidor – uma vez que o mercado não existe por si só; ele é construído e daí se tenta uma relação de correspondência entre produtos e interesses/classes sociais<sup>11</sup> – como o leitor de *Quatro Rodas*, *Cláudia* etc. e mais tarde *Veja(e leia)* e outras publicações que não especificamente tinham intenção de transformação social através da informação. A lógica é uma relação de lucro, de diversificação capitalista do maior número possível de mercadorias para o maior número possível de consumidores-leitores. Sendo assim, explica-se a diversificação de temas de matérias num mesmo número [12 temas que não se repetem]. O leque se monta, segundo os editores, para saciar uma fome de saber premente. Cabe perguntar de quem é a mão que fornece a comida.

---

isso de vulgarização, que conduz inexoravelmente a uma sociedade de massas, amórfica e controlada. É importante ressaltar que Benjamin não nega o lado negativo do processo; entretanto, não se prende só a ele.

<sup>10</sup> Para uma história da Editora Abril, vale verificar: MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da UNICAMP, 1997.

<sup>11</sup> Exemplo clássico: Existem leitores de livros antes que os livros existam? Não. Então é falacioso afirmar que uma publicação se destina a um público-alvo. Ela o cria, em primeiro lugar. Posteriormente, pode vir a ser alterada pelo mesmo. Cf. COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*, SP: Pioneira, 1973.

## 2. O Cubo Mágico [1966]<sup>1</sup>

### A acomodação das peças em seus devidos lugares

Em 1964, o Estado brasileiro se vê diante de uma alteração drástica nos rumos de seu processo político. Talvez nem tão drástica assim, pois desde 1961, apresentam-se sérias complicações na tentativa de manter a legalidade da democracia. Se a História for revisitada, poder-se-á observar os prenúncios dessas alterações no ano de 1954; os mais atentos dirão, então, que 1964 é apenas o desfecho retardado de algo que não seria inevitável. Desnecessário dizer que se está tratando, respectivamente, do golpe de Estado cívico-militar que derrubou o governo de João Baptista Goulart em 31 de março [ou 1º de abril]; da ascensão e estranha saída de Jânio Quadros do poder, passando o bastião deste a Jango; e, por fim, da malfadada tentativa de um golpe em agosto de 1954 que somente não se concretizou, dentre outros motivos, por conta da antecipação do então presidente Getúlio Vargas, suicidando-se.

Pinçando apenas três datas específicas da História do Brasil Republicano, minimamente, pode-se observar alguns pontos em comum: a participação ativa dos militares nos altos patamares do poder (o que não é novidade); a imersão dos grupos articulados da sociedade civil no tensionamento das relações do Estado (seja para eleição, renúncia ou deposição do chefe de Estado – e seja ele quem for); a temática de uma crise econômica, perpassando por tentativas (populistas ou não) de resvalar nas alteração das estruturas de distribuição de renda e interesses, cristalizados, para alguns, na tradição e na propriedade; e, para ficar apenas nesses, a inegável participação ativa dos grupos de comunicação. Aliado a todos esses fatores, cabe a perspectiva de que o Brasil nunca conviveu muito tempo com estruturas democráticas e respeitosas a uma legalidade constitucional, sendo esta usada e reivindicada apenas quando se fez necessário<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Faz-se alusão aqui a um brinquedo da década de 80, o *cubo de Rubik* ou *Cubo Mágico*. Consistia numa pequena figura geométrica com seis faces e três colunas diferentes em cada face, segmentadas em quadrados coloridos. Ficou famoso pela dificuldade de se igualar as cores, que se alteram cada vez que as colunas, as faces e as linhas [que formam os quadrados] se movem.

<sup>2</sup> Cf. CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, SP: Perseu Abramo, 2000 & CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*, SP: Brasiliense, 1986.

À deposição de Goulart em 1964, seguiu-se uma série de medidas para, segundo os novos atores em cena, assegurar os rumos de uma *revolução democrática*. Pode ser considerada como uma fase de acomodação do golpe e seus agentes no bloco do poder. *Como todo Golpe de Estado que mereça essa acepção*, ele não se isolou em si mesmo: seus principais opositores (estudantes ativistas; sindicatos; militares, em geral de baixa patente; políticos; um certo grupo de imprensa num certo momento; um determinado filão da Igreja Católica etc.) foram sistematicamente silenciados em processos, IPMs (Inquéritos Policiais Militares), censuras, torturas e mortes. De imediato, as medidas se deram sutis – se comparadas ao futuro. Tão suaves que quase todos os grupos supracitados apoiaram a *Linha da Sorbonne* (ou os primeiros militares que subiram ao poder, compondo o grupo de Castello Branco, tidos como de uma tendência *mais branda*, que pressupunha a intervenção militar como uma operação cirúrgica que, posteriormente, conduziria o poder aos civis, num futuro breve.), com o intuito de fazer retornar o país aos bons rumos que ele sempre, segundo os defensores do golpe, seguiu.<sup>3</sup>

Dentre estes grupos, apoio significativo proveio da Grande Imprensa.

Os fatores elencados como catalisadores do golpe criam a percepção de que o mesmo não se sustentou apenas no movimento daqueles que almejavam o poder. Lastreados por uma bem articulada pressão social, da pequena-burguesia e de frações da classe dominante (respectivamente: os grupos pela *Tradição, Família e Propriedade – TFP*; industriais, banqueiros, políticos etc.) receosos de medidas que feririam seus interesses eternos em detrimento das opacas medidas e posicionamentos de Jango à esquerda; a crescente hostilização da Grande Imprensa\*, em sua maioria pertencente aos grandes grupos de pressão já citados ou tendo relações com eles; e, por fim, um cenário internacional já não mais favorável ao populismo e às cartadas econômicas do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (um cenário bem mais restri-

---

<sup>3</sup> Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, SP: Ática, 1987; COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura (1964-1985)*, RJ: Record, 1998; ALVES, Maria Helena M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, tradução: Clóvis Marques, RJ: Vozes, 1985; TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do Golpe*, Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\* Ver Anexo II, com matérias coletadas sobre o golpe, um dia após ter sido executado.

tivo, com inflação alta, dívidas e dificuldades de captação de recursos), bem como com a evidente preocupação norte-americana em não ter outra Cuba no maior pedaço do seu quintal.

Mais que justificada, portanto, a visão parcial dos golpistas e de seus simpatizantes de que havia uma *escalada da baderna, da desordem e do caos* em curso. Visão apoiada por quem teve condições de depôr um presidente eleito e só não o fez antes por falta de melhor ambiente.

Como já foi dito, os idos de 1964 e 65 se dedicaram, entre outras coisas, a continuar a limpeza do terreno, isolando e desarticulando o que ainda havia de oposição *democrática* (ainda não se configuram os grupos de esquerda armada ou guerrilha, que só se constituem a partir de 1967 com Marighela e a ALN). A UNE, seus CPCs (União Nacional dos Estudantes e Centros Populares de Cultura), partidos aliados de Jango e seus simpatizantes (PTB, PDS, PCB etc.), sindicatos e trabalhadores, baixas patentes e seus quartéis. E a Grande Imprensa?

### A forma e a fórmula da representação

Louis Althusser, em seu clássico trabalho *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*<sup>4</sup> chama a atenção para a dupla necessidade do Estado: produzir as condições materiais de sua sobrevivência, simultaneamente à reprodução de sua legitimidade no pensamento dos indivíduos. Esse duplo movimento é intrinsecamente irmanado, pois as relações produtivas, na perspectiva althusseriana, determinariam a formação ideológica de uma certa estrutura social. O aparecimento da ideologia como mecanismo de sustentação de uma certa ordem se faz através dos aparelhos de Estado destinados a esse fim: a Família, a Religião, o Direito, o sistema político, o sistema de informação (Imprensa, Rádio, Televisão etc.), a cultura etc.

Muito bem. Se a Imprensa é um aparelho ideológico de Estado (AIE), mais uma vez sua defesa da neutralidade é ferida. Pois, nessa acepção, significa que

---

<sup>4</sup> ALTHUSSER, Louis. *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*, tradução: Walter Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro, RJ: Graal, 1985.

ela está associada ao próprio Estado ou a alguma classe ou fração de classe<sup>5</sup> componente da hegemonia do Estado. Reproduzir condições imaginárias de existência – no sentido de instalar uma visão parcial do concreto na mente de seu público – não é somente um dever, mas uma condição única caso queira ver seus interesses também assegurados. Isso ajuda a entender o por quê, nos dias seguintes ao golpe, os principais grupos empresariais de informação do país veicularam, em seus editoriais, manifestações de apoio ao novo governo e execução ao antigo e às suas ações<sup>6</sup>.

A limpeza do terreno, o discurso da ordem, a promessa de novos ventos e o apoio de seus AIE podem ser, em linhas gerais, um panorama desses primeiros meses do novo governo. De maneira ampla, pode-se dizer que 1964 e 1965 são anos de acomodação a uma nova situação. *Sou o síndico de uma massa falida*<sup>7</sup>, diria Humberto de Alencar Castello Branco em um de seus discursos. E, entre outros fatores, é o que permite ao editor da mais nova revista da Editora Abril S.A., Victor Civita, publicar em abril de 1966 as seguintes linhas:

“Temos o prazer de apresentar o primeiro número de **REALIDADE**, nôvo lançamento da Editôra Abril. Há 16 anos vimos editando revistas para o público brasileiro, acompanhando a extraordinária evolução do País. O Brasil vai crescendo em tôdas as direções. Voltado para o trabalho e confiante no futuro, prepara-se para olhar de frente os seus muitos problemas, a fim de analisá-los e procurar solucioná-los. E é por isso que agora surge **REALIDADE**. Será a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. Pretendemos informar, divertir, estimular e servir a nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos comunicar a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre País, e nas reali-

---

<sup>5</sup> *Bloco no poder e fração de classe* são conceitos elaborados por Nicos Poulantzas, em seu livro *Poder Político e Classes Sociais*. O autor grego baseia-se em Marx [principalmente n' *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*], Antônio Gramsci [com o conceito de hegemonia] e Louis Althusser [estruturalismo marxista e ideologia] para conceber que uma classe social pode se fracionar, ainda que constitua *um bloco no poder*, uma vez que as frações possuem interesses específicos [ex: burguesia seria um bloco (classe) no poder; burguesia financeira, comercial, agrária, industrial etc. seriam suas frações de classe, visando interesses próprios mas unidas por um objetivo comum: assegurar sua hegemonia em detrimentos de outras classes].

<sup>6</sup> Ver ANEXO II.

<sup>7</sup> Cf. COUTO, Ronaldo Costa. *Op. cit.*

zações da livre iniciativa. Assim é, com humildade, confiança e prazer que dedicamos **REALIDADE** a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente para viver melhor o futuro.

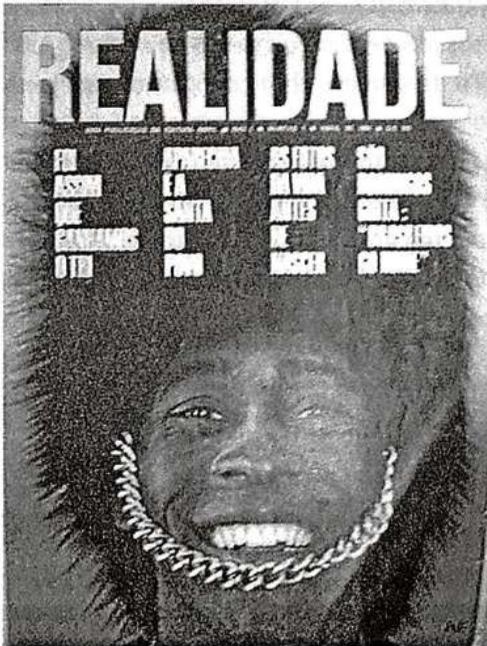
Victor Civita.  
Editor e Diretor.<sup>8</sup>

Essa carta ao leitor evidencia uma série de perspectivas interessantes. Ela é o texto inaugural da revista e como tal, pressupõe que guie as páginas e edições seguintes nessas intenções editoriais. Se for feita uma breve digressão sobre a capa do n.º 1, a peculiaridade se acirra. Na capa, encontra-se a foto de um Pelé sorridente com *busby* – chapéu da guarda real inglesa – na cabeça. Que se estanque essa imagem.

O retorno ao texto deixa entrever um tipo de *projeção de sentimento* de que tudo *vai bem e está certo* no país. **Passado, presente e futuro** se articulam numa única linha em que confluem a História Brasileira (político-cultural); uma espécie de destino manifesto do povo brasileiro e a própria história da

revista (projetada num futuro inexoravelmente promissor alicerçado no passado da Editora). Em verdade, a figura do passado é evocada como base frutífera e mantenedora para os três personagens apresentados no texto. Não faria sentido, portanto, a presença de um passado violento compondo tal imagem.

A aposta no futuro é uma superposição do presente. Aliás, este último é o que menos aparece naquelas linhas. A projeção das esperanças cria a percepção de um caminho indubitavelmente bom e, quiçá, melhor que o vivido [presente].



<sup>8</sup> Realidade, n.º 1, p.3, 1966.

Voltando à capa: Pelé sorridente, enfocado em primeiro plano prendendo a visão do leitor à sua imagem. Confirmação do editorial, que mais poderia ser melhor que o símbolo da eficiência brasileira no passado, no presente e no futuro? Que outra figura poderia ser trazida à baila além da *inquestionável* superioridade brasileira com a bola no pé? Sintetiza-se no rosto do mais famoso jogador de futebol mundial a confiança num povo dócil [bem como de um grupo social, os *negros*], trabalhador, harmonioso (a representação mítica comum ao negro no Brasil), bem como a confluência dos tempos e das percepções.

*Conclusões óbvias por vezes conduzem-se por caminhos tortuosos.* O que permite que isso seja escrito em 1966?

O número 1 de *Realidade* não é o primeiro. Houve um zero (a que, até o momento, não se teve acesso) que fora distribuído de maneira exclusiva a empresários, políticos e personalidades da época para avaliar a publicação nascente. A equipe de jornalistas que comporá a primeira geração – até fins de 1968 – proveio, em sua maioria, de *Quatro Rodas*. Um trabalho de História Oral<sup>9</sup> conseguiu recuperar depoimentos de boa parte desse primeiro grupo (diretores, repórteres, fotógrafos etc.) e de sua aparente configuração *sui generis*. Retomar-se-á isso além.

É sabido que o estilo que a revista adotará a partir de seu primeiro exemplar não é o mesmo do número zero. Segundo as entrevistas que Leister coletou, a edição zero foi de uma indecisão e um aparar de arestas totais. Apresentou-se com três fotos na capa, versando acerca de três assuntos principais diferentes (uma sobre planadores, outra sobre analfabetismo e a terceira era uma reportagem fotográfica sobre a formação do feto).<sup>10</sup> Até mesmo seu primeiro diretor foi alterado, para dar lugar a Paulo Patarra que nesse posto permaneceria até 1968. É dele o projeto da revista, junto com Victor e Robert Civita.

As três fotos deram lugar a uma, que deveria se reportar a algo importante e diferenciado. Bem como as *chamadas* (títulos de outras matérias conti-

---

<sup>9</sup> FILHO, Adalberto Leister. *A Realidade em revista: a revista REALIDADE*. Monografia de conclusão de curso em História apresentada ao Departamento de História da USP. Agradeço a Beatriz Kushnir pela apresentação ao autor, bem como a este, pelo desprendimento com que cedeu seu trabalho.

<sup>10</sup> FILHO, Adalberto Leister. *Op., cit.*, p. 54.

das na edição, que vão à capa): tudo funciona como uma boa estratégia de mercado, para a conquista do consumidor. Em contraposição às concorrentes (*O Cruzeiro*, *Manchete* e as estrangeiras), a mais jovem publicação da Editora Abril se propunha a ser um equilíbrio entre textos e fotos.

A partir desse primeiro número, pode-se dizer que se têm em mãos as diretrizes básicas do que será a publicação. *A proposta é a de um instantâneo fotográfico do que se passa no momento, num Brasil que precisaria ser redescoberto. Uma fotografia da vida brasileira, da ciência, das artes, dos assuntos econômicos, internacionais etc.* E como toda imagem construída, como todo retrato numa tela, arrisca-se a perder a atualidade ou a projetar-se ao seu tempo; ao direcionamento do olhar de quem a vê e de quem a edifica.

A foto central, bem como as quatro chamadas e o título (a forma das letras, seu tipo e posição) sempre diferentes, mas na mesma composição, proporção de tamanho e importância, serão sempre iguais. Insiste-se monotona-mente nesses detalhes pois isso sofrerá alterações a partir de 1969 (e principalmente após 1970) que configurariam uma nova linha editorial, bem como um novo projeto da editora para a revista.

A percepção de um presente que não é necessário evidenciar transparece na seção *Panorama* do primeiro número (que alguma edições depois se denominará *Roteiro*). Essa seção tem a tarefa de dar conta da vida cultural do país, trazendo pequenos artigos de crítica literária, artística, cinematográfica etc. No primeiro *Panorama* de *Realidade*, a parte que coube verificar o mercado editorial, traz o seguinte artigo:

#### **“Revolução já não é mais assunto**

O assunto já está esgotado. Com essa razão comercial e sucinta, o editor Ênio Silveira explica o fim dos livros sobre a revolução de 31 de março de 1964. Um ciclo que em apenas 2 anos compreendeu 42 livros com 6.827 páginas e cerca de meio milhão de exemplares lançados no mercado (...) Dos 42 livros editados, 16 defendem o movimento de março de 1964, 15 condenam e 11 procuram analisá-lo ou documentá-lo imparcialmente. Nas vendas, os defensores foram batidos pelos críticos. Mas um livro a favor da Revolução conseguiu realmente ser um best-seller – Brasil, 1º de abril, de Araken Távora (...) O Ato e o Fato, de Cony foi campeão absoluto, com mais de 50 mil exemplares (...) *Embora tenham ocorrido algumas apreensões em uma ou outra cidade, por autoridades excessivamente zelosas, todos os livros contrários à Revolução*

puderam ser vendidos livremente, com exceção de um: O Golpe em Goiás, do ex-governador Mauro Borges que foi apreendido em todo o país, após terem sido vendidos uns 3 mil exemplares. Livreiros e editores acham enfim que só dois assuntos poderão vir a ser um filão tão rendoso como o movimento de 31 de março: a conquista da Copa ou a chegada do homem à Lua"<sup>11</sup>

É interessante notar que durante um bom tempo, essa seção permanece apócrifa, sem a especificação de quem a redige, mesmo na primeira página da revista, coluna à direita, onde se situam todos os nomes daqueles que a compõem, assim como suas funções. Num momento posterior, essa seção será assinada por um jovem jornalista chamado Paulo Henrique Amorim. Ou por Léo Gilson Ribeiro, que o substituiria mais tarde.

Focando no texto, chama a atenção a profusão de títulos sobre o golpe, tanto quanto sua vendagem. Ao que parece, para o articulista, o problema da análise do presente, seguindo os editores, está resolvido. Somente fatos que se projetam no futuro (e que têm um pé de apoio no passado) têm possibilidade de se concretizar. A garantia de fé que Civita faz na apresentação da revista se evidenciará em muitos outros momentos, tais como este. Trata-se, todavia, em uma frase, de censura. A grande pergunta é: isso é um procedimento comum para a Grande Imprensa?

Nessa edição, aparecerão ainda outros pontos sempre presentes na publicação. Destacam-se dois: *seção de perfis de personalidades nacionais e internacionais* e a *seção Brasil Pergunta*. A primeira é escrita por Luís Fernando Mercadante (nacional) e Alessandro Porro (internacional). Os textos de Mercadante foram considerados por seus pares como, senão os melhores, uns dos que tinham o mais apurado equilíbrio entre objetividade jornalística, leveza e estilo, segundo as entrevistas de Leister Filho. De fato, são bem escritos. Entretanto, salta aos olhos o apego excessivo a um certo tom intimista que em seus artigos têm, esmiuçando por demais a vida particular da personalidade. Ainda que em dados momentos do texto escapem pontos de ironia, a subjetividade exposta acaba por prejudicar uma leitura mais objetiva da dimensão do papel histórico do entrevistado. Todavia, os perfis de Mercadante têm no seu cerne, uma estratégia de *Realidade*, em seus primeiros anos: provocação e humanização da figura analisada, o que permite aproximação com o público.

---

<sup>11</sup> *Realidade*, n.º 1, p. 11, 1966.

Pode parecer estranho afirmar isso mas, existe um espectro de possibilidades na existência desses perfis. Se por um lado aparentam ser um exercício inexpressivo de atizar a curiosidade do leitor acerca da vida íntima, da infância, do casamento, da casa etc. da figura em questão, por outro evidencia personagens que não o deveriam ser. Trata-se de recurso estilístico, da forma de jornalismo proposta pelos profissionais da publicação. É o *new journalism*, de que se falará mais adiante.

Não caindo nos perigos do presentismo, nem da crítica fácil, pode-se chegar à conclusão de que fazer uma reportagem com, em média, dez páginas acerca de políticos cassados e figuras que, por motivos óbvios não deveriam ser notícia com destaque maior que uma nota de rodapé – quando muito – num contexto de golpe, é algo importante. E mesmo quando o objeto do perfil é membro do *establishment* – ou uma de suas estruturas, como o Congresso Nacional – um leve tom de crítica e/ou reprovação irônica se faz sentir.

Entretanto, o perfil dessa edição é de Alessandro Porro, sobre Roberto Campos, o então ministro do Planejamento de Castello Branco. Mercadante estava em São Domingos, na República Dominicana, onde analisa a participação da expedição do governo brasileiro (FAIBRÁS) e a repulsa dos dominicanos à interferência dos *pracinhas* em seus assuntos internos. É a reportagem *Brasileiros, Go Home*, que seria premiada.

Em ambos os casos, entretanto, as características elencadas se apresentam. No que tange aos soldados e a Campos, há um aspecto comum. Não passa despercebida a tentativa de fazer do leitor um íntimo da esfera militar e econômica; ambas, um segredo que poucos poderiam conhecer. A primeira, por conjuntura política; a segunda, por se tratar de assunto técnico e de acesso a poucos. *Precavendo-se do subjetivismo evasivo, pode-se afirmar que existe uma tentativa de humanizar essas duas esferas, com um sentido claro: evidenciação. Que não se espere nenhuma análise política mais apurada ou mais ácida. Contudo, o registro do fato e a exposição do mesmo conservam elementos dignos de um olhar mais detalhados em suas entrelinhas. Explorar-se-á isso com mais vagar.*

O segundo pilar assinalado é a seção em que aparecem, geralmente, duas figuras (do governo ou não), debatendo sobre uma pergunta/tema enviado por leitor. A seção *Brasil Pergunta* é composta por duas colunas, uma de Sim e a

outra de Não, assim como a foto de cada uma das personalidades que é convidada a se posicionar sobre o tema.

A revista assinala, logo no alto da página – sempre a última e sempre com ressalva – que as opiniões dos convidados bem como as perguntas dos leitores – sempre identificados – não correspondem à posição da publicação, bem como da Editora. *Realidade* não possui editoriais (a não ser para assuntos extraordinários), o que não a isenta de possuir uma política ou opinião editoriais. *Brasil Pergunta* mais que nunca é a tentativa de fazer da revista algo isento – ou de criar a sensação de. Por motivos genéticos já apontados, isso é falho.

A pergunta de abril é *Eleições Indiretas são democráticas?*

Conhecer a opinião de quem está na cena e quem dela foi expulso; saber o local de quem fala, para quem fala e como fala: talvez seja isso o que está em jogo aqui? Lições de Foucault: todo discurso é uma relação de poder<sup>12</sup>.

Nesse sentido que se apresentam como debatedores um deputado contrário ao governo – Vieira de Melo – defendendo o NÃO, argumentando que tal procedimento é o comum de um regime de governo ditatorial, se o governante não tenha sido eleito pelo povo; e o ministro Juraci Magalhães e o deputado Raimundo Padilha defendendo o SIM, valendo-se de argumentos como que a *revolução* era inexorável e resta saber como conduzir o país dentro de suas nova regras, o que não é inconstitucional.

Com esse primeiro número têm-se as bases das seções constantes de *Realidade* e que apresentam um sutil jogo relacional entre o dizer e o interdito. Constitui-se numa fórmula de sucesso, comparada com as concorrentes *Manchete* e *O Cruzeiro*, alcançando e mantendo por vários meses a inédita vendagem de 400 a 450.000 exemplares/mês. Sem assinaturas.

A ponto de na segunda *Carta ao Leitor*, de maio de 1966, Civita se congratular com o sucesso e capacidade da publicação atingir um público que, aparentemente, não era possível de ser alcançado:

#### **"Voto de Confiança**

O primeiro número de *Realidade* esgotou totalmente (...) E logo nos primeiros dias começamos a receber as cartas dos leitores. Cartas de advo-

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio, Coleção Leituras Filosóficas, SP: Edições Loyola, 8º edição, 2002. Ver especialmente as páginas: 7,8,9,10,36,37,49.

gados e operários, de professores e donas de casa, de estudantes e industriais(...) Tudo isso num país onde se costuma dizer que ninguém quer ler. Que teoricamente não está interessado em ciência, literatura, política internacional, economia ou uma série de outros assuntos considerados “difíceis”. Interpretamos o êxito de Realidade como um voto de confiança do público leitor(...)”.<sup>13</sup>

A universalidade a que a revista se propunha se refletiria mais uma vez nos temas abordados. Retorna ao *Panorama* o esgotamento da crítica ao *status quo*. Dessa vez, o alvo é a emergência das canções de protesto. Alude-se que sejam cópias de sua versão norte-americana. Ao mesmo tempo, fala-se em censura. Realidade faz questão de usar o termo e o fará mais vezes, seja para tratar de política nacional e seus congressistas ou para questionar as leis do governo em relação à liberdade de imprensa. Uma fração de classe descontente com o grupo no poder? Esse cenário já não seria mais possível dali algum tempo.

“A música de protesto não é coisa nova (...) Nos Estados Unidos, atualmente, estão em grande voga as protest songs referentes principalmente à guerra do Vietnã e à situação do negro. No Brasil, o samba político ou música subversiva como o chamam agora, veio com a bossa nova (...) Logo de início os autores de samba subversivo esbarraram com a censura. A música vai bem num show, passa fácil nos teatros, mas no momento de ser gravada e ganhar as paradas de sucesso é interceptada. A Canção do Subdesenvolvido, feita para o Centro de Cultura Popular da UNE, até hoje não pôde entrar no mercado. Uma gravadora de São Paulo soube, em pesquisa, que 100 mil discos da canção poderiam ser vendidos mas não chegou sequer a fazê-los(...)”<sup>14</sup>

A título de sanar dúvidas do por quê 100 mil discos, segundo a revista, não puderam ser vendidos, seguirá, em anexo, a *Canção do Subdesenvolvido*<sup>15</sup>.

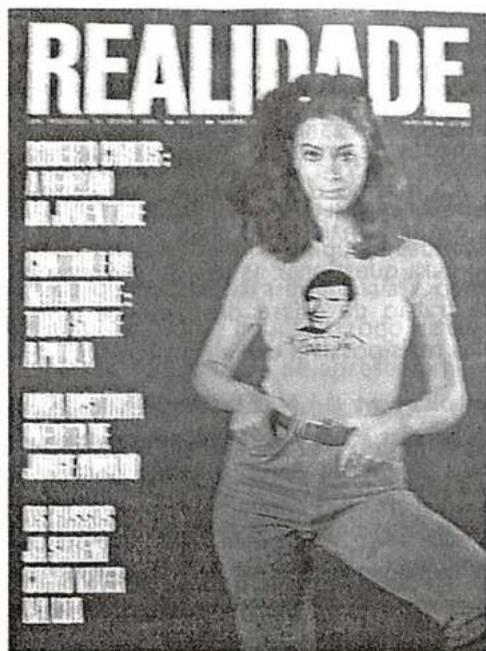
Ainda naquela edição, a revista traria outras matérias com a intenção de iluminar alguns dos debates em voga que constituirão a década de 1960 no período mítico que é. Um deles é o uso do anticoncepcional feminino e das

<sup>13</sup> *Realidade*, nº 2, p.3, 1966

<sup>14</sup> *Realidade*, p. 10, *op.cit.*

<sup>15</sup> Foi conseguida graças ao site do colunista político Franklin Martins (<http://redeglobo.globo.com/cgi-bin/franklinmartins/somnacaixa.cgi?ID=00106&PG=10>), onde podem ser encontradas na seção Som na Caixa, diversas canções (letras e músicas) de crítica política brasileira. Ver Anexo II.

implicações sociais que ele têm. A reportagem *Brasil, 60 milhões de pílulas por ano*<sup>16</sup> é bastante abrangente, tomando o cuidado de se valer de argumentos científicos (pró-método anticoncepcional). Esse é mais um pilar da revista, assentado na crítica comportamental, que sempre provocava alguma reação dos



leitores. Nesse viés de evidenciação, aquele número traria ainda os perfis de Jânio Quadros, por Luís Fernando Mercadante (*Jânio, Hoje*; pp. 117-122) e de Arthur da Costa e Silva, então ministro da Guerra de Castello Branco (*Feliz Aniversário, seu Arthur*; pp.26-29). Sem críticas. Uma outra reportagem que terá mais peso para os leitores nas outras edições é *Uma Vela contra o mar* (pp. 42-50), relato acerca de um lugarejo de pescadores e uma vida sem perspectivas no Ceará. Fora dos holofotes e tema incômodo, provocará cartas um tanto quanto estranhas, aludindo

que a revista queria denegrir a imagem do país. Narciso Kalili, autor dessa matéria, se especializará em fazer reportagens não-convencionais (racismo, drogas, submundo do crime etc.). No quinto capítulo, se explicará o por quê.

### A suspensão da descrença ou o acordo ficcional

Umberto Eco, em *Seis Passeios pelo Bosque da Ficção*<sup>17</sup>, afirma que entre o leitor e o autor se estabelece o que ele chama de *acordo ficcional ou o princípio da suspensão da descrença*: o primeiro finge que o escrito é real, verdadeiro

<sup>16</sup> *Realidade*, pp. 16-22, *op.cit.*

<sup>17</sup> ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*, tradução: Hildegard Feist, SP: Cia. das Letras, 1994.

(preservando a noção de que se trata de uma obra ficcional e, portanto, com um pressuposto não-real). O segundo se esmera em fingir dizer a verdade a um leitor que lê a narrativa *como se ela tivesse, de fato, ocorrido*. Eco mostra que o acordo ficcional funciona em grande parte das vezes pelo fato de fazermos o esforço de crermos no *mundo real*. E o discurso ficcional teria a função de formatar o tumulto da experiência quotidiana, criando e narrando estórias. O discurso jornalístico também se ampara no acordo da efetividade da verdade da desconfiança posta de lado; objetivada, entretanto, pela crença do leitor (e, como já se demonstrou, do próprio jornalista) de que o texto conserva em si a veracidade do real.

Pois muito bem. Se entre o leitor de periódicos e o redator de reportagens se cria um vínculo semelhante ao do acordo ficcional de Eco, nada mais simples que entender a idéia da crítica como uma exigência do leitor para com o autor (jornalista), reivindicando uma representação que seja a manutenção do acordo (ou uma espécie de resposta às expectativas). *Como se fosse uma eterna exigência*, o autor-redator deve permanecer fiel às primeiras impressões ou às primeiras expectativas às quais ele induziu o leitor.

É nesse sentido que em junho de 1966, é publicada a carta do leitor da Guanabara, Davi Carlos Reis, que segue abaixo, bem como a resposta do editor da revista:

#### **“Disfarce de esquerda**

Sr. Diretor: Tenho a impressão de que Realidade é francamente anti-americana e anti-religiosa, aparecendo nas suas páginas os mesmos disfarces esquerdistas de todos os tempos.

(Rio- GB) Davi Carlos Reis.

R. Realidade não é nem de esquerda, nem de direita. É pela democracia, pela livre iniciativa, por um Brasil mais próspero e feliz<sup>18</sup>

O que isso quer dizer? A reação dos leitores de *Realidade* manifestada nas cartas, se fará essencial em diversas edições. A publicação (com a voz do diretor/editor, mas não dos jornalistas ou fotógrafos) tentará sempre reafirmar seu caráter liberal, tentando passar à margem de posicionamentos políticos, alicerçando-se no compromisso com a verdade – e com a transmissão desta,

<sup>18</sup> *Realidade*, n° 3, p. 5, 1966. Grifos meus.

fidedignamente – ao leitor. Como se isso fosse algo de fato, o menor sintoma de quebra de expectativa ou de desagrado, aciona a contraparte do sistema, exigindo a fiança assinada. Todavia, é evidente que nesse caso, tratava-se de um credor desatento.

### O dizer e o interdito: a alegoria

Insistindo na temática do acordo ficcional como construtor da realidade, vale a pena analisar os dois textos de Mercadante na mesma edição. O primeiro versando sobre a então situação do Congresso Nacional (*Está aberta a sessão*) e o segundo, um perfil de Castello Branco (*Este é o Humberto*):

“São duas bacias: a menor é o Senado Federal e maior é a Câmara dos Deputados. Juntas, ambas formam o Congresso Nacional e constituem o Poder Legislativo(...) Há quem repita, como o deputado cassado Leonel Brizola, que as duas bacias são um grande clube(...) E há até quem afirme, mal-dosamente, que se fecharem suas portas, só quem estiver lá dentro que vai perceber(...).

(...) é dominante êste conceito: o pior dos Congressos abertos, será sempre melhor que Congresso nenhum. E não que êste seja o pior. É certo que ele perdeu muita gente boa(...) É certo que ele se submeteu como nenhum outro ao Executivo. Mas também é certo que não lhe restava nenhuma alternativa(...).

(...) Lá está funcionando o mais sofrido, o mais pressionado, o mais ferido e, sobretudo, o menos vigilante e o mais vigiado de todos os Congressos: a 5ª Legislatura que se instalou em 1963, que tem mais de seis meses de vida pela frente e que – ao que se espera – dará lugar, no próximo ano, à 6ª(...)

(...) A Constituição de 1824 estabelecia que aos parlamentares se devia dar o tratamento de “altos e poderosos senhores”. Hoje, eles não são nem tão altos, nem tão poderosos (...)”<sup>19</sup>

E ainda, sobre Castello Branco:

“(...) Certamente é a solidão que dá um ar vagamente triste a esse homem baixinho, de 65 anos de idade, feioso e tímido, capaz de exercer a presidência

<sup>19</sup> *Realidade*, n°3, pp. 18-22, 1966.

da República com a segurança de quem recebe apenas uma promoção a mais em sua carreira (...).”

“Dizem as más línguas que o SNI não funciona às segundas-feiras, dia em que não circula a maioria dos jornais. Pelo sim ou pelo não, o certo é que o Governo dificilmente é surpreendido pelo inesperado”<sup>20</sup>

Em ambos os textos, uma alta carga irônica é empregada para tratar de dois assuntos tensos. Bem como o uso da metáfora para aludir a uma situação de decadência e paradoxo. Como se fosse uma descrição literária, Mercadante faz seqüenciais alusões ao estado em que se encontram as Casas que deveriam, em tese, ser autônomas e zelar pelos interesses dos cidadãos brasileiros, mas que, naquele momento, estavam sob o jugo do Poder Executivo. Em nenhum momento dos excertos (mesmo nos textos completos) se faz qualquer tipo de alusão aos termos golpe, ditadura etc. Entretanto, simultaneamente, o leitor avisado é lembrado parágrafo após parágrafo sobre esses fatos e suas decorrências. Nada precisa ser explicitado quando tudo já é.

Retomando algumas idéias de Marconi e Kushnir, entre a Grande Imprensa e o Estado se fez – e se faz – um pacto de não-agressão mútua que, por um lado, impede a evidenciação dos fatos; contudo, por outro, pode provocar às vezes, até mesmo dentro dos grandes veículos, buscas por válvulas de escape para dizer o que não deve ser dito. O perfil do marechal e de seu aparato de governo conferem dupla comprovação a isso.

Não gratuitamente se faz referência às idéias de Eco. O pensador italiano propõe que existe uma necessidade de se ficcionalizar a realidade – uma necessidade de narrar histórias que é própria do humano – que, em última instância, poderia ser denominado como artificialização do mundo. Não o é, entretanto, pois uma vez que ambas as partes (autor-narrador / leitor) estabelecem entre si um acordo; o que é muitas vezes inverossímil, torna-se real.

Lançando mão de noções como de *leitor-modelo* / *leitor-empírico* (e as mesmas categorias valem para o autor), Umberto Eco qualifica o processo narrativo como um entendimento particular entre aquele que lê e o que conta histórias. O leitor-modelo é o que corresponderá aos anseios do autor, lendo a obra sem questioná-la, sem procurar falhas em sua construção, identificando-se com ela, lendo-a como o autor gostaria. O leitor-empírico também lerá o texto

---

<sup>20</sup> Realidade, p.52-57, *op.cit.* Grifos meus.

com a mesma dedicação e boa vontade que a contraparte modelo. Entretanto, ele penetrará a tal ponto no enredo que será capaz de exigir comprovação do que está escrito, saindo da esfera da ficção, buscando o texto no real. Ou melhor: querendo estabelecer associações funcionais entre ficção e realidade, entre a narrativa e o mundo real. Exige-se do autor algo que talvez ele não esteja à altura de retribuir<sup>21</sup>.

O acordo ficcional, sendo uma necessidade, não poderia ser quebrado, portanto. A aproximação que se propõe é a seguinte: Se a imprensa é uma mediadora da experiência humana, *uma contadora de histórias*, ela também deve ter algum tipo de acordo (ficcional) com seus interlocutores. Em primeira instância, esse seria o do compromisso com a verdade. No caso de *Realidade*, a busca pela iluminação de um cotidiano, ainda que difusa. No que tange a um momento de exceção, em que certas estórias não podem e não devem ser contadas, vem à baila, muitas vezes, a *alegorização do mundo real*<sup>22</sup>, a *forma de dizer o interdito*. Os fatos (proibidos) passam a ser contados como estórias de ficção.

Isso não isenta, de forma alguma, a participação e tomada de posição da Imprensa no processo político. A forma que *Realidade* adota para apresentar suas notícias aos leitores é sintomática. Em jornalismo é chamada de *livro-reportagem* ou *new journalism*, o que, em linhas gerais, significa o tratamento objetivo da notícia, mas simultaneamente a introdução de uma maneira diferente de contá-la, aproximando-se de uma certa licença literária, em que se têm personagens, enredo, clímax etc. Como numa narrativa.

O estilo do livro-reportagem (*new journalism*) é uma característica do jornalismo norte-americano da década de 1960, criado em New York e executado por figuras importantes como as dos jornalistas e escritores Norman Mailer, Truman Capote e Tom Wolfe. Adalberto Leister Filho argumenta que a técnica do livro-reportagem busca, originalmente, tratar de questões e de figuras do cotidiano não-habituais, de forma não-habitual também. Em sua já citada

---

<sup>21</sup> Sobre isso, verificar, especialmente, os quarto e quinto capítulos, respectivamente: *Bosques Possíveis* e *O estranho caso da Rue Servandoni*.

<sup>22</sup> Cf. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde 1960-1970*, SP: Brasiliense, 1980 & GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "Alegoria, Morte e Modernidade" IN: *História e Narração em Walter Benjamin*, SP: Ed. da UNICAMP/Perspectiva, 1994.

monografia, vários repórteres da revista que lhe cederam entrevistas admitiram o uso da técnica, sendo a publicação considerada como a introdutora do estilo no Brasil. Literatura e Imprensa teriam mais a ver do que se imagina, portanto.

Essa longa digressão aqui feita se tornará – e já é – ponto-chave desta monografia. Valer-se-á da idéia de acordo ficcional (suspensão da descrença) como forma explicativa do texto jornalístico proposto por *Realidade* em suas diferentes fases, em especial nesta de que se trata agora. E é nesse sentido que se faz possível entender os dois últimos textos de Mercadante citados, que criam uma aproximação do leitor com o objeto da notícia. Paradoxalmente, uma aproximação afastada, já que o esmiuçar não é permitido ou seguro. A política e seus personagens são tratados de forma alegórica, onde se constrói levemente o espaço da crítica, mesmo que nos limites do consentimento, no âmbito do mercado de informações. Essa fórmula funcionará bem até o fim de 1967.

O acordo que se propõe para o leitor é: *Assegure-se de que nas páginas que se seguem, tudo o que se lê é verdade. Traz-se o que é necessário, possível e desejável que se saiba para ser uma pessoa moderna, bem informada sobre tudo (da Política Nacional às últimas descobertas do mundo científico). O espaço é livre e é possível discutir, argumentar, criticar, discordar. Não se teme a polêmica. E o compromisso de Realidade é informar.* Isso seria uma fala de autor-modelo. O caso empírico é bem mais complexo.

Ainda na mesma edição, *Brasil Pergunta* confirma a suposta voz do autor-modelo supra mencionada, ao publicar a questão *É verdade que, no Brasil, todo o poder está nas mãos dos militares?*<sup>23</sup> Sim e Não, os pratos da balança da isenção se apresentam. Tudo figura para o leitor como se tudo, de fato, fosse possível. Entretanto, de quem é a voz desse autor-modelo? Meramente do editor? Ou dos jornalistas que compõem a revista? Em última instância, o autor-modelo, nessa aproximação do jornalismo ao caso literário, é uma voz de seu tempo e de sua conjuntura.

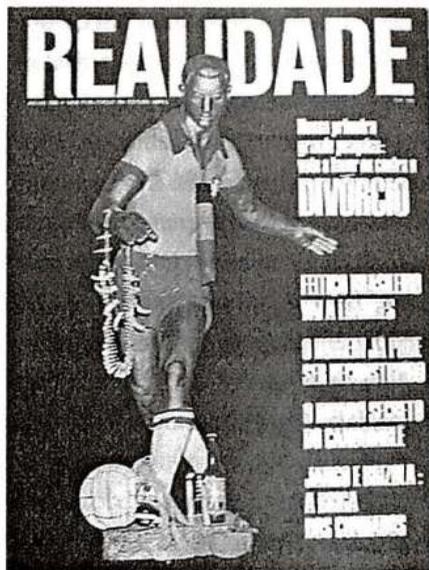
Em julho de 1966, a revista traz em seu bojo matérias importantes que, de certa forma, são exemplos de seu estilo adotado até 1968. Nesse seu número quatro, anuncia ter dado início à sua primeira grande pesquisa, versando sobre o divórcio. Em outros números, serão propostas pesquisas de igual polemicidade.

---

<sup>23</sup> *Realidade*, nº 3, *op.cit.*

dade, alcançando semelhante repercussão. É interessante refletir sobre o caráter dessas enquetes. Comece-se por essa:

José Carlos Marão é o autor do texto intitulado *Quando o casamento fracassa: desquite ou divórcio?* (pp.26-35), que faz o arcabouço factual da enquete proposta naquela edição aos leitores – estes enviaram suas respostas em prazo subsequente, para que os dados fossem avaliados e publicados. Como de praxe, a reportagem sobre o fim da união conjugal tenta – e consegue – abordar diferentes perspectivas de divorcistas e indissolubilistas, passando por concepções científicas,



do Direito, da Igreja e diversos casos reais. Aponta quão complexa é questão, atribuindo a polêmica entre o descompasso das letras jurídicas (Código Civil) e uma nova configuração da sociedade.

Apesar de se munir de diferentes espectros, a matéria é tendenciosa.

E não se afirma isso por conta de uma leitura feita com os olhos do presente. Os próprios jornalistas entrevistados por Leister Filho, dentre eles Marão, afirmaram: “Éramos todos divorcistas na redação”. A imparcialidade é um véu sobre a máscara de Medusa. A escolha da matéria se faz justamente no momento

em que se discute o tema no âmbito político, na Câmara dos Deputados, sob o projeto do deputado Nelson Carneiro. O que, certamente, direciona a posição dos leitores (ou a munícia).

### Para além da esquerda e da direita, nem a favor ou contra

E é nesses anos de acomodação da ditadura militar (e de composição de sua resistência) que é possível vir às páginas da publicação a matéria de Carmem da Silva<sup>24</sup>, estranhamente na Seção Humor, intitulada *Esquerda, Volver*<sup>25</sup>:

<sup>24</sup> Figura-chave nas redações das revistas femininas nos anos 60 e 70, militante feminista e simpaticante do PC. Ver mais sobre ela no quinto capítulo.

“À primeira vista se diria que o Brasil é, hoje em dia, o país mais esquerdezado da face da Terra(...).

E que rica, que fecunda, que estupenda multiplicidade sob a mesma etiqueta(...) *De modo que, aparências à parte, a direita entre nós não existe.* Mas é curiosa, é surpreendente, é admirável a coesão monolítica dessa inexistente entidade. *A direita não existe, mas é uma, unânime, uniforme, única, unida.*(...).

Não é fácil descrever as características das principais esquerdas em exercício – por ação, omissão ou falação – no Brasil (...) Cada cidadão tem direito à *sua* esquerda. E cada esquerda o direito de ter o *seu* cidadão.

A esquerda festiva é um gênero no qual cabem infinitas espécies e subespécies. Popularizou-se a tal ponto que até ganhou abreviatura: (...) os atualizados dizem apenas a *festiva* (...).

Para ser notório dentro da festiva é preciso dominar certas técnicas de comunicação em massa. Não importa tanto *o que* se comunica nem *a quem*, contanto que seja bem participante. A questão é atingir o maior número possível de pessoas, por via da sensibilidade estética, é fazer criação engajada, mesmo que a mensagem social se perca no caminho.

O festivo que aspira à notoriedade tem de compor, tocar, cantar, poetar, recitar, mimicar, escrever, editar, representar, dirigir, filmar, pintar, expor – enfim, fazer algo mais que piadas contra o governo (...).

O povo, em geral, é o pequeno-burguês que se entusiasma no teatro (a quatro mil cruzeiros a poltrona)(...) O povo é a jovem universitária, batendo o ritmo com suas delicadas mãos e gritando que ela já não está disposta a plantar para dividir: ah, isso ela não faz mais não. O povo é o filhinho-de-papai ligeiramente transviado (a ambigüidade aqui é proposital: o transviado pode ser tanto o papai como o filho) (...).

O povo mesmo – o proleta, o Zé marmita, o desempregado, o barnabé-miúdo, o trabalhador rural (será que ele existe mesmo?) – de nada fica sabendo. Assim as mensagens da festiva se propagam em ondas concêntricas, perdendo a força à medida que se afastam do centro da emissão (...)

Esquerdistas, hoje em dia, são todos os que, por um motivo ou outro, por razões objetivas ou subjetivas, estão pedindo o pescoço do Governo. Mas este sabe, com a certeza dos fortes, que isso, precisamente, ninguém vai conseguir“.

Trata-se de matéria sardônica sobre a esquerda brasileira. Defende e critica, na esfera do humor (talvez a única possível para tratar do assunto) um

---

<sup>25</sup> Realidade, nº 4, 1966., pp.100-104

Os anúncios de locais para refinação de açúcar, de curtumes, cerâmica, serviços de marmoraria, fábricas de carros, de charuto, de biscoito, chapelaria, fábricas de massas, bebidas, arados, semeadeiras, máquinas para beneficiar arroz e café, fábricas de fogão, de móveis, ladrilhos e flores artificiais aumentaram significativamente. As indústrias voltadas para a produção de maquinário agrícola continuavam expressivas na cidade, mas dividiam espaço com outros tipos de produção.

O destaque dos anos 1910 e 1920 é o grande número de importadores de ferragem, tubos de aço e materiais de construção. Com isso, havia também uma oferta imensa de serviços de funilaria, tanoaria, fundição, serraria, caldeiraria, além de anúncios sobre locais especializados em instalar encanamentos de água, esgoto e gás. Esses serviços estruturaram-se a partir da formação das ferrovias na região e das indústrias para produção de máquinas para beneficiamento. Conclui-se que esse desenvolvimento posterior do parque industrial campineiro resultou da infra-estrutura existente do final do século XIX com o desenvolvimento da economia cafeeira e das estradas de ferro (garantindo capital, mão-de-obra, mercado consumidor, abastecimento de matéria-prima e implantação dos serviços). Além disso, as indústrias alimentícias, de bebidas, vestuário e mobília puderam formar-se diante a importação anterior desses produtos, que criou uma demanda por eles.

No setor alimentício, nas décadas de 1910 e 1920 surgiam as importadoras de bebidas específicas ou de certos países, as frutarias, os açougues, restaurantes e, em grande quantidade, padarias. Além disso, continuou expressivo o número de armazéns de secos e molhados, que também podiam ser depósitos ou importadores de ferragem. Os anúncios de compradores de café, ferreiros, seleiros, marceneiros, instaladores de motores elétricos e lenhadores eram freqüentes. Característico desse período, era a oferta de serviços que garantiam a força motriz das indústrias, como a instalação de hidrelétricas e motores elétricos. Esse é mais um indício da formação de um parque industrial em Campinas, cujo abastecimento de matérias-primas (ferro) e tecnologia eram dependentes do mercado externo e de incentivos para a obtenção de infra-estrutura.

---

moral ou sociedade que der dinheiro a prêmio e a particulares ou em conta corrente em bancos ou instituição de crédito; os que fizerem transação e descontos de quaisquer espécies ou natureza, mediante caução ou hipoteca, sobre garantias de apólices ou título de personalidades jurídicas públicas, sociedades e corporações sobre ações de companhias, letras hipotecárias ou segurando as operações em espécies metálicas e pedras preciosas.

“É por essa época [do Show Opinião] que surge a chamada “esquerda festiva” ou ‘Geração Paissandu”. Ainda que pareça ambígua a nomeação de uma esquerda como festiva – num momento em que a grave derrota política anterior não poderia ser motivo para festas – ou, ainda, o fato dessa esquerda deslocar-se para as portas de cinemas da moda (Paissandu), é importante ver que essa ambigüidade traduz a própria novidade dessa nova geração que irá marcar o período: a festa é a marca de uma crítica ao tom grave e nobre da prática e do discurso político que caracterizava e definia a ação cultural da geração anterior. O princípio da festa a sua identificação como subversão provavelmente não estavam sendo percebidos quando a “velha esquerda”, ortodoxa, julgava de forma pejorativa e moralista a prática da “nova esquerda”, que se formava. A falta de acuidade em perceber o conteúdo da ambigüidade que une os termos esquerda+festiva é fatal, pois o discurso crítico produzido por essa nova geração irá constituir-se exatamente sob o signo da ambigüidade. Trata-se de uma esquerda que passará a criticar o discurso reformista e nacionalista do PC, absorvendo informações do processo de guerrilha revolucionária latino-americana e dos movimentos jovens que marcam as inquietações políticas em diversos países do ocidente e do leste na segunda metade dos anos 60”.<sup>27</sup>

Ainda tratando da festiva, Hollanda argumenta que:

“Impossibilitado de acontecer politicamente, o contato artista de classe média / povo passa a realizar-se em espetáculo. Mas essa representação – que é a representação mesma do lugar do intelectual ao lado do povo – já começa a ser questionada e passa a ser vista como incerta, como incerto era o momento (...) Show Opinião: dado novo, alegria, euforia, festa. No entanto a articulação entre as partes do show não deixa cair o sentido didático: no que a alegria começa a tomar conta, no que o envolvimento festivo ganha pé, estabelece-se rapidamente um corte para a explicação. De uma maneira geral, o movimento é oscilante: soltar o elemento novo (a alegria) e prendê-lo em seguida (a lição)”.<sup>28</sup>

O plano da crítica só encontra espaço possível no âmbito do espetáculo. Contudo, o direcionamento intelectual é patente, segundo Hollanda, contrapondo-se à intenção da *nova esquerda*. Ambigüidade e alegorização convivem também no texto de Carmem da Silva que, numa primeira leitura, é apenas algo

<sup>27</sup> HOLLANDA, Heloísa B. de. *Impressões de Viagem*, op.cit., p.33. Grifos e colchetes meus.

<sup>28</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 34-35.

para se rir e servir de munição ao argumento conservador. Entretanto, reforça a crítica do Partido Comunista, do qual a autora fazia parte, acerca dessa reinvenção da participação social proposta pela esquerda festiva. A desconfiança alegórica de Da Silva é a expressão crítica da *velha esquerda*, ator politicamente vencido no âmbito institucional. Jogo dos duplos sentidos, que mais uma vez servem para a autora escrever que:

“Ao contrário do símbolo, universal-concreto que exprime uma visão de totalidade, a alegoria, segundo Benjamin, é representação do outro, de vários outros, mas não do todo. Sua alusividade é pluralista, tende à diversidade. No mundo alegórico, o universo concreto aparece então desvalorizado: seus elementos valem uns pelos outros, nada merece uma fisionomia fixa. A alegoria, desta forma, denuncia uma atitude ambivalente em face da realidade. Podemos dizer nesse sentido que o procedimento alegórico é fundamentalmente crítico: não se prestando à construção de naturezas estáticas, ele mostra uma profunda desconfiança da realidade e da linguagem”.<sup>29</sup>

Como já foi escrito, essa duplicidade alegórica será uma constante nas páginas da revista em suas primeiras edições. Nesse caminho, há um aspecto de desvendamento que pode ser lido também de maneira dupla (ou até mesmo tripla): Assuntos que vendem interligados como uma possível válvula de escape à censura que, ainda não utilizada de forma semelhante tanto quanto no pós-A15, poderia ser acionada a qualquer momento. Como foi, segundo a Carta ao Leitor de setembro de 1966, edição nº 6:

“Neste número, REALIDADE, ia concluir a publicação da grande pesquisa focalizando o que os jovens pensam, fazem e falam a respeito de sexo. Poucos dias antes da impressão da segunda parte de “A Juventude diante do sexo”, entretanto, recebemos uma advertência do Exmo. Sr. Alberto Cavalcanti de Gusmão, Juiz de Menores da Guanabara, comunicando-nos que apreenderia a edição, caso publicássemos a conclusão da pesquisa. Na opinião do Juiz, o artigo era “obsceno e chocante”.

A nosso ver, não pode haver obscenidade num artigo que é apenas o retrato fiel do comportamento e das atitudes de uma parte representativa da juventude brasileira. Não inventamos este retrato. Também não o aprovamos, nem condenamos. Isso cabe aos nossos leitores (...)

---

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

Não querendo, mesmo assim, entrar em choque com o Juizado de Menores da Guanabara, resolvemos suspender temporariamente a publicação da parte final do trabalho, até que os Tribunais Superiores se pronunciem a respeito (...).<sup>30</sup>

A carta faz referência à pesquisa apresentada no n° 5 de agosto daquele ano. *A Juventude diante do sexo*, assinada por Duarte Pacheco e Ângelo Gaiarsa (pp. 68-81). Trata-se de pesquisa feita com mil jovens, de classe média e alta do Rio de Janeiro e São Paulo, em idade vestibular, para conhecer o que a juventude pensava a e sabia acerca de sexo. Quinhentos em São Paulo, 500 no Rio, divididos em 250 pelos sexos, responderam perguntas de aspecto amplo sobre orgasmo, casamento, namoro, amor, etc. Ignorância, preconceitos, anseios de liberdade, medo de ser livre, preocupações com a Moral etc. tudo isso transparece. Uma tentativa de construir um retrato da Juventude, procurando de



alguma forma entender seu comportamento. Interessante notar que existe a intenção dos articulistas de que a matéria fale por si, como que para imiscuir a si e à revista de quaisquer responsabilidades sobre os resultados (clarividente na Carta exposta acima).

A carta ao leitor é uma nota apócrifa nesta edição, tentando defender a imparcialidade da revista, demonstra a (auto) censura. As cartas dos leitores, elencadas pela Abril em setembro mostram, em sua maioria – 12 contra 1 – apoio à reportagem, congratulações, pedidos de maior abrangência para

outras capitais e uso da enquête para criação de guias de orientação sexual. Descompasso entre os leitores e o juiz? Tentativa da editora se defender com seus leitores, apresentando a reação das cartas? E quanto a estas cartas: todas aquelas que os leitores enviavam eram publicadas ou eram selecionadas para compor um quadro de respostas favorável/contrário a certo assunto? Mesmo

<sup>30</sup> Realidade, n° 6, 1966, p. 3.

não sendo este o alvo desse estudo<sup>31</sup>, é possível afirmar que raramente foram publicadas entre os anos de 1966 e 1969 cartas (ou um grande número delas) contrárias às revistas, às suas matérias ou à posição adotada pela publicação.

Seja como for, ainda naquele número seis, entre as páginas 22 a 26, *Realidade* volta à carga, como que oferecendo uma resposta ao procedimento do juiz de menores. É a matéria *Há liberdade no Brasil?*, de Luiz Fernando Mercadante:

“(…) Afinal, há ou não liberdade democrática no Brasil? Ou então, como vai a liberdade? Ou ainda, até onde vai a liberdade?”

Essas três perguntas têm diferentes respostas. De vinte pessoas abordadas numa rua de São Paulo, 17 recusaram-se a respondê-las, uma garantiu que existe a mais absoluta liberdade, outra assegurou que não há mais liberdade nenhuma e a terceira ficou no “mais ou menos”.

No Rio, o resultado não foi melhor: ao ouvir as perguntas, um motorista de praça pôs o pé no freio, acendeu a luz e pediu ao repórter que mudasse de assunto. Só depois continuou a corrida e sempre de luz acesa; um ascensorista parou o elevador entre dois andares e sussurrou que “com liberdade ou sem” terá que continuar subindo ou descendo (...) Há poucas semanas, por exemplo, o presidente da República, em discurso pronunciado em Maceió afirmava:

- Pode a Nação estar confiante de que, apesar das pausas e voltas a que fomos por vezes obrigados, não deixaremos de alcançar aqueles supremos objetivos da Revolução de Março de 1964, e que consistiam em salvar o Brasil para a democracia e assegurar ao País uma administração moralizadora.

(...) o jornalista Prudente de Moraes Neto, velho cronista político com passado liberal, declara quase solenemente:

- A Imprensa jamais gozou de liberdade mais completa no Brasil(...).

---

<sup>31</sup> Há uma dissertação de mestrado acerca do missivismo na Realidade, entre os anos de 1966 e 1968. Segundo a autora do trabalho, “As cartas de leitores publicadas na seção de correspondência da revista durante os seus três primeiros anos de circulação (1966-1968) serviram de fonte para esta pesquisa cujo principal objetivo foi mostrar que estes leitores não são apenas consumidores, receptores passivos das mensagens veiculadas pela revista. Ao contrário, são também produtores capazes de surpreender editores e autores ao escapar das armadilhas que estes tentam lhes impor”. [<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/USP/USP/DEDALUS/FULL/1215981?>]. Cf. MORAES, Letícia Nunes de Góes. *A Dança Efêmera dos Leitores Missivistas na revista Realidade (1966-1968)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História Social da USP em 2001.

Não pensam assim os diretores de um semanário do Rio, cuja redação foi invadida há um mês por um pelotão da Marinha de Guerra comandado por um capitão (...) Razão para a ocupação: um editorial publicado em outubro do ano passado.

Com sua experiência de muitos anos, o jornalista Carlos Castelo Branco, que serviu o Governo Jânio Quadros como chefe do serviço de Imprensa (...) fala sobre a liberdade de expressão com a sabedoria que aprendeu nos seus 16 anos de cronista parlamentar:

- Para assegurar sua liberdade de expressão, o comentarista político, nesta quadra de democracia consentida, necessita afirmar alguns dons do estilo, os que, por exemplo, propiciam a sutileza e os que travestem o mais cru realismo (...). O medo torna-se, se possível, um fator de bom gosto (...).

Flávio Tavares, redator da sucursal de um vespertino do Rio, em Brasília, prefere citar Graciliano Ramos:

- Liberdade completa ninguém desfruta. Começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social (...).

O bancário Carlos Alberto Mendonça, de São Paulo, leitor habitual de dois jornais, perguntado se sente nos jornais um cerceamento da liberdade respondeu:

- Sinto apenas que em São Paulo não existe nenhum jornal de Oposição (...).

O professor Gustavo Corção, intelectual católico faz uma profissão de fé na liberdade cultural brasileira: "O Brasil de hoje tem liberdade cultural, com tendências à licenciosidades porque as autoridades são tímidas e se deixam impressionar por **slogans** (...) Atualmente, é no mundo comunista que se encontra o modelo perfeito da falta de liberdade cultural. Nos países normais, a opinião é livre e a cultura espontânea, podendo acidentalmente ser proibida pelos poderes públicos, no caso de ofensa aos costumes ou perturbação da ordem. Não há, nem deve haver – em nenhum país do mundo – a liberdade absoluta que só existirá no céu" (...).

Dias Gomes, autor de *O Pagador de Promessas*, que viu proibida no Brasil a sua peça *O Berço do Herói*, assegura que só existe uma liberdade:

- A de se falar em liberdade. E, aliás, que se diga que quando num país se começa a falar muito em liberdade é sinal de que ela não existe ou está para desaparecer (...).

O jovem professor José Xavier Cardoso, da Universidade de Brasília, afirma: (...)

- Há áreas de ensino no Brasil, especialmente restringidas no exercício de sua liberdade: a da economia, a sociologia e a da política.

Entretanto, o professor Gama e Silva, Reitor da Universidade de São Paulo, assegura que “há plena liberdade de cátedra e a única restrição é à subversão”.

Como interferência na área do ensino e fora da Universidade a Oposição aponta: O jardim da Infância Pequeno Príncipe, de Curitiba, foi fechado pela Polícia e pelo Exército. Acusação: Subversão. Pouco depois, em Pernambuco, os alunos do Grupo Escolar Trajano Mendonça – mil crianças de seis a onze anos – receberam, armados de pedra e cantando o Hino Nacional, o forte contingente da Polícia Militar chamado para conter a revolta das crianças diante da substituição da diretora. Acusação contra a diretora: Subversão.

(...) O bispo tinha os olhos presos na cruz. Falou mansamente sem erguer a cabeça:

- Simpatizo com a Revolução, gosto muito do Presidente e acho que nem tudo está perdido. Acho mesmo que a liberdade está salva e que a carência dela é para garanti-la, robustecida amanhã. Mas a esta altura não quero e não posso me pronunciar sobre liberdade (...) quando dom Hélder é vítima de injustiças no Recife.” (sic).

O texto oferece potencialidades importantes para analisar as representações. O jornalista tenta imputar a marca da isenção, colocando a voz do discurso na sociedade; é ela quem diz o que está escrito. Todavia, a escolha dos entrevistados não é inocente, a categoria social a que pertencem também não. Alegorização do fato, possibilidade de escape à censura e de resposta a uma imposição de ordem superior. No terceiro capítulo desta monografia será empreendida uma discussão acerca dos embates entre a prática do jornalista (redação) e da editoria (em geral, o dono). Por ora, trabalha-se com a hipótese de que essas *válvulas de escape* que se tem tentado desmontar se devem bem mais aos primeiros que a este último.

## A polêmica como crítica cultural

Se a alegoria é um recurso importante nas relações com o poder, existe ainda, por outro lado a necessidade de se cumprir o acordo ficcional com o leitor. É necessário impressioná-lo, conferir-lhe a descoberta do *Brasil Grande* e

Real<sup>32</sup>, sem retoques ou trejeitos como em *Manchete* ou *O Cruzeiro*. Nessa edição aparecem ainda mais duas matérias que seguem essa linha. *Sou Padre e Quero Casar* (pp. 119-121) e *O que você pensa sobre o divórcio* (pp. 123-127). É de se perguntar o por quê estava na ordem do dia os assuntos sobre sexo, comportamento e política numa mesma edição. Resposta da Grande Imprensa ao *sufoco* do regime militar? Não. Ainda era 1966 e a situação não estava tão archoada quanto se tornaria nos idos de 1968. Esse mesmo traço de denúncia levemente ácida (Brasil Real) e jogo dos contrários (crítica nas entrelinhas) transpareciam no nº 7 de 1966, em matéria de Narciso Kalili – *Revolução na Igreja*, pp. 34-42, sobre os dominicanos, seu cotidiano e suas escolhas pela pobreza e engajamento político – e no nº 8, com *Coronel não morre*, de José Hamilton Ribeiro (pp. 28-35, acerca do abuso de poder dos coronéis com convivência do Estado), respectivamente dois exemplos paradigmáticos dessa rua de mão dupla do texto em *Realidade*.

O resultado da pesquisa sobre o divórcio lançado em julho do mesmo ano aparece na oitava edição (novembro/1966). A foto que abre a reportagem é a de



um par de algemas, sendo que um dos punhos está aberto, evidenciando o resultado da enquete e uma tendência sub-reptícia (como no caso de *A Juventude diante do sexo*) pró-divórcio. Novamente, é o povo quem fala ou o público, mas não a redação ou seus editores. E mais: a fala do público é contraditória, plural, beirando a um comportamento esquizofrênico. Perguntas que são excludentes entre si recebem respostas parecidas ou vice-versa. Pode-se depreender um duplo propósito: ataque à imposição do consenso moral (vigente no âmbito da so-

<sup>32</sup> MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a Banca de Revistas: o caso da Editora Abril*, op. cit.

cidade e imposto por uma situação de exceção) bem como o conjunto de ignorância acerca do tema a ser debatido, mesmo entre leitores intelectualizados.

No caminho desse número estão ainda o texto de Kalili sobre *A Nova Escola do Samba* (pp. 116-124), em que o autor faz uma breve história da *música de participação*, apontando a guinada sofrida no campo das artes, da bossa nova dos anos 1950 até aqueles tempos. Implicitamente, fica a crítica ao posicionamento de intelectuais, conformados com a situação.

"A revolução que João Gilberto, Antônio (Tom) Carlos Jobim e Vinícius de Moraes iniciaram na música popular brasileira continua, mas mudou muito. Nos objetivos, forma e conteúdo. (...) Ao contrário dos compositores do ié-ié-ié, os jovens da MPB são, de maneira geral, mais conseqüentes. Em seu protesto, vão além das danças exóticas, das botinhas, dos cabelos compridos e das lamentações – através de suas músicas – sobre a amada que não vem. Sem esquecer seus dramas de amor e suas angústias pessoais, falam também dos problemas políticos, sociais e econômicos de seu tempo. Isso porque possuem as informações sobre o que é o mundo e o que o mundo faz, pois na maioria são universitários. (...).

(...) A bossa nova oferecia muitos caminhos para os jovens inconformados com a imitação das músicas de Tom, João Gilberto e Vinícius. Um deles foi a união dos jovens compositores dissidentes com os músicos de orelha, que compunham nas mesas de botequim, batendo em caixas de fósforo(...).

Por outro lado, a atmosfera do período em que viviam (governo João Goulart) levou alguns dos jovens compositores a se integrarem no movimento geral realizado pelo ISEB e pela UNE na tentativa de encontrar uma vida intelectual voltada para a realidade brasileira. São dessa época o cinema-novo e os Teatros de Arena do Rio e São Paulo. Entre os que se ligaram a essa corrente estavam Carlos Lyra, Sérgio Ricardo e a cantora Nara Leão (...).

O outro grupo resolveu continuar compondo para exportação, guardando a influência do jazz em suas melodias e a interpretação intimista da fase de João Gilberto. Johnny Alf, Ronaldo Bôscoli, Roberto Menescal, Aloísio de Oliveira são exemplos dessa tendência.

Quando a música, juntamente com o cinema-novo, o teatro, a literatura e os estudos sociais estavam nesse estágio, veio a revolução de 1964 (...). Os jovens compositores, burlando a censura e, em alguns casos, contando com a liberdade do governo, aprofundaram suas ligações com a música de participação(...)<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> *Realidade*, nº 8, 1966, pp. 116-124.

Pode-se argumentar que esses assuntos seriam e sempre foram vendáveis dentro dos meios de comunicação (sexo, arte, política e comportamento, com caráter crítico e denunciante). Mas o que sustenta numa mesma edição todos eles elencados junto ao perfil do dramaturgo comunista alemão Bertolt Brecht? Ainda que fiquem as ressalvas levantadas contra Porro nas entrevistas pelo grupo de *Realidade* a Leister Filho<sup>34</sup>.

Aparece na seção Brasil Pergunta a questão *Os cassados têm o direito de defesa?* – p.154 – O ex-ministro da Justiça, Oscar Pedroso, defende o Sim e o então deputado Armando Falcão – futuro ministro da Justiça do período Médici – afirma enfaticamente o Não como resposta. Não cabe entrar no mérito dos textos pelas obviedades que apontam. A título de recordação: Armando Falcão ficaria famoso na História Brasileira recente por sua frase *Nada a declarar* e as esquivas às entrevistas sobre os atos de truculência e incongruências da ditadura militar. Defendendo os rumos da "revolução democrática" em 1966, palavras suas, ele é apenas coerente com a posição que viria a adotar no futuro<sup>35</sup>.

Chega-se ao fim dos primeiros meses de existência de *Realidade*. O título desse capítulo serviu de metáfora para a justificação da dificuldade em compreender os movimentos das matérias e seus escribas. Cubo Mágico em que, a muito custo, as peças se encaixam, mas que seguem (ou são levadas a seguir) um eixo central. Avanço e retrocesso, alegorização ou conformidade: elementos da lógica do mercado de comunicação, mas também permeado por um acordo entre leitor e autor do texto, entre a imprensa e a sociedade. Polemicidade como válvula de escape para dizer o que não poderia ser dito. Verdade e mentira não são categorias aplicáveis a esse tipo de objeto.

---

<sup>34</sup> O artigo é *Ele mudou nosso teatro*, pp. 126-133. Alessandro Porro é retratado por seus colegas de redação de maneira muito depreciativa, não fazendo parte do grupo de repórteres. A começar por ser mais velho, estrangeiro e com ligações extremamente fortes com Victor Civita, o que fazia dele, segundo os jornalistas de *Realidade*, um elemento infiltrado, espião. A seu cargo, ficavam sempre as matérias históricas, perfis internacionais, trabalhos de arquivo. Não conseguia se integrar ao grupo e é considerado um pivô da crise da redação, em 1968, culminando com a saída de toda essa primeira equipe. Cf: FILHO, Adalberto Leister. *Op. Cit.* Porro morreu recentemente, em 11 de outubro de 2003, em São Paulo.

<sup>35</sup> Cf. MARCONI, Paolo. *Op. Cit.* e COUTO, Ronaldo Costa. *Op. Cit.* Ironicamente, Falcão escreveria um livro, anos mais tarde, intitulado *Tudo a declarar*.



### 3. Caleidoscópio [1967-1968]

#### A Voz do Dono e Os donos da Voz

“Até quem sabe a voz do dono  
Gostava do dono da voz (...)  
O dono prensa a voz, a voz resulta um prato  
Que gira para todos nós (...)  
Porém a voz ficou cansada após  
Cem anos fazendo a santa  
Sonhou se desatar de tantos nós  
Nas cordas de outra garganta (...)

Enfim, a voz firmou contrato  
E foi morar com novo algoz  
Queria-se pensar, queria ser um prato  
Girar e se esquecer, veloz (...)  
A voz foi infiel trocando de traquéia  
E o dono foi perdendo a voz

E o dono foi perdendo a linha – que tinha  
E foi perdendo a luz e além  
E disse: Minha voz, se vós não sereis minha  
Vós não sereis de mais ninguém

(O que é bom para o dono é bom para a voz)”<sup>1</sup>

A dificuldade mais evidente em se trabalhar com textos jornalísticos – que se assemelham a textos literários – é escapar àquela explicação fácil, ainda que correta, que responsabiliza a imprensa por conduzir o olhar do leitor em virtude dos matizes políticos do dono do jornal ou da editora.

Isso é fácil de se afirmar e não se nega em nenhum momento do texto ora apresentado aqui ao leitor. Repete-se, de certa forma, a discussão teórica da Introdução. O problema, entretanto, reside nas posições de Michel

---

<sup>1</sup> BUARQUE, Chico. “A Voz do Dono e o Dono da Voz” IN: *Almanaque*, RJ: Polygram, 1981.

Foucault sobre a ordem do discurso e as variáveis de poder que nele estão circunscritas.

Nenhum discurso é isento e é emitido a partir de um local dado. Observar e compreender a gênese desse discurso é também criticar de qual (is) local (is) ele é enunciado, haja vista que existe uma certa capilaridade do poder. O que se quer apresentar aqui é: Afinal, quem é o dono da voz em *Realidade*? E até que ponto a voz do dono se faz ouvir?

Não se trata de mera tautologia. Simplificando, a pergunta se coloca pelo seguinte fato: *Realidade* é uma revista gestada numa editora de orientação liberal e que se não conferiu suporte mais corporificado à ditadura cívico-militar (como os grupos Folha, Globo, Estado etc.) também não se opôs frontalmente ao longo cair das sombras. Essa primeira constatação refere-se à voz do dono, que é Victor Civita, presidente do Grupo Abril, representado por seu filho – Robert Civita – na editoria-chefe da publicação analisada.

Se o berço é liberal, o mesmo pode ser dito de quem nele habita? Como foi visto, no segundo capítulo, diversas vezes os textos, ainda que não partindo de uma conflagração direta – o que seria mortal – com a ditadura, excederam aquilo que, arbitrariamente, pode-se caracterizar como *limite de sobrevivência* numa situação de exceção.

O ambiente de trabalho é liberal e oriundo de uma fração de classe burguesa. Segundo Maria Celeste Mira, a saga da família Civita é uma réplica do sonho norte-americano de vencer e ascender por seus méritos inalienáveis. Vindos da Itália, nascidos numa família pequeno-burguesa, os Civita sempre tiveram uma densa identificação com os EUA, por conta de sua trajetória, seu espírito empreendedor e *fé inabalável no futuro* (como diz o editorial de abertura da publicação e como o reafirmará um outro editorial, presente no capítulo seguinte, sobre a revista *Veja e leia*) convergentes com a imagem estereotipada que se têm dos EUA no pós-guerra, com o sonho americano.

Necessariamente, os jornalistas que compunham a redação de *Realidade* não eram oriundos da mesma classe ou fração de classe que seus donos. E não eram. Logo, quando se pergunta quem é de fato o dono da voz, tenta-se pensar a responsabilidade dos jornalistas naquele multifacetamento do cubo mágico no capítulo II. Sem mais rodeios: o que está se apresentando como uma próxima reflexão aqui é: que tipo de relação há entre a redação e a editoria? Jornalistas

e donos de jornais? Entre ambos pode existir um tensionamento das relações no que tange ao que *pode* e ao que *deve* ser escrito dentro do veículo. É Mino Carta, segundo Paolo Marconi, quem alerta para não confundir e simplificar o discurso do jornalista com o do dono do jornal.

Sendo assim, de que local está se tratando então? Que tipo de relações de poder estão obscurecidas na ordem do discurso em *Realidade*?

As bancas de revistas nos idos de janeiro de 1967 foram assaltadas pela décima edição de *Realidade*. Ação esta que, aliás, se configurou em assalto duplamente qualificado: primeiro, pelo fato de trazer à capa um rosto de mulher jovem, loura, olhos esverdeados, enfocado pelo desenho de uma lupa. O rosto demonstra uma expressão séria da jovem, como que refletindo acerca d'algo não fútil. O título é: *Edição Especial: A Mulher Brasileira Hoje*.

Segundo, por conta da revista ter sido apreendida tão logo fora lançada.

Essa edição é uma ampla pesquisa que a revista arquitetou, com 1.200 mulheres de diferentes cidades brasileiras, querendo construir uma imagem instantânea de quem são as pessoas e o que fazem sob a alcunha da palavra mulher.



O que importa, para esta monografia, são os temas que a revista persegue: a mulher ou a tentativa de um retrato de mulher num aspecto amplo. A idéia de que a mulher é superior ao homem (pp. 30-36); explicações científicas acerca do corpo da mulher (pp. 36-46); freiras que assumem paróquias e quase todas as atividades de um padre (pp. 52-67); uma jovem atriz – Ítala Nandi – que revela suas idéias independentes sobre sexo e comportamento

social (pp. 76-81); questões acerca das religiões afro-brasileiras e suas mães-de-santo (pp. 88-99); três histórias de desquite e seus dramas sob a ótica feminina (pp. 100-109); a chefia de uma empresa por uma mulher (pp. 110-115) e o depoimento de uma mãe solteira que não se envergonha de sua situação; pelo

contrário: orgulha-se dela (pp. 116-120). Junto a isso, a resposta daquelas 1.200 entrevistadas (pp. 20-28) na matéria *A mulher brasileira, hoje*, para um questionário sobre sexualidade, independência financeira, virgindade, divórcio etc. Na página 72 desta edição há ainda a foto que viria a se tornar famosa, de uma mulher em trabalho de parto normal, pernas abertas, cujo sexo nem mesmo aparece, mas que provocou muitas controvérsias e uma enxurrada de cartas à redação, em sua maioria reprovando a foto, a matéria e a edição.

Como essa monografia não está lidando diretamente com as teorias de recepção acerca de comunicação impressa, esse talvez seja o único momento possível de saber como foi a reação do público-leitor de *Realidade*, de forma mais ampla. Assaltado por algo incomum nas bancas, ele *teria* as opções de ler e comentar ou sequer comprar. Teria, caso não houvesse ocorrido que é relatado pela carta ao leitor de fevereiro de 1967, na edição nº 11.

## A censura ou a realidade apreendida

### "A apreensão de REALIDADE

No penúltimo dia do ano passado, REALIDADE de janeiro foi apreendida em São Paulo, por decisão do juiz de Menores. Simultaneamente – e embora o juiz não tivesse qualquer jurisdição quanto aos exemplares destinados a outras comarcas – cerca de metade da tiragem da revista foi detida na gráfica onde é impressa. Finalmente, alguns dias depois, o juiz de Menores da Guanabara, também mandou apreender a revista. Nos dois casos, a alegação foi a mesma: tratava-se de uma edição "obscena" e "ofensiva à dignidade da mulher". E, em ambos os casos, o único recurso cabível era dirigir aos Tribunais Superiores(...).

O que havia de "obsceno" na edição apreendida? Os dois juízes de Menores não especificaram. Mas certas pessoas supõem que os desenhos científicos mostrando o funcionamento do corpo feminino. Alguns apontam uma estatística sobre o índice de abortos (incluídas nos resultados da maior, mais variada e mais cuidadosa pesquisa de opinião e comportamento jamais realizada entre mulheres brasileiras). Outros mencionam uma entrevista com uma moça que não se envergonha de ser mãe solteira; a foto de uma prostituta que – pelo milagre da maternidade – confessa sua intenção de se regenerar; e o debate da última página, onde duas escritoras conhecidas apresentam opiniões divergentes sobre a importância da virgindade pré-matrimonial.

Finalmente, muitos pensam que uma determinada foto, publicada na reportagem sobre uma parteira do interior, foi julgada "obscena" pelos defensores da moralidade pública. Torna-se evidente, portanto, que a "obscenidade" – no sentido exato da palavra – não estava em jogo, pois a revista não continha sequer uma frase maliciosa, uma foto provocante, um desenho erótico ou um texto libidinoso. O que estava – e ainda está – na balança é uma atitude perante a vida, o mundo e a realidade brasileira (...)

*A apreensão do número de janeiro constitui, assim, muito mais que uma simples ação primitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. Significa, essencialmente, que qualquer juiz de Menores pode impedir uma revista circule em todo o país, apenas por não concordar com seu ponto de vista. Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais. E significa, finalmente, que a liberdade de imprensa vê-se novamente em perigo, uma vez que este tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicarem fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma única pessoa.*<sup>2</sup>

Texto em tom de desabafo. Representar a realidade, *sem retoques*, do Brasil Grande era mais difícil que parecia. Todavia, por mais que aparente a isenção, não se deve deixar levar pelo texto, sem se esquecer que a Imprensa apoiou o golpe. E o quarto parágrafo selecionado, evidencia isso ou deixa pistas. Não se focam as críticas na figura do Estado, diretamente. Mas na figura de um de seus agentes, um juiz de Menores. Ora, o juiz é a expressão do Estado. O tom é mais do que poderia ser e menos que o necessário para uma denúncia efetiva, até mesmo para uma autocrítica. E acima da liberdade de imprensa, estão os *vultosos prejuízos materiais e o trabalho de equipe*.

Sobre o mesmo tema, entre as páginas 6 e 9 da mesma edição, ainda seria publicada a nota *A Edição Proibida: acusação e defesa*, apresentando os processos impetrados. Da página dez a quatorze, seção de cartas, conta-se apenas dois missivistas que defendem a censura, tendo sido o resto favorável à revista<sup>3</sup>.

Após os meses de março, abril e maio insossos – para este estudo – a edição de junho apresenta elementos interessantes para pensar. A começar pela Nota da Redação:

<sup>2</sup> *Realidade*, nº 11, 1967, pp. 3-4. Grifos, em itálico, meus.

<sup>3</sup> Já foi apontado que a seleção das cartas constitui objeto complicado e por diversas vezes *Realidade* provocou suspeita em seus leitores acerca disso.

“Notícia de primeira página do *Nouvelliste*, o maior jornal de Port-au-Prince, no dia 9 de abril de 1967: ‘Acabam de chegar a esta cidade os jornalistas Milton Coelho e Geraldo Mori, da grande revista brasileira *Quatro Rodas*, editada em São Paulo, Brasil (...) estão na Capital para incluir o Haiti em seu roteiro (...) Eles irão aproveitar os dias de carnaval, comemorativos do décimo ano da Revolução “duvaliériste” e do 60º aniversário do presidente Duvalier, para fazer uma reportagem sobre o nosso país’.

Esta nota, assinada por Aubelin Jolicoeur (...) abria algumas das portas da ditadura aos repórteres de REALIDADE, que – para poder entrar no Haiti – levaram credenciais de uma revista de automóveis e turismo (...)

Quando autoridades mandam apreender revistas (*Manchete* foi proibida em Guaratinguetá, SP, porque um juiz de Menores considera indecência os índios andarem nus – mas não especifica se seria preciso vesti-los para fotografá-los) e cortam ou interdita filmes (*Terra em Transe*, fita nacional premiada no Festival de Cannes, quase não pôde ser vista pelos brasileiros), a censura se transforma em assunto do momento. Para aprofundar o problema, repórteres procuraram os homens que ‘sabem’ o que podemos ou não podemos ver e entrevistaram intelectuais. Todos foram contra o primarismo dos censores”<sup>4</sup>

O Haiti é caracterizado como uma ditadura, com participação explícita da imprensa e nome de ditador declarado. Todavia, o Brasil não. O terceiro



parágrafo selecionado da Nota toma a censura como um tema do momento. A princípio e por princípio, todos se evidenciam contra os censores, mas não há uma menção clara à censura e quem a instaura. Não se coloca nunca o dedo na ferida, apenas apalpa-se pelas laterais. *Realidade* dedicará dez páginas de sua edição com reportagem de Coelho e Mori, sob o título de *Viagem ao País do Medo*. O inferno são os outros, apresentando-se um quadro de esquizofrenia.

E é nesse jogo esquizofrênico e alegórico que, nas páginas 94-102, José

Carlos Marão e Afonso de Souza escrevem que *Isto é proibido*:

<sup>4</sup> *Realidade*, nº 15, 1967, p. 3.

“Ele aparece todos os dias, em todos os filmes, desde um desenho animado até uma tragédia mexicana.

Ele trabalha atrás de uma mesa de aço, no quarto andar de um edifício de paredes de vidro, em Brasília (...)

Ele é o censor, e nas telas seu nome e assinatura nunca falham: ‘A. Romero do Lago, chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas’ (...)

Romero do Lago chefia uma equipe de 16 homens, encarregada de cortar, dos filmes, cenas que – segundo eles – chocam, despertam violência, ofendem o decoro público ou subvertem. *Com nível de cultura de média para baixo, esses 16 cidadãos têm o poder de proibir filmes para menores, cortar cenas e até interditar uma fita inteira (...)*

O chefe Romero do Lago, porém, não gosta de cinema. Quase nunca entra na sala de projeções do departamento. Sem confessar sua indiferença, explica que não assiste aos filmes para poder opinar posteriormente, em grau de recurso, sobre qualquer dúvida surgida entre os censores.(...) Depois de visto o filme, cada censor dá seus parecer por escrito. Se houver empate, Romero do Lago, ou um segundo grupo de censores, desempata. Se não houver, Augusto da Costa, que já teve seu nome conhecido no Brasil inteiro, pois foi beque da Seleção Brasileira na Copa de 1950 – recebe os pareceres, prepara os certificados e despacha aos distribuidores.

Funcionários federais (dos níveis 17 e 18), os censores ganham no máximo NCr\$ 356,50 por mês e só podem ter outro emprego se forem jornalistas(...)

São proibidas por lei, portanto, entre outras cenas que ofendem o decoro público. Mas como até hoje, ninguém definiu ou indicou quando o decoro público é ofendido, os censores usam, para julgar, a intuição e o *bom senso pessoal(...)*

Todo censor é a favor da censura: Como é que aquela gente do interior da Bahia vai entender ou suportar um filme como *O Silêncio*, senão fosse cortado?

A frase é de Pedro José Chediak, que antecedeu Romero do Lago, na chefia do departamento. *O Silêncio*, filme de Ingmar Bergman, premiado no mundo inteiro, saiu da censura brasileira com quatro cortes de cenas consideradas imorais: duas de relações sexuais, uma de masturbação e outra em que aparece um seio de mulher (...) Recentemente o filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, foi submetido à censura, sendo inicialmente interditado por cinco votos contra um. Romero do Lago nem precisou ver o filme; examinou os pareceres e deu o veredicto:

- Realmente esse filme leva uma mensagem marxista de subversão da ordem (...)

Enquanto isso *Terra em Transe* era inscrito no Festival de Cannes, na França. (...)

*Viva Maria* [*Salut, Marie, filme de Jean-Luc Godard*], francês, foi liberado por acaso: tinha sido interditado pelos censores por ser considerado subversivo. Acontece que ao mesmo tempo o general Riograndino Kruehl – então diretor do Departamento de Polícia Federal – via o filme em exibição especial e dava boas gargalhadas com as 'guerrilheiras' Brigitte Bardot e Jeanne Moreau.

Quando soube da interdição, não achou graça nenhuma. Chefe do chefe da censura, mandou que *Viva Maria* fosse liberado(...).

Mas nem só sexo e subversão dão trabalho aos censores.

- Crime com arma branca que tem sangue, eu corto – diz um dos homens do serviço.

(...) Entre os intelectuais brasileiros, por exemplo, será difícil encontrar-se alguém favorável à censura. Para Carlos Diegues, cineasta, diretor de *Ganga Zumba* e *A Grande Cidade*, "não deveria existir censura nenhuma". Esta é a sua opinião.

- Sou contra qualquer tentativa de impedir a expressão livre de quem quer que seja.(...) A censura moral encobre, no final das contas, a censura política (...)

O jornalista, ensaísta e crítico literário Paulo Francis (...) [afirma]:

-Sou contrário a qualquer tipo de censura: política, moral etc. (...) No Brasil, em particular, a censura tem sido um fator de obscurantismo político e sexual. Um bom exemplo do primeiro caso foram as apreensões de livros no governo Castelo Branco; e no segundo, de apreensões de livros como *O Casamento* [Nelson Rodrigues] e *Fanny Hill* [John Cleland]. Uma sociedade que não pode ler a respeito de um ato fisiológico normal, como é o sexual, não está preparada para o desenvolvimento industrial e para a era da tecnologia (...).<sup>5</sup>

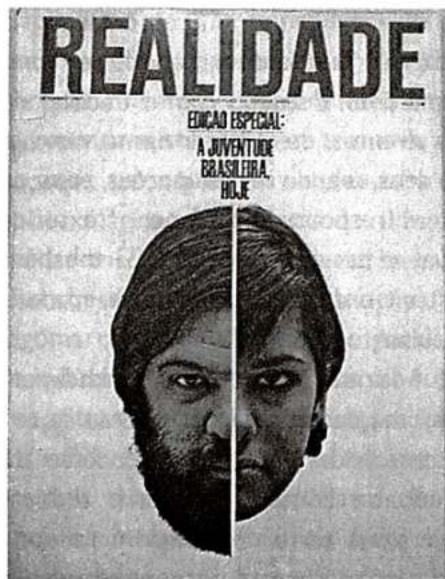
A censura é tratada como um fato a se ver com uma certa conveniência e não como algo a ser expurgado. Talvez isso se explique em parte pela versatilidade dos donos de jornais, ao ser contada algumas de suas histórias na edição

<sup>5</sup> *Realidade, op. cit.*, pp. 94-102. Grifos sublinhados e texto entre colchetes meus.

de agosto (pp. 152-160), por Milton Themer em *Um assunto de jornal*. Tomando posições em função das necessidades do momento, como camaleões, se mostram hábeis jogadores com as esferas do poder. Basta observar os casos da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, do Correio da Manhã, d'O Globo, do Jornal do Brasil e d'A Tarde, cujos donos aparecem nessa reportagem e cujas editorias publicados imediatamente ao golpe se encontram selecionados no Anexo II dessa monografia.

### A desconstrução do mito comportamental

Em setembro, na sua décima oitava edição, *Realidade* apresenta os resultados de mais uma pesquisa, dessa vez sobre a juventude brasileira. Valem citar os excertos das páginas 18 – *A Juventude Brasileira, Hoje* – e os que estão entre as páginas 55-123 – *Seção Documento*.



“Os jovens acreditam ao mesmo tempo em Deus e no socialismo, não pensam em revolução, acham que há muita coisa errada no Brasil, mas a maioria prefere não protestar contra os abusos e erros. Julgam que seu papel é estudar, trabalhar e preparar-se para o futuro. Estão mais a favor que contra o governo, embora muitos nem se preocupem com isso. Pregam a fidelidade para marido e mulher, os rapazes exigem a virgindade feminina e muitas moças a masculina. Muitos defendem o controle da natalidade e se inclinam pela separação quando o casamento fracassa.

Estes são os resultados coincidentes de duas pesquisas por REALIDADE: uma, através da Marplan, em SP e RJ; e outra, através dos questionários publicados na revista do mês de julho. Na pesquisa da Marplan, foram ouvidos mil rapazes e moças de 15 a 24 anos (cem em cada idade), assim distribuídos: 100 da classe rica, 400 da classe média; 500 da classe pobre(...).

Da outra pesquisa, entre os mais de 20 mil leitores que responderam ao questionário de REALIDADE, foram tirados mil ao acaso, divididos propor-

cionalmente entre sexo e idades e entre os leitores de São Paulo e Rio de Janeiro e outros Estados. Os resultados não são muito diferentes (...)”<sup>6</sup>

Ambas as seções promovem uma pequena suspensão acerca daquilo que se sabe sobre os anos 60, trazendo à mostra a figura de um jovem conservador, pouco interessado em política ou economia – nacionais ou internacionais – e conservador sexualmente. Mas quem é esse jovem? Que retrato é esse? A mitologia dos anos 1960 é de fato um mito de uma classe social específica ou de um grupo específico. Todavia, que retrato é esse tirado por *Realidade*? Uma mera desconstrução ou algo mais?

A idéia de mito foi pensada por ao menos três autores clássicos em Ciências Sociais: Theodor W. Adorno, Roland Barthes e Claude Lévi-Strauss. Os dois primeiros se ativeram principalmente à formação da sociedade de consumo ou à indústria cultural. Lévi-Strauss procurou compreender a gênese da narrativa mítica no próprio gênero humano. Discutir-se-á principalmente os dois primeiros, sem esquecer o último.

O que há de comum a essas três abordagens? A idéia de mito pode ser compreendida de duas maneiras. A primeira, como já foi discutido com o trabalho de Eco, como uma necessidade de ficcionalizar eventos, de elaborar narrativas cujo um dos fins é organizar a vida social em torno delas, criando regras, sanções, espaços sociais determinados ou procurando conferir respostas a fenômenos exteriores ao humano. O segundo aspecto, no qual se baseiam Adorno e Barthes, é a idéia de *mistificação*. Mistificar algo é construir um falseamento da realidade e dos fatos, tendo em vista um interesse de classe, obscurecido.

Roland Barthes, com seu *Mitologias*, e Adorno (junto a Max Horkheimer) com *Dialética do Esclarecimento*, promovem uma densa discussão acerca da organização social ocidental do século XX envolvida num amplo processo de mistificação baseado no Capitalismo. Tudo se torna mercadoria, tudo é redutível ao equivalente geral. A sociedade passa ser a um conglomerado de imagens, estilos e discursos baseados numa razão libertadora que, em última instância, não promovem as luzes contra a Natureza – como se esperava com a vitória do Iluminismo – mas tornam novamente o homem prisioneiro, agora de si próprio e de um processo social inexorável.

---

<sup>6</sup> *Realidade*, nº 18, 1967, p. 18.

A mistificação numa sociedade de massas é eficiente para contê-las. O papel desempenhado pelos meios de comunicação – imprensa, publicidade, rádio, televisão etc. – nesse processo é importantíssimo. Primeiro: constrói-se a máscara da isenção, afastando os produtos veiculados da esfera do mercado e de sua composição com frações de classes, com interesses específicos. Segundo: ocorre uma indução desenfreada ao consumo acrítico às mercadorias criadas cada vez mais sem identidade, pois cada vez mais desconhecidos também são seus consumidores e seus produtores – apesar de todas as pesquisas de *opinião pública* que são feitas. Em última instância, o que se tem é uma sociedade amorfa, enredada cada vez mais num processo que parece não ter fim e não ter saída. O mito é uma fala, como afirma Barthes. E necessita ser desconstruído para ser compreendido.

Essa *dead end* [rua sem saída] diagnosticada principalmente por Adorno e Barthes está alicerçada na idéia de indústria cultural, uma forma própria do Capitalismo de unir os produtos do espírito às mercadorias da indústria. É tão potente que se torna capaz de incorporar de maneira eficaz até mesmo comportamentos, estilos e idéias que vão de encontro à sua essência. O terreno da mistificação em torno da década de 1960 é forte nesse sentido. Para os anos subseqüentes, vendeu-se a imagem de um jovem libertário, de uma época mágica, de um mundo diferente que não corresponde totalmente à verdade. É cada vez mais curioso ver as imagens de Mao Tse-Tung, Che Guevara etc. vendidos em broches, relógios, camisetas caras, bandeiras com logomarcas etc anulando sua capacidade original. A capacidade de incorporação da indústria cultural não pode ser subestimada. Um outro autor que procurou conceituar o estranhamento desse fenômeno capitalista foi Guy Débord, com *A Sociedade Do Espetáculo*. A espetacularização da vida social é o diagnóstico acirrado e concreto das idéias de Barthes e Adorno. Uma sociedade midiática, onde as imagens têm mais força que a própria realidade, criando espaços sociais delimitados, quase impossíveis de romper. Tudo é mercadoria, tudo é mera reprodução. O espetáculo é uma forma em que a vida real é pobre e fragmentária, em que o consumo das imagens supre tudo o que falta na vida real dos indivíduos. A realidade torna-se uma imagem e a imagem torna-se a realidade. Desnecessário dizer o apoio na teoria marxista que estes três autores têm.

A desconstrução da mistificação só pode ser feita quando, como fizeram Dêbord, Barthes e Adorno, se vai às suas raízes de classes, às suas gêneses discursivas. O que significa a imagem que se construiu no Brasil acerca da Luta Armada, do engajamento e comportamento jovem nos anos 60 do século passado? Para além de uma década mítica também é um período amplamente mistificado.

Tão mistificado quanto a idéia de *união das raças* num país como o Brasil.

Algo semelhante é feito em outra pesquisa da edição de outubro. Dessa feita, aparecem na capa dois rostos de mulheres negras. No alto, o rosto emerge de um fundo preto, podendo-se ver apenas a face. Está chorando de olhos fechados, em expressão que condensa raiva e dor. Na divisão de baixo,



um rosto de mulher negra maquiada, cabelo curto e alisado. O rosto está superposto a um fundo branco. Expressão calma, um misto de resignação e alegria. A chamada é *Racismo: EUA [parte de cima], Brasil [parte de baixo]*. Nas páginas 35-55, Narciso Kalili e Odacir de Mattos afirmam *Existe preconceito de cor no Brasil*. Já Carlos Azevedo (pp. 24-33) vai aos EUA retratar os Black Panthers (Panteras Negras) em *Agora é Guerra*.

As reportagens de Azevedo e Kalili-Mattos tratam dos problemas de discriminação racial em EUA e Brasil, respectivamente. Pode-se

fazer uma associação direta com as fotos da capa. As entrevistas do primeiro, com líderes ativistas negros, defensores do direito, do poder e da liberdade negros dão o tom da situação de luta pelos direitos civis. Retratam ainda o surgimento dos Black Panthers, o declínio do prestígio de Martin Luther King e o desejo de vingança pelo assassinio de Malcom X. A qualquer momento uma guerra civil explodiria. Mas isso seria o esperado nos EUA, segundo Azevedo.

O reverso é a pesquisa (*não-científica*) no Brasil. O repórter Odacir de Mattos é jornalista e negro. Submete-se a uma série de situações corriqueiras para alguém

em sua idade e posição como alugar casas, procurar escolas para filhos, sair com mulheres (brancas ou negras), pegar táxi, procurar emprego etc. com Luigi Mamprim (o fotógrafo) e Kalili. E as conclusões a que as lentes de Mamprim e o texto dos dois jornalistas chegam é de que existe preconceito de cor no país, além do preconceito de classe. Todo o discurso de uma sociedade progressista e que consegue viver bem com a heterogeneidade cai por terra. Mais desconstruções.

Dentre os temas da moda, mas que não ganham grande relevância (por motivos óbvios) nas páginas de *Realidade* – além do registro do fato em si – são a passagem de Che Guevara pela América do Sul – *Guevara está aqui (e a CIA sabe)*, pp. 155-176, por Milton Coelho – e o lançamento do livro de Afonso Arinos e Jânio Quadros, em novembro daquele ano, acerca da renúncia do segundo – *O por quê da renúncia*, pp. 26-40.

Entretanto, um grande momento da revista, ainda que seja dentro dos temas chamativos em voga, é apresentado no nº 21, de dezembro de 1967. Na capa, uma tarja vermelha atravessa o título (nome da revista), com os dizeres: *Exclusivo: pela primeira vez pesquisa revela como o Congresso votaria, se pudesse. É na seção Nota de Redação que aparece a matéria:*

“(...) Apresentamos neste número matéria que, estamos certos, se destina a repercussão não menor. Especialmente para REALIDADE, o Escritório de Assessoria Técnica e Pesquisa do jornalista Lúcio Gusmão Lobo ouviu, durante cinco meses, pacientemente, 246 deputados e senadores, mais da metade dos 475 parlamentares que integram o Congresso Nacional. Ouviu-os na sala de café, na residência deste ou daquele, até mesmo na rua. E colheu deles aquilo que se pode definir como opinião sincera e secreta do Congresso sobre os assuntos principais da existência coletiva da Nação. (...).

(...) Sinal desse contraste entre o que se pensa e o que se faz é, por exemplo, o que se passa com o sistema de escolha do Poder Executivo da União. Oitenta por cento dos congressistas preferem o sufrágio direto ao indireto para a presidência e vice-presidência da República. Mas a resposta do vice-presidente Pedro Aleixo à pergunta que encerra este número não deixa a menor dúvida: a decisão da maioria, apesar de seu sentimento interior, é manter o sistema da Constituição de 1964: eleições diretas nos Estados, mas indiretas para o governo do país.

Mas, embora pense de uma forma e vote de outra, obediente aos comandos políticos, Viva o Congresso! Ele é a garantia essencial da liberdade: disso o povo brasileiro sabe por existência própria.(...)”<sup>7</sup>

<sup>7</sup> *Realidade*, nº 21, 1967 p. 3. Grifos meus.

A válvula de escape aparece mais uma vez aqui. Os congressistas foram ouvidos em todos os espaços possíveis, menos no Congresso Nacional, onde suas opiniões sinceras e secretas não poderiam ser gravadas. Ou seja, sutilmente, para aqueles que foram retratados como desinteressados por política e conservadores em suas páginas, *Realidade* anuncia a deslegitimação completa a que chegou que é o então Parlamento Nacional. Destituído de seus poderes, de sua voz, é apenas um brinquedo, uma peça ainda não extirpada no âmbito do golpe, por pouco tempo. E continuará fazendo isso nas páginas subseqüentes em *Como pensa o Congresso (e como votaria se pudesse)*, por Carlos Castello Branco:

“Esta pesquisa pretende ser uma radiografia do Congresso(...).

(...) *Parecerá chocante o fato de que os congressistas quase nunca votam de acordo com as suas convicções. Eles são favoráveis às eleições diretas e votaram uma Constituição que consagra a eleição indireta. Eles são favoráveis ao pluripartidarismo e se submetem ao sistema bipartidarista. Eles consideram inadequada e inconstitucional a Lei de Segurança Nacional, e nada fazem para modifica-la. Eles consideram que as eleições são deturpadas pela interferência do dinheiro e do poder político, e aceitam essa situação. Em compensação, eles são favoráveis ao voto do analfabeto, mas o rejeitam quando um Presidente da República lhes propôs, em emenda constitucional, que fosse adotada a medida.*

(...) A política é a técnica de conquistar e conservar o poder. Sua coerência única é o êxito.

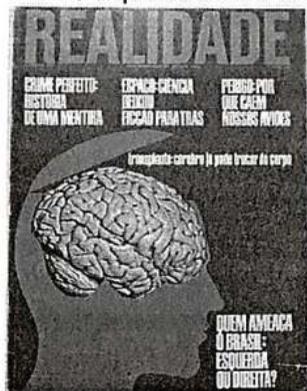
Esse amoralismo da atividade política não implica, todavia, numa condenação liminar, pois sendo amoral na técnica, seus objetivos poderão ser altamente éticos na medida em que, através dela, se consiga promover o bem-estar social e a paz(...).

*Essa pesquisa oferece ao governo do Marechal Costa e Silva um conhecimento seguro de sua base política, pois a Arena se identifica com a instituição parlamentar nas suas tendências, nos seus preconceitos e na suas aspirações. Através dela o Marechal Presidente poderá continuar ditando sua política na mesma linha que se traçou, mas sabendo que o Congresso apenas lhe obedece.(...)*

(...) Houve alguns malogros: um parlamentar depois de comprometer-se a responder, não o fez, alegando sentir vergonha em pôr-se em frente de ao repórter. Outro, ao ver que lhe perguntavam qual seu partido de origem, respondeu: “Isso não existe mais... Não gostei do questionário”. Um mineiro disse que gostaria muito de responder, mas se tivesse tempo, pois as respostas dariam para um tratado, se quisesse expor sem deformações seu pensamento. Outros, tentaram

transformar as perguntas numa entrevista para o jornal. E houve os desconfiados, que imaginaram tratar-se de informação para o SNI ou até mesmo para CIA.”<sup>8</sup>

Um congresso que apenas obedece a uma política ditada por presidentes militares. Numa pequena e aparentemente simples frase, a parte mais bem sucedida de então do setor de informações na Grande Imprensa apresenta o quadro e denuncia suas pressões, criadas pelo Ato Institucional nº 2, em vigor então, e que se acirrará com o Ato Institucional nº 5.



No mais, o tema da censura aparece em *passant* em fevereiro de 1968, na matéria *Quem ameaça o Brasil: Esquerda ou Direita?*, de Osvaldo Peralva, pp. 18-26. Gustavo Corção, Afonso Arinos, Paulo Francis, Raquel de Queirós, Newton Rodrigues, Hermano Alves e Nelson Rodrigues são convidados a analisar os termos esquerda e direita em múltiplas matizes (origem, igreja, revolução, estado, política etc.). Nada que acrescente crítica mais vigorosa ao *establishment*.

### **Clímax, epílogos e surpresas: o repórter-aventureiro**

1968 se anunciará para os leitores de *Realidade* com dois assuntos básicos: Guerra do Vietnã e Revoltas Estudantis. Também será o início do fim daquilo que se identificou aqui como um multifacetamento caleidoscópico que aquela revista proporcionou. Que se comece pelo primeiro assunto.

Não por acaso, naquele mesmo ano, quando a Editora Abril começa por veicular as propagandas do surgimento de sua mais nova publicação<sup>9</sup>, vale-se de uma frase bastante significativa: “O mundo está explodindo à sua volta e você precisa saber o por quê”. A exposição da guerra como um assunto inédito e comercial suplantou qualquer outro tema nas páginas de *Realidade* naquele momento. Em geral, as matérias têm um caráter expositivo, pouco analítico. É tratado da guerra como um fato estúpido em si e, portanto, dispensável de

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, pp. 31-32. Grifos meus.

<sup>9</sup> A revista *Veja e leia*, que nasceria naquele mesmo ano em poucos meses [setembro]. Tratar-se-á dela mais adiante.

análise mais apurada sobre a posição dos agentes envolvidos no conflito. Pelo contrário: Seguindo as técnicas do livro-reportagem, o que se apresenta nas páginas da revista são personagens de um conto, com epílogo, clímax e quebras de expectativas. O enredo é o desenrolar de uma guerra. Entre os personagens estão Ho Chi Min (pensador comunista legendário e líder sul-vietnamita da resistência), presidentes norte-americanos (Lyndon Johnson e Richard Nixon), soldados desconhecidos, intriga internacional com uma jovem jornalista italiana e até mesmo um repórter da revista, que se tornará peça-chave no trato dado à estória ao perder sua perna esquerda pisando numa mina vietcongue (Hamilton Ribeiro).

É assim que aparecem as matérias de capa de março de 1968 (*Este homem é um vietcongue: Entrevista exclusiva com um condenado à morte*, pp. 131-142 e *Vietnã: Eles querem viver*, por Oriana Fallaci); abril (*Cuba, 1968: Nosso repórter viveu o comunismo de Fidel*, pp. 50-64 – *Cuba*, por Milton Coelho); maio (*Nosso repórter viveu a guerra de perto: Hamilton Ribeiro ferido no Vietnã*, pp.26-42 – *Eu estive na Guerra*, por Hamilton Ribeiro); e, por fim, junho de 1968 (*Eles tinham uma missão: morrer. Foram kamikazes, hoje vivem em São Paulo*, pp. 76-90 – *Guerra é assim!*, por Hamilton Ribeiro).

Abordando já o desenrolar avançado da guerra<sup>10</sup>, vale a pena ressaltar o poder financeiro da editora, enviando um repórter para Saigon (em maio). Contrapondo-se às suas concorrentes, que não empregavam semelhante estratégia para a cobertura de assuntos internacionais. Geralmente compravam notícias de agências. A Abril investia uma soma de dinheiro considerável em seu material, que a destacava dos outros veículos de informação em voga, sinalizando sua trajetória ascendente nos anos subseqüentes.

O centro da reportagem gira em torno do acidente ocorrido e das experiências pessoais sentidas por Ribeiro em meio à floresta tropical vietnamita, ao hospital e ao povo que ele conhece no solo estrangeiro. Uma grande narrativa parecida com aqueles romances ambientados em viagens de navios ou trens do pós-século XIX vitoriano, começo do século XX, em que surgem as

---

<sup>10</sup> 1968 é o ano em que o conflito do Vietnã já tem o início de suas negociações de paz anunciadas em Paris, embora ele finde em 1975, tendo começado em 1954. O embate maior, que dizia respeito à separação do país em Vietnã do Norte e do Sul (sendo essa cisão alicerçada entre a concepção Capitalista e Comunista de mundo) não é, nem levemente, tocado pelas reportagens citadas.



Capas referente aos meses de março, abril, maio e junho de 1968.

estórias de mistérios, crimes e romances policiais, detetivescas e com intrigas internacionais. A fala do narrador é sempre a do aventureiro, do desbravador do desconhecido, do espião que saciará o leitor, imerso em sua confortável poltrona e numa sociedade conservadora e fechada, ávido por emergir de seu tédio cotidiano e de seu desconhecimento outorgado<sup>11</sup>.

O que se quer dizer é que é particularmente chamativo o trato dado aos assuntos vietnamitas, que têm como pano de fundo o conflito entre o comunismo e o capitalismo – que explica a capa dedicada a Fidel Castro, em abril, interrompendo a seqüência – e o sacrifício – que transparece imediatamente com a capa de junho e a matéria de Ribeiro na mesma edição. O leitor de *Realidade* é informado de algo que lhe parece distante, de uma aventura do outro lado do mundo, sem sentir a necessidade de se envolver, embora sequioso por saber,

haja vista os sucessivos recordes de vendas registrados.

Todavia, em julho de 1968, na vigésima oitava capa da revista, aparece um homem jovem, de expressão dura e séria, encostado a uma parede, segurando com a mão direita uma blusa sobre o ombro e com a esquerda, um jornal. Pé direito levantado e encostado à parede, olhos diretos na câmera. O título da capa inauguraré o segundo assunto mais interessante e vendável daquele ano para a Abril: *Este moço comanda a agitação: Luís Travassos, presidente da UNE*.



<sup>11</sup> Não se trata, novamente, de uma mera transposição da esfera literária para a jornalística. É de se pensar a o surgimento dos romances policiais e as histórias de mistérios extraordinários com o contexto social no qual estão imersos. Arthur Conan Doyle, Edgar Allan Poe e Agatha Christie são os exemplos mais diretos. De certa forma, a figura do repórter, no jornalismo, cumpre a mesma função: Desnudar o desconhecido, o sombrio. Provocar inquietação, a dúvida, a desconfiança e a crítica. No caso de Doyle, Poe e Christie, a urbanidade era o elemento misterioso, bem como o sombrio do próprio gênero humano. Contribuem para isso o *fog londrino*, sociedades de origem protestantes e altamente moralizadas. O que se propõe é que a figura do repórter, em contexto de ditadura, faz o papel daquele escritor do gênero citado. Especialmente a do repórter policial ou do correspondente de guerra. Mediadores do desconhecido, eles são responsáveis por guiar a visão do leitor por caminhos que geralmente ele não trilharia.

No interior da edição, pp. 26-40, aparece reportagem de José Carlos Marão, intitulada *Eles querem derrubar o governo*. Trata da então situação clandestina da UNE e do encontro realizado em Salvador daquele ano, em que o repórter esteve presente. Mostra as dificuldades de organização, as lutas internas e até mesmo alguns aspectos sentimentais (saudade da família, falta de tempo para o namoro etc.) O que faz pensar que, de certa forma, o título da reportagem caminha numa linha dúbia e irônica (Seriam, de fato, aqueles estudantes, naquelas condições, capazes de derrubar o governo?). Contudo, apesar disso, trata-se de um registro importante, pelo fato de ter sido publicado. Tenta também ouvir o outro lado da organização estudantil, representado pela parcela presente na TFP (Tradição, Família e Propriedade), ao Mackenzie e ao governo.

A capa do próximo mês traria uma foto amarelada de Che Guevara, em perfil, com um charuto à boca e ar sorridente, como que vislumbrando algo interessante. O título é *O outro diário de Che Guevara*, em que *Realidade* anunciava em matéria a publicação do primeiro diário do revolucionário cubano morto em outubro de 1967, sobre a campanha de Sierra Maestra, onze anos antes.

E Dirceu Soares seria o autor de *A faculdade está ocupada* – pp. 49-60 –, matéria sobre a situação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), situada na rua Maria Antônia. Como diz o texto:

*“Esta é uma reportagem sobre os estudantes que se rebelam contra as autoridades. Depois que realizaram passeatas e comícios, em várias capitais brasileiras, eles ocupam escolas de São Paulo. Aqui, o repórter Dirceu Soares conta como os universitários vivem semanas dentro de uma faculdade seus momentos de tensão, suas preocupações, suas brigas com grupos rivais e os problemas de espionagem.”*<sup>12</sup>



<sup>12</sup> *Realidade*, n.º 29, 1968, p. 49. Grifos meus. Note-se, nos grifos, a capacidade de humanização da figura do estudante, retratado em outros meios de comunicação como terrorista, baderneiro e adjetivos piores. Ao centrar o texto nesses aspectos tidos como mais senti-

Mais uma vez, *Realidade* evidencia seu ideal de descoberta do país. Se o que primou em 1967 foi o que se denominou aqui de *alegorização do cotidiano*, agora, aliado ao caráter alegórico, vem à tona a figura do repórter-aventureiro, mais ressaltada. Não que antes isso não fosse identificável. Tantos os temas da revista como seus profissionais fizeram dela famosos e dignos de estudo. Entretanto, para fins de exposição, agora se centra a análise nessa proeminência do profissional (aliado ao seu tema), sem dúvida mais evidente após o incidente de Ribeiro no Vietnã. O mediador, o informante que traz de terras longínquas notícias de uma outra região e de um outro povo para os olhos estarecidos e curiosos de um leitor *aparentemente*<sup>13</sup> impassível.

Dirceu faz bem esse papel, assim como Marão, Ribeiro, Kalili e outros repórteres. Sua inserção no ambiente do prédio da Maria Antônia sitiado é algo

---

mentais, o repórter retira parte da carga ideológica agregada ao movimento estudantil e de seus participantes.

<sup>13</sup> Por vezes, insiste-se nesse caráter de aparência durante o texto dessa monografia. Seu uso alicerça-se na seguinte reflexão: Ainda que, a priori, um público não exista – é necessário que este seja segmentado – é indiscutível a relação estabelecida entre ele e o material de informação que compra. Num plano maior, a conveniência entre o público-leitor e a imprensa é a mesma estabelecida entre sociedade civil e Estado. No caso, tratando-se de uma situação ditatorial, é de se pensar que uma análise unilateral acerca do golpe e da ditadura militar no país seja insuficiente. Geralmente, a crítica e o arsenal teórico centram-se sempre na figura do Estado, de seus agentes e aparatos ideológicos. Contudo, para além dos agentes imediatos do golpe e seus executores, existe uma massa social, que não pegou em armas, não protestou, não resistiu ao golpe, não foi presa, não foi torturada, não foi exilada etc. Em síntese, o que se quer pensar é: não se trata de uma rua de mão única a relação existente entre ditadura e sociedade. É Max Weber que, ao iniciar seu trabalho acerca da Sociologia da Dominação, afirma a relação de dependência entre dominante e dominado. Um não pode existir sem o outro, nem mesmo sem o consentimento de ambos. Mais adiante, voltar-se-á a essa discussão em que, espera-se, as reflexões anteriores acerca do acordo ficcional e imprensa, bem como esta última, fiquem mais claro. Por ora, é válido pensar que a noção de acordo ficcional entre leitor e autor (imprensa e público, no caso estudado) pode ter parentesco com a idéia de contrato social entre Estado e Sociedade. Nesse caso, tanto o leitor quanto a sociedade não são elementos estáticos, impassíveis ou meramente receptores de uma ação qualquer. São também agentes de um processo dinâmico e cotidiano, ora de conformismo, ora de resistência. A aparente imobilidade da não-ação pode ter o mesmo valor de seu oposto. É muito fácil – e por vezes, simplista – dizer que o *povo* era iludido e de nada sabia o que se passava na época da ditadura. Aparência não se separa de essência. O fato é que sociedade brasileira é extremamente violenta e conivente com essa situação, sendo o silêncio uma das formas de conviver com tal aspecto endêmico.

interessante, mas em muitos momentos, tenta demonstrar uma espécie de situação anacrônica ou atitude injustificada dos estudantes. Salienta-se a barricada, o uso de revólveres, canos, paus etc. Faz-se alusão até mesmo a um certo comportamento libertino (namorados dormindo juntos; a garota dedo-duro Heloísa Helena Magalhães, namorada de vários estudantes, segundo o texto, inclusive do então líder da ocupação, José Dirceu), mas também à ausência da liberdade de imprensa no âmbito da resistência. Contudo, não há, na mesma intensidade, linhas tratando da ditadura, da repressão etc. A ocupação parece ser um fim em si mesma, sem grandes relações com o exterior. O aspecto do *new journalism* é interessante, mas pode também ocultar certas exigências mais prementes.

De forma semelhante é feito o perfil de Vladimir Palmeira (pp. 62-72), também líder do movimento estudantil no fim dos anos 60, em *Eis o que pensa um novo líder da esquerda*. Trata da figura de Palmeira e das mudanças na cúpula da UNE como uma luta com fim em si mesma. A importância do registro reside mais no fato em si (a evidenciação dessas *figuras malditas* ou desses *assuntos vendáveis*, segundo o referencial) e do papel desempenhado pelo repórter que uma análise mais detida do assunto. Aproxima-se a lente do inimigo, humanizando-o. Entretanto, ele não é discutido em sua totalidade.

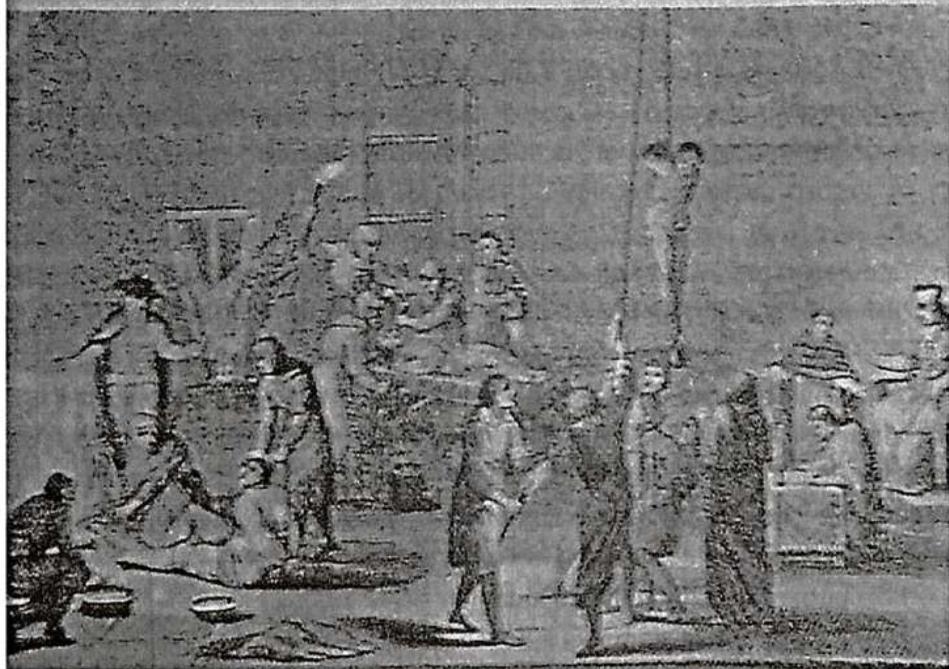
A alegoria como um recurso de válvula de escape tem seus limites. Apesar de não serem tão agressivas, as matérias vinculadas até então em 1968 eram sinais de que não era mais possível recorrer ao uso das metáforas e metonímias para dar conta de um mundo complexo como o que se delineava ao fim da década. Os assuntos da guerra e do movimento estudantil demonstram cabalmente isso. Diferentemente do que foi possível constatar antes, a explicitação dos fatos atinge seu ponto máximo. É demais exigir ataques mais severos à ausência de liberdade de imprensa por parte da Editora Abril, por todos os motivos já apresentados. Entretanto, a forma e o conteúdo das reportagens dão conta da já insustentável relação de sofisticar a tentativa de dizer o indizível.

Portanto, tudo tem um limite e um fim.

E é a partir desse ponto que se começará a ser analisado a decadência gradual de (ou da) *Realidade*, de um estilo de fazer jornalismo e também de uma época.

E LEIA  
**veja**  
EDIÇÃO ABIL - Nº 67 - 10 DE DEZEMBRO DE 1968  
R\$ 0,50

# TORTURAS



Esta capa de VEJA (10/12/68), associada às outras edições, de 03/12/68 ("O Presidente não admite torturas") e de 18/12/68 (p. 115) são sinais da atuação mais explícita, inicial, de VEJA contra a ditadura militar.

## 4. Intervalo para o fim de um projeto [1968]

### Profissionalização e mudança da mediação

Em setembro de 1968, chegaria às bancas uma *Realidade* com capa em vermelho, onde se foca uma parte da ilha de Manhattan, em que está a Estátua da Liberdade. Essa é representada do seu peito acima com o rosto alterado, aparecendo a feição de uma mulher negra, olhar tristonho, lacrimejante e cabisbaixo. O título dessa edição seria *EUA: Os Negros querem esta liberdade*.

No canto direito superior, em faixa azul, vinha escrito *Dia 9 – Veja e leia: nova revista semanal* cuja propaganda será explicitada na contracapa daquela trigésima edição *Realidade*, como aparece logo abaixo:

*"O mundo está explodindo à sua volta e você precisa saber o porque. Veja: Milhares de crianças morrem em Biafra.*

*Paulo VI proibe a pílula. Estudantes agitam o mundo. Líderes são assassinados.*



*Você precisa saber qual o sentido de tudo isso. Precisa de informação. Veja é a nova revista semanal de informação.*

A Editora Abril formou uma jovem e grande equipe de jornalistas para encontrar rumos no amontoado de notícias que se despeja sobre você, todos os dias.

Veja apresentará, semanalmente, um panorama objetivo de tudo o que está se passando no Brasil e no mundo. Explicando. Antecipando. Prevendo.

Veja focalizará em mais de 20 seções medicina, esporte, negócios, arte, política, educação, ciência, música e espetáculos. Em estilo ágil, correto e agradável.

*Porque Veja quer que você seja uma pessoa bem informada. Veja não é para quem quer fugir do mundo, mas para quem quer vivê-lo<sup>1</sup>.*

<sup>1</sup> *Realidade*, nº 30, 1968, p. 2. Grifos meus.

A propaganda de *Veja e leia* indica, de todo modo, o fim de *Realidade*, enquanto um projeto editorial e um estilo. Isso porque, se já havia uma revista com todos os propósitos presentes na propaganda acima, a que vinha a nova publicação? Entretanto, como é anunciado no texto, a revista que nasceria se pretendia mais ágil, semanal e para pessoas que não queriam fugir do mundo, mas sim vivê-lo, em *simultaneidade*. Isso é deveras significativo, em especial esta última frase, pois está em jogo o aspecto do tempo e de seu uso, tanto por parte de quem escreve, como de quem lê, em contraste com o que acontece na realidade.

Em outros momentos desta monografia – e isso já está se tornando monótono – foi afirmado que o público consumidor, a princípio (e por princípio) não existe. Ele é sempre uma construção, um *está por vir*, desconhecido mas indispensável, aparentemente homogêneo mas segmentável. Que tipo de leitor *Veja e leia* quer construir? Que tipo de nova realidade ela quer representar ou formatar?

É de se pensar que *Realidade*, então com pouco mais de dois anos de vida, passou a ser notícia velha, ou havia algo forçando seu fim. E tão velho quanto é também o projeto Abril de 1966, que fundou aquela revista que, em última instância, era experimental, ousado e inédito no país. A (re) descoberta de um *Brasil Grande*, indomado, que necessitava da figura do repórter-desbravador-aventureiro para trazer aos olhos do leitor o que se passava no país e no mundo, começa a desaparecer. Aquele ideal quase romântico, no sentido literário do termo, passaria a começar a ser substituído por algo que, segundo Maria Celeste Mira, se quer parecer mais profissional.

Com *Veja e leia*, o tempo da informação se comprime, deixando de ser mensal para se tornar semanal. O espaço físico, dedicado à reportagem também é diminuído, pois aumentam os assuntos e a sua fugacidade. O retrato instantâneo do real é levado ao seu extremo, para a época no contexto brasileiro. Não se pode esquecer que *Veja* é uma cópia da norte-americana *Look* e, para se escapar de um processo, acrescentou-se o “e *leia*” em seu título brasileiro.

Se tempo e espaço se alteram, transforma-se também a natureza da mediação, como já alertara Benjamin no famoso ensaio acerca das alterações do Narrador. Na emergência da modernidade, o discurso da técnica substitui aquela narrativa mais literária. A técnica, em *Veja e leia*, reside em seus repórteres

bem treinados, segundo a Carta do Editor logo abaixo, no seu investimento em logística, na sua forma de interação com o cotidiano, mais incisiva e direta, mais rápida e agressiva que em *Realidade*. Aprofundar-se-á essa discussão no último capítulo e na seção de Anexos I.

*Veja não é para quem quer fugir do mundo, mas para quem quer vivê-lo.* De fato, em termos de censura explícita, a filha será bem mais transgressora que a mãe, caso se comparem suas capas ou suas matérias, ao menos nos primeiros números, apreendidas. É obvio que tais fatos coincidem com uma situação de arroxo do golpe cívico-militar, que não estava posta dois anos antes da mesma maneira para *Realidade*. Os anos de 1965 a 1967 podem ser considerados como anos de acomodação do regime, diferentemente do que passaria a ser visto em 1968, também em nível internacional de configuração de forças.

Não será possível por tempo e foco – mas não por falta de vontade – realizar um estudo tão detido quanto o efetuado aqui em *Realidade* nas páginas de *Veja e leia*. Entretanto, seguindo os marcos da bibliografia e das edições desta revista consultadas no Arquivo Edgar Leurenroth (AEL), da UNICAMP, *Veja e leia* parece ser um pouco mais incisiva seja na forma ou no conteúdo, nos temas a que se propõe tratar. Temas estes que, em essência, são os mesmos de *Realidade*.

Mas, apesar do aspecto profissional que a nova revista quer assumir em seu texto inicial, uma análise comparativa das primeiras Cartas do Editor de *Realidade* e de *Veja e leia* permitem notar pontos de toque. Para melhor dizer, continuidades. Entretanto, mais ampliadas e direcionadas.

### "Carta do Editor

Prezado leitor,

Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todo os brasileiros.

Há quase vinte anos, a Editora Abril lançava sua primeira publicação, *O Pato Donald*, apresentando – para jovens de todas as idades – as estórias maravilhosas das personagens de Walt Disney.

Nos anos seguintes, com o sucesso de uma série de lançamentos (e o insucesso de alguns), crescemos e aprendemos muito. Publicações foram surgindo. Entre outras, *Capricho*, em 1952. *Manequim*, em 1959. Em 1960 – junto com a implantação da nova indústria automobilística –, *Quatro Rodas*.

No ano seguinte, *Cláudia*. Em 1963, *Intervalo*. E há pouco mais de dois anos, *Realidade*.

Agora nasce VEJA. Para fazê-la, selecionamos 100 entre 1.800 candidatos universitários de todos os Estados e realizamos um inédito Curso Intensivo de Jornalismo. Ao término do Curso, com cinquenta desses moços e outros tantos jovens "veteranos", formamos a maior equipe redacional já reunida por uma revista brasileira. Enviamos editores e redatores para o exterior a fim de observar as principais revistas congêneres em ação. Abrimos ou ampliamos escritórios regionais em todas as grandes cidades do País e montamos uma complexa rede de telecomunicações para mantê-los em contato constante com a redação em São Paulo.

Para a cobertura internacional, contratamos os serviços de agências noticiosas e revistas de prestígio mundial. "Paris Match", da França; "Newsweek", dos Estados Unidos; "Epoca", da Itália; "Der Spiegel", da Alemanha. Finalmente, no decorrer dos últimos três meses, preparamos treze edições experimentais completas – com capa, texto, fotos e anúncios – a fim de treinarmos para a grande jornada que hoje se inicia.

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte do mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA.

Devemos esta revista – em primeiro lugar – aos milhões de leitores que através dos anos têm prestigiado nossas publicações. Às classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento. Aos jornalistas que com dedicação e espírito profissional o tornaram possível. Aos quase mil gráficos que participam, entusiasticamente, de um complexo esquema de produção semanal. Aos distribuidores, jornalheiros e transportadores que aceitaram o desafio de vencer as enormes distâncias nacionais na corrida até as bancas e aos anunciantes que tomaram todo o nosso espaço, sem sequer conhecerem o projeto final da revista, numa comovedora prova de confiança. Conscientes da responsabilidade assumida ao editar VEJA, dedicamos a revista a todas essas pessoas. Ao Brasil de hoje e de amanhã.

Victor Civita."<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> *Veja e leia*, 11/09/1968, p. 3. Grifos sublinhados meus.

Comparadas com a mesma Nota de Abertura de Civita para *Realidade* há semelhanças enormes. O ideal do desbravamento, o desafio necessário, a fé inabalável no futuro da Editora, do Brasil e de *um povo*, tríade portadora de um destino manifesto inexorável. Como lá, aqui também não aparecem referências à situação política do País, configurando-se cada vez mais em fechamento. Apesar do projeto de VEJA ser alicerçado nas idéias de Mino Carta<sup>3</sup>, ainda mantém os mesmos traços identificados aqui no texto de abertura de *Realidade*, dois anos antes. Entretanto se *Realidade* ajustava suas lentes para um Brasil Grande redescoberto com grandes narrativas, a nova revista é a objetivação da vida social elevada, tecnicamente superior.

O conteúdo é sempre limitado pela forma. O dono da voz acaba maleando-se perante a voz do dono, seu domínio de classe e imposição da estrutura histórica vigente.

## Fim do Intervalo

Contudo, ainda que VEJA surja com uma propaganda deste porte, sugerindo um certo anacronismo de tudo o que fora criado antes dela, o trigésimo número de *Realidade* é particularmente interessante, uma vez que traz em seu bojo assuntos de efeito *bombástico*. A começar pelo perfil do então presidente chileno Eduardo Frei e os impasses à sua sucessão, aventando a possibilidade de subir ao poder Salvador Allende, representante da esquerda socialista. Em seguida, duas longas matérias sobre o racismo norte-americano – *Poder para o povo preto*, sobre os Panteras Negras e o Comitê dos Estudantes Não-Violentos; e *Eu vivi o racismo nos EUA*, acerca da experiência do repórter branco Narciso Kalili e o fotógrafo negro George Love que vão para o sul daquele país verificar a experiência cotidiana –; na mesma edição, ainda, matéria de Roberto Freire sobre Plínio Marcos e o preconceito à sua produção intelectual em *Sou o analfabeto mais premiado do país*. O célebre contista do *underground*, João Antônio, apresentaria um conto-reportagem sobre a vida das docas do cais e suas prostitutas, marginais, etc.

---

<sup>3</sup> Carta é tido por muitos – inclusive por si próprio – como um jornalista intrépido, arrojado, em geral no papel de protagonista dos fatos. Criador de VEJA, *Isto É*, *Senhor*, etc., reformulador do projeto editorial de jornais como Folha de São Paulo.

Haveria ainda uma matéria sobre os padres subversivos no embalo da Renovação Católica; o diário de um médico sobre a neurose urbana provocada na metrópole de São Paulo; o problema da violência infantil, enfocado na figura do mais procurado bandido pela polícia paulistana naquele momento, acusado do assassinio de três pessoas, usuário de drogas e freqüentador de prostitutas não passava de uma criança. Por último, João Antônio voltaria à carga com reflexões sobre a morte e seus tipos humanos.

Na última página, instaura-se a polêmica sobre o uso de pílula ou não, depois da Encíclica Proibitiva de Paulo VI. Era de fato um pequeno fragmento de mundo explodindo nas páginas de revistas e que talvez justifique o surgimento de VEJA. Há, de fato, uma aceleração da realidade em 1968?

As edições de novembro e dezembro demonstrarão que sim.

### Saída discreta pela porta dos fundos



Raimundo e Roberto Pereira assinam, na trigésima segunda revista (nov/68), o texto *Quem quer comprar uma guerra?* – pp. 132-148 – desmascarando a lucratividade do negócio bélico, tanto para os EUA, como para a URSS e a França; suas ambigüidades e paradoxos. Publicado num país em que vigora uma ditadura militar, em que se evidencia a participação do Brasil nesse comércio (aquisição de armamentos e venda para outros países). Na mesma edição, Oriana Fallaci retrata o que ficou conhecido na história latino-americana como o Massacre de Tlateloco<sup>4</sup>, em *Depoimento: Sempre a Violência* – pp. 204-224. A repórter italiana conta o incidente que se deu no México em 1968, durante uma mani-

<sup>4</sup> Os assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy, a repressão soviética da Primavera de Praga na Tchecoslováquia, a Guerra do Vietnã e o Maio de 68 Francês fazem

festação de estudantes, comemorando a retirada do exército da Universidade, em que a repressão policial e militar feriu e matou centenas de pessoas, atingindo inclusive a própria jornalista. Era um contraste da euforia com as Olimpíadas que se realizariam no México naquele mesmo mês.

Por fim, ainda no mesmo número, à página 226, a pergunta proposta pelo leitor Antônio José de Barros (MG) prenuncia o que acontecerá em dezembro. A indagação para a seção Brasil Pergunta foi: *Está em marcha um golpe de Estado para derrubar o atual governo?*

**“NÃO:** Não conheço especificamente qualquer movimento no sentido de derrubar o atual Governo. Em vários pronunciamentos, seja através da tribuna da Câmara, seja pela imprensa, tenho reclamado contra declarações e discursos de alguns de meus adversários, que dizem claramente desejar a derrubada do Governo e do regime. (...) *Tenho também proclamado e demonstrado, ainda nos meus discursos e declarações à Imprensa, que as eleições indiretas são tão democráticas quanto as diretas. (...) Negar, pois, a autenticidade democrática de um Governo que foi instituído pela eleição indireta, é contesta-lo no seu principal fundamento jurídico e democrático(...)* Ninguém pode ignorar, no entanto, que o comunismo internacional, as esquerdas extremadas, ou que qualquer outro nome tenham, não dominem no mundo inteiro. Pelo contrário, vivem em emboscada, para investir na primeira oportunidade, contra as instituições existentes. Não se pode dizer que as direitas também sejam inocentes, mas não têm o mesmo poder e as mesmas possibilidades. Não sendo nem direitista, nem esquerdista, mas um democrata fiel ao meu passado e à minha formação, sinto-me inteiramente à vontade para dizer que estarei firme no meu posto contra qualquer ato que implique em negar o espírito democrático.

Deputado Ernani Sátiro

Líder da Maioria na Câmara Federal.

**SIM:** Não está em curso qualquer golpe de Estado, no sentido estritamente esquemático da expressão. *Antes fosse assim. Porque então o Governo, através dos meios de informação, identificaria o grupo e o desbarataria.* O golpe surgirá quando a revolução promovida pela universidade, *detonadora*, alcançar os sindicatos e conseguir a paralisação das forças de produção. Então não haverá poder armado que evite a queda do Governo. Roger Garaudy,

---

parte do contexto histórico do Jogos de 1968. A capital asteca inclusive viveu um protesto de cerca de 300.000 estudantes sufocado pela polícia e pelo exército e denominado “A Matança de Tlateloco”, na Praça das Três Culturas. Apesar de tudo, entre 12 e 27 de outubro, o México organizou o que se chamou de *Jogos da Alegria*.

numa análise que fez da Quarta Internacional Estudantil, com sede em Berlim, Paris e Berkley, na Califórnia, refere-se à convicção dos estudantes esquerdistas de que não podem criar uma universidade socialista num mundo capitalista. Por conseguinte – acrescenta – não se deve tentar transformar a universidade primeiro e a sociedade depois. Esse processo quase teve êxito na França, em maio deste ano. *Está em acelerada marcha no Brasil. O Governo parece que não percebe e temporiza. O presidente parece que deseja terminar o mandato e ir para a História como um presidente militar democrata, à semelhança do Marechal Eurico Gaspar Dutra. Bons sentimentos não bastam. A revolução de março necessita fazer sua autocrítica e observar que confundiu democracia com instituições democráticas já envelhecidas. Apega-se a forma e deixa fugir a substância. O atual Governo e todos os que hão de suceder-lo, dentro do sistema, estarão indefesos diante da “nova esquerda”. De nada adiantará a preocupação com o desenvolvimento nacional. A revolução em marcha está sendo feita em países superdesenvolvidos, sob a proteção de leis caducas.*

Deputado Clóvis Stenzel – Da ARENA.

SIM: Na área do Governo, envolvendo-a, movimenta-se agressivamente um grupo de tendências militaristas que pretende impor um regime de direita, ou talvez, mais exatamente, imprimir ao atual regime, cujo caráter autoritário já é bem nítido e acentuado, um cunho cada vez mais antidemocrático. O Presidente Costa e Silva não tem podido ou não tem querido até hoje resistir à pressão que essa conspiração da direita exerce sobre o Governo. *É cada vez mais forte a sua influência, mais débil ou nenhuma a reação que lhe deveria opor o chefe da Nação. Vai chegar o momento em que a opção definitiva, e não apenas episódica, terá de efetuar-se.(...) Quando chegar essa hora, se o Marechal Costa e Silva não se conformar com o que dele vão exigir será afastado, pois já não terá condições de opor-se.*

Deputado Martins Rodrigues – MDB”. (sic)<sup>5</sup>

As respostas só demonstram, com exceção da última, o anacronismo dissimulado grassando no país. É singular que um mês antes do golpe dentro do golpe (o Ato Institucional nº 5) tal pergunta seja feita. Havia sinais de arrôxo? Segundo Ronaldo Costa Couto, sim<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> *Realidade*, nº 32, 1968, p. 226. Grifos meus.

<sup>6</sup>Cf. COUTO, Ronaldo C. *Op. Cit.* O autor identifica o movimento de correlação de forças dentro do grupo golpista desde sua ascensão, em 1964. Segundo ele, Castello Branco chegou ao poder a duras penas, tendo em vista o embate com a linha mais à direita do grupo cívico-militar, que não concordava com a intervenção cirúrgica e democrática proposta pelos

É sabida crescente ascensão do grupo *linha dura* dentro do governo golpista, desde que Costa e Silva assumiu o poder, com a saída de Castello Branco (tido como da *Linha da Sorbonne*). As falas de Stenzel e Sátiro – cujo caráter de irrealidade e hibridismo deste último só permanecem no sobrenome mítico – são sintomáticas disso. O *Não* deles é um *Sim* disfarçado, pois elenca todos os argumentos de que se valeriam os atores do poder para recrudescer a ditadura e a repressão.

## A Queda

Anterior ao novo golpe, já em dezembro, a página sete da edição 33 de *Realidade* apresenta a seguinte nota:

“A partir deste número, Paulo Patarra (que esteve em REALIDADE desde o dia em que ela começou a ser planejada e da qual foi redator-chefe, depois diretor da Redação) deixa a revista e passa a dirigir o setor de novas publicações da Abril Cultural.

A despedida de Paulo Patarra está na página 38. Uma entrevista que parecia impossível, dado o segredo que cerca os movimentos do entrevistado: o líder comunista Luís Carlos Prestes. *Ao publicar esse trabalho, REALIDADE não visa apenas ao “furo” jornalístico, nem mostrar as peripécias vividas pelo repórter para ouvir um homem misterioso. Trata-se de um documento importante sobre os comunistas, essa seita subterrânea marcada por tantas incógnitas e tantos dogmas, hoje como sempre ditados por Moscou. Uma seita que permanece viva, fiel à sua vocação totalitária e obstinadamente empenhada, pelos tortuosos caminhos da ilegalidade, em tomar o poder no Brasil, diretamente, se possível, por intermédio de prepostos, se necessário.*

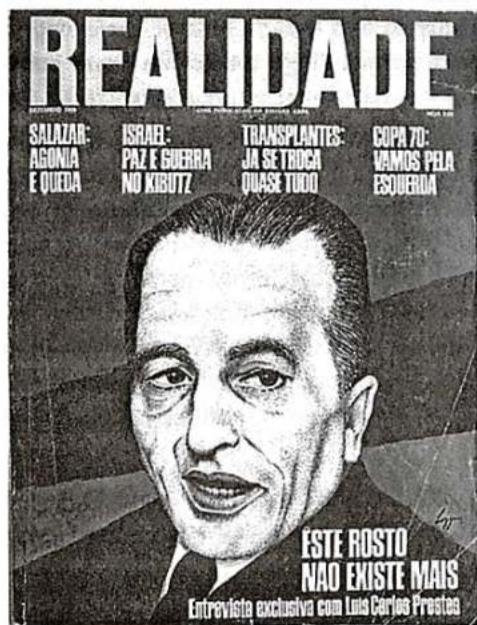
As palavras de Prestes a Paulo Patarra devem ser entendidas como uma advertência aos ingênuos, aos que acreditam numa democratização do co-

---

castellistas. Sua saída também foi um sinal dramático, pois sua ala perdia cada vez mais influência para o então Ministro da Guerra, Costa e Silva. A consagração da linha direitista se dá com a chegada do General Médici ao governo. Geisel, seguidor de Castello, põe fim à hegemonia do extremismo de direita, conduzindo seu governo com os preceitos traçados nos idos de 64 pela linha da Sorbonne, ou seja: menor tempo possível no poder e rápida transferência para a sociedade civil. Eis de onde vem sua famosa abertura lenta, segura e gradual, terminada com seu sucessor, João Baptista Figueiredo.

munismo de obediência russa. Basta considerar os aplausos do chefe vermelho brasileiro à intervenção na Tchecoslováquia para medir a impermeabilidade do PCB aos mais elementares princípios de liberdade e de independência dos povos”.<sup>7</sup>

A figura do repórter-aventureiro encontra seu último grande momento dentro das páginas da revista, ao menos no que tange ao sentido político e alegórico. A capa e a chamada do número (dezembro de 1968), em que aparece o desenho do busto de Luís Carlos Prestes sobre o título *Este rosto não existe mais*, a maneira como é descrita a forma como a entrevista foi feita e os comentários do autor dela são sintomáticos disso. Preenchem-se as páginas 38-63 de maneira a apresentar ao cidadão comum, o terror vermelho no país, com *Este é o comandante Prestes*. Entretanto, ele é uma figura humanizada e, portanto, distante do retratado pela ditadura militar como, de fato, um terrorista comunista. Trata-se de um exercício de alegoria.



*jornalismo existencial*, que já foi citado aqui no sub-ítem *Nem à esquerda nem à direita*, termo cunhado por Bernardo Kucinsky. Segundo esse autor, a primeira

Patarra aparece como um investigador, com direito a venda preta nos olhos, dias de silêncio – quase um seqüestro – mas indomável, estando ali no esconderijo de Prestes, para traçar um perfil razoável, mas tendencioso. Chega a dizer que o Partido é contrário ao Brasil. Todavia, assinala características hoje comprovadas pela historiografia: dogmatismo, ausência de análise da realidade *sui generis* brasileira, busca por uma impossível legalidade democrática, falta de crítica ao PC soviético e de autocrítica.

Também se trata da prática do

<sup>7</sup> *Realidade*, nº 33, 1968, p. 7. Grifos meus.

equipe de redação de *Realidade*, apesar de simpática ou militante de esquerda, não aceitava as determinações e posicionamentos dos Partidos Comunistas (Brasileiro e estrangeiros). O que pode ser, no limite, considerado como um certo niilismo.

Entretanto, não se pode esquecer do contexto. Um evento crítico ocorrido em 1968 determinaria uma reavaliação da posição dos militantes em função da atuação do Comitê Central de Moscou. Trata-se da violentíssima repressão da URSS ao que ficou conhecido como *A Primavera de Praga*. Alexander Dubcek foi nomeado secretário geral do Partido Comunista da Tchecoslováquia, introduzindo uma série de reformas, políticas e econômicas, incluindo abolição da censura e maior liberdade de expressão, com liberdade para presos políticos e sindicatos livres. Moscou não aprova essas ações. O secretário-geral do partido, Leonid Brejnev empreende movimento bélico para reprimir Dubcek. Este, recebe apoio do presidente Polônia e da Romênia, países que também queriam se libertar da ditadura soviética.

Em 20 de agosto de 1968, os tanques soviéticos entram em Praga e milhares de pára-quedistas soviéticos caem no campo de pouso. Na manhã de 21 de agosto, duzentos mil soldados do Pacto de Varsóvia – da Bulgária, Hungria, Rússia, Alemanha Oriental e Polônia – ocupam Praga. Uma semana depois, serão seiscentos mil. São enviados para Praga sete mil e quinhentos tanques e onze mil canhões. A medida, que parece um sucesso do ponto de vista militar, somente promove a revolta do povo tcheco à ocupação. Dubcek vai a Moscou, onde lhe garantem que as tropas deixarão a Tchecoslováquia se as reformas liberalizantes pararem. Ele aceita os termos, mas seus esforços não satisfazem os chefes soviéticos. Em 1969, alguns meses depois da retirada das tropas do Pacto, Dubcek é substituído por um presidente pró-soviético, Gustav Husak. Um ano depois, Dubcek é expulso do Partido Comunista.

Portanto, a idéia desse estilo de jornalismo existencial era a necessidade do ceticismo, imprescindível para se fazer a crítica tanto da direita como da esquerda. O Existencialismo, alicerçado em Jean-Paul Sartre e Albert Camus (cujo título de um de seus livros abre esse sub-ítem), de quem aqueles jornalistas eram leitores e admiradores, segundo Kucinsky, servirá para aquele time efetuar a crítica do engajamento e da importação de práticas e teorias automaticamente para a situação brasileira. Servirá também como elemento-chave

para uma crítica dos costumes, sua imobilidade e hipocrisia. Esse é um eixo que esteve presente – apesar de não mencionado antes – nas reportagens de Kalili, Azevedo, Marão, Mylton Severiano e no texto de Patarra que ora se comenta. Isso será retomado com maior precisão no próximo capítulo.

## O novo golpe e o fim

Naquele mês, no dia 13 de dezembro, decreta-se o Ato Institucional nº 5.

1967 e 1968 foram retratados aqui como um biênio caleidoscópico. O mundo, de fato, estava explodindo em toda parte. O problema é que isso não é o suficiente para explicar o surgimento de uma outra revista que, em última instância, é uma cópia do que já existia.

Para tentar responder a isso, seguir-se-á uma simples linha de raciocínio: Retomando as idéias de Umberto Eco, o gênero humano parece sentir a necessidade de ficcionalizar a vida quotidiana, pessoal e social. A ficção é uma forma de organizar o tumulto que é a experiência humana. Nesse sentido, tal aspecto se assemelha à necessidade de mitos a que todas as sociedades de todas as épocas estão sujeitas. Na verdade, a narrativa do mito, do elemento organizador da vida social, é fato estrutural humano.

Tanto a ficção como os mitos não podem ser confundidos com a mistificação (ou mitificação) da vida, o que significa falseamento. É o que Adorno e Barthes demonstram em seus trabalhos singulares. Mistificar impede qualquer descrição em contrário, cria uma máquina indecifrável e irreconhecível. De certa maneira – e sem dúvida – a década de 60 do século passado é mítica e mistificada.

Todo mito tem seu aspecto de verdade – e de mentira – que se consolida ao longo da história. *Realidade* ajuda, de certa forma, a afirmar tal aspecto. Muito do que se sabe sobre aquela década transparece nas páginas da revista ao serem lidas quase quarenta anos depois de publicadas. Assim como muito do que se sabe não se faz presente em nenhum momento. Se se fizer um painel dos acontecimentos históricos entre abril de 1966 e dezembro de 68, perceber-se-á a ausência de fatos, preteridos em detrimento de outros, talvez de menor importância. Onde está a passeata dos Cem Mil e a morte do estudante Edson Luís, por exemplo?

Contudo, como se tentou demonstrar, algumas coisas são patentes e muitas outras não. Por exemplo, o papel desempenhado por um veículo da Grande Imprensa não pode ser – por tabela – associado ao aspecto geral que a Grande Imprensa assumiu durante os anos de peso da ditadura cívico-militar no país. Ou seja: há todo um jogo muito sutil de claro-escuro que fica revelado na discussão acerca do acordo ficcional ou alegorização aqui exaustivamente compreendida.

O papel de *Realidade* no jornalismo brasileiro é singularmente importante tanto pela forma como pelos conteúdos adotados (o livro-reportagem do *new journalism*) que estão em diálogo direto com o entorno social e político em que ela nasce. As figuras de seus repórteres também estão em consonância a essa última afirmação. A idéia do aventureiro é intimamente ligada ao período e a forma do fazer jornalístico tratado: uma revolta à imposição da figura racionalizada do jornalista, que deveria dar o máximo de informação no menor espaço possível.

Walter Benjamin, no seu ensaio sobre *O Narrador: considerações sobre a Obra de Nicolai Leskov*<sup>8</sup>, afirma que, na emergência da modernidade técnica, a capacidade de contar histórias sofre um sensível declínio. A narração é substituída pelo aspecto da informação, em que a experiência coletiva empobrecida é um fato. Sintoma disso é o aspecto preponderante do jornalismo, como o elemento, portanto do discurso informativo, substituto da narração coletiva, da capacidade pretérita de transmitir experiência. A reviravolta do *new journalism* propõe o exercício contrário ao diagnóstico do filósofo franco-alemão. A imagem do repórter, nessa perspectiva, seria o narrador de que fala Benjamin.

Figura essa que, aliás, diminuiria cada vez mais nas redações, segundo as entrevistas de Adalberto Leister Filho com os jornalistas do primeiro time da revista.

Destarte, portanto, o imediatismo e o artesanato jornalístico de *Realidade* são substituídos – não da noite para o dia – por um aspecto mais profissional. Basta ver o anexo dessa monografia que se refere à composição do quadro de jornalistas, fotógrafos e colaboradores que passaram por *Realidade* ao longo

---

<sup>8</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. "O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov" IN: *Magia e Técnica, Arte e Política, Obras Escolhidas*, vol. I, SP: Brasiliense, 1985.

dos anos<sup>9</sup>. As grandes pesquisas, as grandes viagens, os grandes temas, as enormes somas de dinheiro empregadas – segundo a bibliografia e os próprios jornalistas – de forma irresponsável, são deixados ao largo para a profissionalização do discurso e da prática, da Editora e de seu projeto. O Projeto Abril mudou. Tanto em função do tempo como a partir dele. É um dado importante que, na Nota da Redação última, saliente-se o fato de Patarra ser dirigido ao setor de novas publicações da Abril. Esse setor seria aquilo que capitanearia e inseriria a Editora no mercado da indústria cultural de informação e entretenimento da década seguinte: Fascículos, coleções, discos, encartes, enciclopédias, livros, *Os Pensadores*, *História da Música Popular Brasileira*, culinária, mecânica etc: é o surgimento da *Abril Cultural*. Forma e conteúdo não se separam também do aspecto social em que se gestam. O começo de uma indústria cultural baseada na segmentação de mercado – fonográfico, editorial etc. – é um processo expressivo.

E é nesse bojo que nasce *Veja e leia*.

Informação ágil, semanal, deglutida e sem espaço para tom literário. Pretende conferir um panorama objetivo do que acontece em tempo quase real. *Veja e leia, confie e repita* pode ser o enunciado do autor-modelo, numa das facetas do acordo ficcional.

O grande problema agora é saber qual o itinerário de *Realidade* em 1969 e nos anos seguintes, bem como de seu *staff*. Ao girar um caleidoscópio, tem-se a impressão de ser ver múltiplas cores, que aparentemente não se repetem, o que faz parecer um objeto maravilhoso. Todavia, o que acontece quando se gira rápido demais?

---

<sup>9</sup> Ver Anexos III.

## 5. Cacos de Vidro [1969-1970]

Roberto S. C. Moreira, em seu artigo “A Revista Realidade e o Brasil dos anos 60”<sup>1</sup> afirma que a revista deve ser vista aos olhos de hoje, quarenta anos depois, como o documento de uma época.

Essa hipótese foi o que norteou o trabalho empreendido até aqui. Analisando o que se pode chamar de *variações de texto*, procurou-se verificar que tipos de representação estavam inscritos naquela apresentação do real, proposta pela revista. Um caminho que a publicação seguiu sujeito a uma série de correlação de forças, internas e externas ao ambiente da Abril, que levam a evidenciar, como já foi explicitado, que entre os anos de 1966 e 67 – ou seja: da criação ao primeiro choque conhecido com a censura – ocorre uma fase de acomodação com o regime militar, com um texto bem comportado, ainda tateando sua polemicidade no âmbito dos costumes e, muito levemente, no aspecto político. O que permitia ser, diretamente, uma crítica à sociedade que gerou o golpe. Mas não ao seu momento político, reprovado nas entrelinhas.

O biênio 1967-68 apresenta a fase em que a sofisticação do texto, aliado aos temas do momento, apresenta *Realidade* como uma revista aparentemente progressista, mais devido aos seus jornalistas que ao seu berço. Forma e conteúdo atingem seu limite máximo, numa relação que beira o insustentável, pois como está na propaganda de *Veja e leia*, se o mundo explodia ao redor de todos, não era possível por muito tempo retratar a realidade dentro dos limites de uma redação que estava, inegavelmente, inserida no *establishment* da Grande Imprensa, apoiadora do golpe de 1964. Como foi possível verificar, ao tratar dos assuntos políticos, *Realidade* nunca emite uma opinião direta. Por vezes através da alegoria, por vezes postando sua voz na fala da sociedade ou *do povo*, o discurso se faz ouvir abrindo espaço dentro da impossibilidade esperada de falar dentro da Grande Imprensa num ambiente de exceção.

---

<sup>1</sup> MOREIRA, Roberto S.C. “A Revista Realidade e o Brasil dos anos 60” IN: MOUILLAUD, M. & PORTO, S. D. (orgs.). *O Jornal: da forma ao sentido*, Brasília: Paralelo 15, 1997.

As indicações sugeridas anteriormente, sobre a voz do dono e os donos da voz não foram à toa. Para completar aquela discussão, é necessário entender o que se passa ao fim de 1968 e no ano de 1969, encerrando assim este trabalho.

### Após o ato

Como se sabe, em dezembro de 68, a linha dura mais conservadora do golpe cívico-militar decreta o AI-5, que eleva a graus sufocantes a situação de se viver sob a égide de um golpe de estado. Completa-se o ciclo, já delineado pelo AI-2, suprimindo-se totalmente as liberdades de representação partidária, instaura-se a censura prévia aos organismos de imprensa, proibi-se a organização sindical independente. Trata-se da culminação de um longo arco de restrições, em especial no que tange ao aspecto da Imprensa, convergindo na Lei (ou Doutrina) da Segurança Nacional. Na visão de alguns autores, legitima-se o que se pode denominar por *terrorismo de Estado*, no país<sup>2</sup>.

Entretanto, no que tange a *Realidade*, o processo de fechamento e expurgo – característicos do pós-AI5 – já podia ser sentido meses antes, ao longo do ano de 68, como se procurou demonstrar com o anexo III deste trabalho. Os motivos para isso são oriundos de um triplo conjugado de forças, sendo que dois já tratados:

- A) a mudança do Projeto Abril, culminando em Veja, na profissionalização e segmentação do mercado;
- B) os limites da alegorização do texto jornalístico e informação, sujeitos a determinação da luta de classes (jornalistas de origem proletária, pequeno-burguesa vs burguesia) e de um regime de exceção;
- C) E, por fim, um novo elemento: da participação ou simpatia dos jornalistas do primeiro time de *Realidade* em grupos de resistência armada ao regime militar e da esquerda institucionalizado no Partido Comunista. Todos esses elementos são determinantes para o quadro que se começa a apresentar nas páginas da revista a partir do ano que se analisará mais adiante.

---

<sup>2</sup> MORAES, Maria L. Q. de. *Memória Biográfica e Terrorismo de Estado: Brasil e Chile*, Coleção Primeira Versão, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001 & MORAES, João C.K.Q. *Ditadura e Liberalismo no Cone Sul*, Coleção Trajetórias, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

Ainda que se possa dizer, como o faz Roberto S. C. Moreira, que a revista não era um veículo de contracultura, mas sim um veículo do mercado que soube aproveitar o momento, é inegável que há um sensível declínio em seu texto, apresentando uma espécie de marasmo discursivo entre os meses de janeiro a julho de 1969. Moreira tem parte da razão ao afirmar que *Realidade* não denuncia a ditadura, atribuindo sua imagem progressista posterior mais ao contexto mundial esquerdizado que a ela própria. Colocar em suspensão essa visão é interessante; contudo, não dá conta de responder a problemática acerca do engajamento dos jornalistas. Não havia denúncia direta da ditadura nas páginas da revista. Não, diretamente.

Mesmo porque esse papel lhe fora deslocado, após a chegada de Veja e leia. Também como uma imposição do tempo e do mercado, a nova publicação era extremamente mais agressiva no biênio 1968-69, até que comece a sofrer mais dura e incisivamente a ação da censura e de seu expurgo de profissionais.

### **Os motivos: intervenção, ação e coesão**

Entretanto, também não deve ser desprezada a militância ou simpatia pela esquerda daqueles profissionais. Adalberto Leister Filho é quem assinala a origem humilde – pequeno-burguesa ou proletária – da maioria dos repórteres. Sendo assim, sua chegada à redação significa uma ascensão social, em contato direto com uma fração de classe burguesa, o que os permitiu verificar experiências de outras classes sociais, segundo aquele autor.

A equipe de *Realidade* formava um conjunto coeso, entre repórteres, redatores, fotógrafos e outros. O que, segundo a memória de todos os entrevistados de Leister, era o suficiente para que as reuniões de pauta fossem, na maioria das vezes, uma briga de foice com a direção, chegando mesmo à imposição de pontos polêmicos, em contraposição aos Civita e à alta direção da Abril, que tinha aliados militares e civis no poder, segundo aquelas entrevistas.

Todavia, como já foi dito, a saga da família Civita era de orientação liberal – à americana – o que fazia com que detestassem ditaduras, permitindo indivíduos de esquerda dentro da redação, visando suas potencialidades como profissionais excepcionais e lucrativos.

Ao que parece, as principais orientações de esquerda na redação eram do Partido Comunista (PC) e da Ação Popular<sup>3</sup> (AP).

A saída da equipe em outubro de 1968 é explicada por três ordens (internas e externas):

A) a substituição de Paulo Patarra por Alessandro Porro, sob alegação de uma divergência editorial. Porro, como já foi dito, não era nada bem visto e supunha-se ser uma espécie de interventor brando na redação;

B) Decorrência da primeira, as pressões que a Abril sofria para abrandar seus textos e jornalistas. Segundo alguns jornalistas (sem comprovação), havia a possibilidade da Editora começar a ser censurada. Patarra era uma espécie de fusível entre a redação e os Civita, tentando conter ambos os lados (os primeiros, para que não demitissem ou alterassem a pauta; os segundos, para que suavizassem um pouco mais o texto original e assim pudesse ser publicado);

C) a diretiva da AP aos seus jornalistas em *Realidade*, segundo Bernardo Kucinsky, para que os profissionais abandonassem a redação e se misturassem ao povo, por considerar o jornalismo uma profissão qualquer, apenas com a particularidade de potencializar a ação política, que era vista no momento como mais efetiva e importante pela organização.

Todos esses motivos provocaram demissão em massa da redação, em consonância com o que ocorreria em outros jornais. Jorge Butsuem, fotógrafo da revista entrevistado por Leister Filho, acredita também que a chegada à redação de Odylo Costa Filho, escritor e jornalista d'O *Cruzeiro* ligado a José Sarney e ao Governo Federal também foi um motivo de saída, por significar novamente uma intervenção indireta. Todavia, isso não fica evidente nas outras entrevistas coletadas pelo historiador. Entretanto, as figuras de Odylo e Porro são vistas como instrumentos dos Civita para poder controlar melhor a redação da revista, haja vista os cargos que assumem (ver o terceiro anexo dessa monografia).

---

<sup>3</sup> A AP é fundada a partir da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1962, que lutava pela implementação do socialismo. Agindo independentemente da Igreja, a organização procurou concentrar esforços junto a operários e camponeses, atuando na sua alfabetização e conscientização. Apóiam as reformas nacionalistas de Goulart, em 1964. Após o Golpe, sofre sensíveis quedas com o exílio ou clandestinidade de muitos militantes. A partir de 1967, adota uma orientação maoísta, gerando rachas internos.

Os quadros da esquerda em *Realidade* eram majoritariamente da AP: Carlos Azevedo, Duarte do Lago Pacheco Pereira, Narciso Kalili, Sérgio de Souza, Roberto Freire, Eduardo Barreto, Woile Guimarães, Raimundo Pereira. Havia ainda simpatizantes do Partido Comunista: Mylton Severiano da Silva (Myltainho), Paulo Patarra, José Hamilton Ribeiro, Milton Temer, Carmem da Silva e Eurico Andrade. Colocam-se esses últimos na categoria de *simpatizantes* por não ficar claro qual o grau de envolvimento deles com o Partido. Nenhum se autodeclara membro; todavia, são apontados pelos colegas (da AP) como próximos ao PC. Segundo os jornalistas, o único que destoava do grupo era Luiz Fernando Mercadante. Aliás, segundo ele próprio declara a Leister Filho, nunca foi homem de esquerda, embora tenha votado nela algumas vezes. Mas também não era de direita. Mylton Severiano declarou a Leister Filho que Mercadante era de centro: conservador e liberal. Paulo Patarra afirmou que, por motivo de coesão, não deixava entrar ninguém de direita, para evitar rachas numa redação pequena e assim quebrar a coesão do grupo que ele montou. José Carlos Marão e os fotógrafos, por exemplo, entrariam na categoria de *esquerdistas*, mas sem envolvimento político.

Sendo assim, quer por uma ordem expressa da organização, quer por solidariedade, a primeira equipe se dissolveu. No anexo Jornalistas e Colaboradores é possível perceber isso com mais clareza, sendo aquele time substituído por outro que, aos poucos, foi se *infiltrando* na redação. Sobre eles, não há quaisquer menção, seja pela bibliografia ou pelos relatos dos profissionais originais.

## Silêncio e Colaboração

É sintomático que após o AI-5, as matérias de capa de janeiro de 1969 sejam, portanto, sobre vestibular, os fantásticos mistérios da Lua, uma discussão acerca da paz no Oriente Médio e uma matéria comprada de Oriana Fallaci acerca de sua ida à Índia. A foto e a matéria principais são a respeito do mal do câncer.



Esse é um padrão de silêncio que atravessará todas as edições a seguir. O aspecto alegórico não pode mais ser percebido. O limite de espaço entre a voz do dono e os donos da voz haviam sido rompidos. A partir desse momento, *Realidade* reforça a impressão de ser ou ter se tornado uma revista de variedades, como o comprova o Anexo de Distribuição de Matérias.

Até julho de 1969, as pautas da revista se ocuparão, principalmente, de assuntos médicos (transplantes), fatos externos, religiosos e de guias de boa vida sexual, bem como conjecturas acerca da Copa de 1970.

Contudo, será neste mês que, duas matérias fornecerão vestígios para pensar o que significou o Ato Institucional nº 5 na redação da revista, bem como em que nível se localizava as concessões feitas ao novo estado de coisas no momento. A primeira pista é o trecho que segue logo abaixo de texto de José Carlos Bardawil e Hamilton Ribeiro, intitulado *Aqui se pode pisar na grama* (pp. 16-29).

*“Um dia Brasília acordou assustada. Com a suspensão das atividades legislativas, a capital enfrentava a sua grande prova de força. E venceu-a. Esta cidade já tem vida própria, com uma população feliz, apesar de seus problemas – alguns deles graves. Porque ali surgiu uma nova família, as crianças sentem falta dos avós e seu carinho, mas em compensação brincam onde querem (...)”*<sup>4</sup>

O texto se ocupa essencialmente do andamento da pesquisa<sup>5</sup> empreendida pelo sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), José Pastore, sobre o *surgimento do novo homem em Brasília*, apresentando melhores condições de vida – ainda que fosse apenas para os habitantes do Plano Piloto e não das cidades-satélites – e uma maior integração da família. O retrato de Brasília pela pesquisa, assim como a reportagem que se ocupa dela, apresentam a situação de absoluta impotência provocada pelo novo golpe, pois a realidade se molda face às imposições da censura, da arbitrariedade e do terror.

Não cabe questionar aqui o valor da pesquisa. Ambas (reportagem e análise) aparentam tom ufanista em relação à cidade, à sociedade e ao grupo que proporcionou isso; ou seja: os militares e civis responsáveis pelo ter-

---

<sup>4</sup> *Realidade*, nº 40, 1969, p. 16. Grifos meus.

<sup>5</sup> Cf. PASTORE, José. *Brasília: a cidade e o homem. Uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano*, SP: Cia Ed. Nacional/ Ed. Universidade de São Paulo, 1969.

rorismo de Estado. A cidade é retratada como o lugar em que o homem vence a natureza pela técnica, apenas. Nada de política, nada se comenta acerca do novo golpe. Nem indiretamente.

Seguindo essa mesma linha, a seção Brasil Pergunta abre-se com a seguinte enquête: *Que fez o exército brasileiro nos últimos dois anos?* A resposta é concedida pelo General Lyra Tavares ao leitor Hamilton Guimarães, de São Paulo. Antes da resposta, entretanto, é necessário atentar para o aviso que a antecede, proveniente da redação:

*"Nota da Redação: Fugindo à tradição, escolhemos entre as perguntas dos leitores uma que não provocasse debate, mas que necessitasse de um único esclarecimento. E obtivemos do próprio ministro do Exército, General Aurélio Lyra Tavares, a resposta desejada: uma síntese de grandes realizações".<sup>6</sup>*

Antes de qualquer coisa, é necessário lembrar que Aurélio Lyra Tavares, o general em questão, era nada mais, nada menos que o Ministro do Exército do Governo Costa e Silva. E quando este se viu impossibilitado de governar por conta de doença, Tavares formou Junta Militar de Governo, nomeada pelo AI-12, com Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza Mello (Aeronáutica), impossibilitando que o vice-presidente civil, Pedro Aleixo, assumisse o cargo. Segundo Ronaldo Costa Couto, tal fato ocorreu por conta de Aleixo ter sido o único no Governo a ter votado contra o AI-5. Logo, concluíram os seguidores da linha dura, que a primeira coisa que o vice-presidente faria seria derrubar tal medida. De posse dessa informação, fica mais fácil entender o que significa a alteração da forma da Seção Brasil Pergunta, bem como a resposta que se segue:

*"A maior de todas as realizações do Exército, nestes dois anos de Governo do Presidente Costa e Silva, foi haver assegurado, com a Marinha e a Aeronáutica, a tranquilidade, a ordem e o trabalho do povo brasileiro (...)*

*(...) Embora pouco divulgados pela própria política de austeridade que se traçou o Governo, eles [vultosos empreendimentos públicos] foram muito mais amplos e substanciais do que o supõe a própria Nação, em geral mal informada. (...)*

*(...) A Revolução deu ao Exército, antes de tudo, através da vitória dos postulados que sustentou e da depuração a que nele procedeu, as condições essenciais à sua eficiência, como força armada, com:*

---

<sup>6</sup> Lied da resposta no canto superior direito da página. Grifos meus.

- 1) A restauração dos princípios de hierarquia e da disciplina;
- 2) O fortalecimento da sua coesão, fim para o qual concorreu a unidade de espírito do Exército em torno dos ideais que defendeu em março de 1964 e continua a defender intransigentemente;
- 3) A consciência de que a defesa da democracia contra os que continuam a tentar subvertê-la terá que ser feita muito mais pelos estadistas, pelos legisladores e pelos magistrados do que pelas Forças Armadas, unidas e coesas na defesa da verdadeira democracia.(...)

(...) *No que se refere ao âmbito do Ministério do Exército, não creio que haja interesse em fazer comparação com aqueles tenebrosos tempos de antes de março de 1964, ainda mais porque isso nos traria o constrangimento de recordar os tristes episódios, então vividos, com indisfarçável angústia, por toda a Nação.*

*Julgo muito difícil que qualquer brasileiro tenha dúvidas sobre o que seria hoje o Brasil, cuja recuperação moral e econômica a Revolução está realizando com austeridade e segurança, à custa de grandes sacrifícios, se ela não tivesse acontecido, ou se os inimigos conseguissem interromper, como desejaram, o seu curso irreversível".<sup>7</sup>*

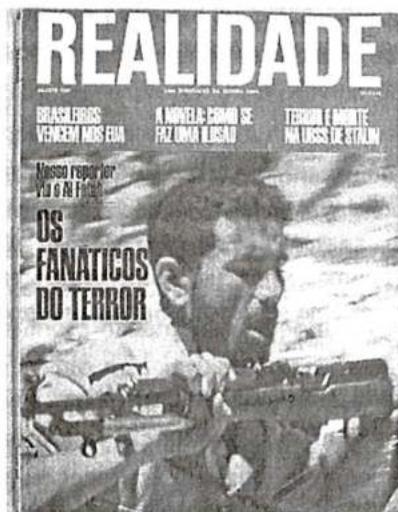
Como fica visto pela seção acima, 1969 iniciará a fase de silêncio e colaboração da Editora Abril, de maneira ostensiva e declarada. Diferentemente do que ocorreu em 1964 com outras empresas de informação, colaboradoras de primeira hora. A Abril, somente agora com *Realidade*, irá publicar matérias cada vez mais simpáticas ao regime, pavimentando todo um caminho anterior que, se não denunciava expressamente o golpe, ao menos tentava incomodar.

Isso fica patente, por exemplo, nas pautas de agosto a dezembro daquele ano. A crítica comportamental, a ironia, a sofisticação do texto, as matérias incômodas e a busca por um *Brasil Grande* e ainda não descoberto desaparecem. Agora, figurariam os temas do terrorismo e da boa imagem do Exército e do *povo brasileiro* (*visto como uma nação dócil, ordeira e equilibrada*), demonstrando o *estrangeirismo das idéias terroristas* em contraposição à natureza desses dois últimos. Ou seja: retorna à baila todo o mito comportamental e político. Veja-se isso, mês a mês:

Agosto de 1969: Na capa, um homem numa paisagem desértica e desfocada segura o que parece ser uma arma de longo alcance (rifle) nas mãos, como se estivesse fazendo exercícios militares, haja vista sua roupa. O título é

<sup>7</sup> *Realidade*, n° 40, 1969. Grifos meus.

Nosso repórter viu o Al Fatah: Os Fanáticos do Terror. A pauta do mês pode ser vista assim:



A. pp.26-36: *Al Fatah ataca*, por Milton Coelho;

B. pp.36-53: *São brasileiros que fizeram a América*, por Luís Weiss;

C. pp.76-88: *Nos dois lados do muro*, por Alessandro Porro;

D. pp.88-99: *Os hippies do passado*, por Roberto Muggiati;

E. pp. 99-108: *Terror e morte na URSS de Stálin*, por Paulo Francis ;

F. pp. 140-156: *A outra face do Exército*, por Talvani Guedes.

A, E e C, nessa ordem, têm um fator comum: perigos do terrorismo e do comunismo.

B e F tentam demonstrar o lado positivo do Brasil. A matéria D é um longo texto sobre a ausência de originalidade do comportamento jovem, localizando a figura do hippie nos séculos XVIII e XIX, com escritores e artistas. Isoladamente, talvez, esse conjunto não tivesse o significado que lhe é atribuído agora. Entretanto, no contexto, ele tem uma carga simbólica vistosa. Esses temas irão se repetir com inédita frequência nos meses subseqüentes.

Setembro/69: A capa deste mês traz quatro bustos reais e jovens, sendo três homens e uma mulher. O primeiro (barbado e olhar determinado) e o terceiro (sério) com tons em cores quentes (vermelho e amarelo), centrados na lente do fotógrafo. O segundo e o quarto (sendo este último o rosto feminino) têm olhar distante e, diferentemente dos outros dois, aparentam serenidade e alegria. Seus



rostos estão sombreados por cores frias (azul e verde). O título é: *Afinal, o que querem os estudantes? Resultado de um grande inquérito*. A Nota da Redação é extremamente significativa, tanto por seu conteúdo como por quem a escreve: o já então novo diretor de redação de *Realidade*, Paulo Mendonça:

“*Quem é e o que pensa, verdadeiramente, o estudante brasileiro? Realidade sai a campo para reencontrar o perfil exato da nossa juventude universitária. Recebemos milhares de respostas ao nosso questionário publicado no número de maio. Vieram de todo o território nacional. Tabuladas e analisadas, projetam uma imagem de equilíbrio e objetividade que as agitações de superfície não conseguiram deformar. Os estudantes falam de si mesmos e de seus problemas de uma maneira que só pode lhes valer o respeito de uma sociedade como a nossa, cuja vocação é abrir-se às tendências autenticamente construtivas (...)”<sup>8</sup>*

Luis Weiss para comprovar isso, escreveria *A Palavra dos estudantes: eles querem construir*. O mais interessante, de fato, é a nota da redação e a foto interna, que reproduz a capa, só que em tom amarelo, quase obscurecendo o primeiro e o terceiro rostos, que simbolizariam os *revoltosos, baderneiros* etc., iluminando melhor aqueles que gostariam de construir, de maneira serena e sem *agitações de superfície*, simbolizados pela segunda e quarta faces. Mendonça reforça a necessidade de se criar uma nova representação acerca dos estudantes e, quiçá, do movimento estudantil, diferentemente daquela que a *nação* presenciou em 1968 e que fora retratado pelas páginas da revista também um ano antes. Certamente, em 1969, seria mais fácil achar esse perfil novo de estudantes, uma vez que a maioria do movimento estava presa, foragida ou, eventualmente, morta.

Outubro/69: O único ponto relevante desta edição é a Seção Brasil Pergunta que, mais uma vez, altera suas características. Desta feita, não há convidados ilustres para responder questões do público. O que ocorre é o questionamento de *Realidade* para o povo. A pergunta era: *A troca do embaixador: o Povo aprovou?*

Seis pessoas, *do povo*, são convidadas a responder à pergunta enviada por Carlos Eduardo Brito. Cinco favoráveis à medida do governo no caso da troca do embaixador Charles Burke Elbrick, dos EUA. A única resposta contrária fora justamente a de uma estudante, pedindo maior repressão aos *terroristas*.

<sup>8</sup> *Realidade*, n° 42, 1969, p.7. Grifos meus.

Como era de se esperar, pelo contexto, não há quaisquer referências ao caso, numa matéria mais apurada sobre o assunto. O primeiro seqüestro político da História do Brasil Republicano é tratado como um caso banal. As respostas que aprovam *a medida do governo* – que, na verdade, foi premido a aceitar a troca, para evitar um conflito político de graves conseqüências com os EUA – variam entre as constatações de que não havia saída, ou de que fora boa a atuação do governo, pois os *terroristas* jamais voltariam do exílio. De fato, o General Lyra Tavares tinha razão: o *povo* era costumeiramente mal informado. A censura estava atuando de maneira eficaz, principalmente não permitindo que os manifestos da esquerda acerca do caso fossem veiculados na íntegra. Mandavam-se embora os *terroristas*. E ponto.

No mês seguinte, matéria creditada à equipe de *Realidade* dedica-se a procurar saber o que o *povo*, essa categoria amorfa, queria do mais novo Presidente Militar da República, o General Médici. O título é: *O que o Brasil quer de Médici*. Novamente, a fala é posta na boca da sociedade, em estratos bem localizados, pois não há nenhum contrário à ditadura. Segundo as respostas coletadas pela equipe, o povo esperaria o que se espera de qualquer governante em qualquer situação histórica: melhorias de vida. Quase que numa relação de favor. Não se esperava, portanto, que houvesse abertura ou o fim da ditadura. O Golpe de 1964, naquela acepção, consolidara-se num fato. A única voz da dissonância é a do jornalista Alberto Dines que, por motivos óbvios, pedia o fim da censura prévia à Imprensa. Entretanto, o que pode extrair da reportagem é uma imagem positiva da *Revolução* de 1964, que caminharia para um bom fim, acertando seu eixo de maneira equilibrada. Estudantes, operários, outros jornalistas ou militares não foram convidados a dizer o que esperavam do próximo governo do Golpe.



Por fim, a última edição de 1969 consolida o aspecto da colaboração, ao tratar o aspecto do seqüestro de aviões por *terroristas comunistas* de maneira jocosa. É a matéria *Se o seqüestro for inevitável, boa viagem*, escrita para a Seção Roteiro, de maneira apócrifa.

A matéria é escrita, sem o menor aviso de a que veio. Antecipa tentativa frustrada de seqüestro de um avião por um grupo pequeno da esquerda armada, que se consolidaria em julho de 1970. Na ocasião, um dos integrantes morreu (Eraldo Palha Freire) e os outros três ficaram feridos (Jesse Jane Vieira de Souza, entre eles)<sup>9</sup>. O texto estabelece um roteiro de como o passageiro deve agir antes, durante e depois do seqüestro, cujo itinerário indubitavelmente será Havana, Cuba. O que se deve levar na bagagem, como não ficar nervoso, que palavras de espanhol articular, que locais e pessoas procurar na capital oficial dos *terroristas políticos*. Varreu-se do texto de *Realidade* qualquer aspecto crítico, alegórico ou desconfortável para o Governo. O ano de 1970, para a Ditadura Militar, se iniciaria com um opositor a menos.



*Realidade*, dez. 1970

<sup>9</sup> Cf. GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*

## 6. Por uma conclusão

*“(...) A Imprensa! Que quadrilha! (...) Não há nada tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda prova. E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... (...)”<sup>1</sup>*

### Constatações

O interessante de acompanhar, com os olhos atentos, sistematicamente, uma publicação não é somente observar seus limites ou incoerências, dizendo onde houve acerto ou erro. Quase quarenta anos depois, seria demais esperar que o objeto satisfizesse às expectativas de seu observador no presente.

Não foi isso, entretanto, o que guiou esse trabalho. A idéia principal, aquela a qual se queria satisfazer uma resposta, era entender qual o papel desempenhado por *Realidade* na época inicial da ditadura cívico-militar instaurada no país. Através dos textos da revista, das imagens e da bibliografia, isso foi factível. De certa forma, para bem ou para mal, as últimas ilusões com a isenção ou neutralidade axiológica se dissiparam. A informação, como um instrumento de poder, tanto de transformação da ordem como para manutenção da mesma é algo que merece ser sempre estudado com cuidado, procurando desconstruir a fala que pode vir a se tornar um mito, inquestionável e inexorável. Ainda mais no que tange ao século XX, em que os principais mediadores da experiência humana são os meios de comunicação e seus profissionais.

---

<sup>1</sup> BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, SP: Ática, 1997, p. 81.

Em épocas de exceção, isso deve ser questionado com mais empenho; a participação dos grupos de informação pode sumir pelos arquivos, permitindo assim a retomada de um papel que muitos não desempenharam. Caso exemplar disso é a edição da Folha de São Paulo, comemorativa de seus 80 anos de vida, que, em sua página três, simplifica a atuação daquele jornal na conjuntura do golpe de 1964, enfatizando melhor a sua participação pela abertura, nas Campanhas pelas Diretas Já, de 1984. Vinte anos de histórias dissolvidos em uma página de jornal, em poucas frases, para uma geração que as lê quase vinte anos depois.

Para essa atual geração, a época da ditadura militar é um limbo mal ensinado nas escolas; que geralmente evita-se comentar em família; e que, não raro, se encontra alguém com mais de cinquenta anos que sinta saudades dos tempos do *Milagre*. Censura? Exílio? Tortura? Mortes? Terrorismo de Estado? Disso pouco se ouve falar.

Foi nesse sentido que se procurou questionar o papel de um veículo da Grande Imprensa, principalmente pelo viés da memória social. O jornalista e a informação como maiores intermediários entre o concreto e a representação de que se faz dele passou a ser responsável, no último século, pelo que se passa a lembrar do passado, de maneira como se organiza o presente e as perspectivas partilhadas para o futuro. Não é à toa que a Imprensa é chamada de Quarto Poder. A sociedade capitalista ocidental é dependente das imagens e dos textos que vê e lê, quotidiana ou semanalmente, nas telas ou nas páginas de um sistema perito denominado Imprensa. Como sistema perito, é detentor de um poder discursivo que, em última instância, só poderia ser questionado por outros que detivessem seu mesmo conhecimento? A inquestionabilidade da informação passa a ser um fato, pois está em atuação o princípio da suspensão da descrença. Logo, tem-se também o fato quase inquestionável da memória, da recordação discursiva, que chega aos olhos, aos ouvidos e às bocas que a repetem.

Em momentos de ditadura, de exceção, memória e informação são elementos-chaves do jogo do poder hegemônico. Num contexto altamente instável, como, por exemplo, a América Latina (e num país em que a memória é um brinquedo ao sabor do tempo), tudo o que sabe sobre o passado – antigo ou recente – tem de ser posto em suspensão. Até mesmo o discurso que se

propõe a analisar esse passado, para não se cair no erro de mitificar um outro sistema que se quer perito. É sempre perigoso trocar seis por meia dúzia.

## Itinerários

Uma outra hipótese inicial que norteou esse trabalho era de que *Realidade* era uma espécie de válvula de escape dentro da Grande Imprensa na época da ditadura cívico-militar. Com mais ou menos acerto, isso ficou demonstrado. A sofisticação crescente do texto e a crítica do comportamento hipócrita da sociedade que gerou o golpe foram sinais disso. Mas uma válvula aberta que dura pouco, espremida pelas pressões do momento histórico e do perigo físico a seus próprios profissionais. A crescente imersão da Abril no mercado de segmentação da indústria cultural, aliado às imposições da AP e à guinada pelo terrorismo de Estado, assumida pela ditadura são motivos suficientes para entender o fim de uma revista e também de uma época.

Foi necessário colocar em suspensão também tudo o que se leu acerca de *Realidade*, que em grande parte do tempo adquiria um tom ufanista. Até mesmo essa monografia, por vezes, pode incorrer neste erro.

A crítica em *Realidade* muitas vezes não ficou restrita à direita do *establishment*, que em geral, por suas posições históricas, é fácil de atacar. Também se direciona à esquerda, por ter igualmente cometido erros, arbitrariedades e por buscar soluções onde elas não existiam. Se o Existencialismo tem, dentre outras premissas, a de denunciar o absurdo e indignar-se com a náusea causada pela vida social – como fica evidente em dois livros clássicos dessa corrente: *O Estrangeiro*, de Albert Camus e *A Náusea*, de Jean-Paul Sartre – a atribuição de Bernardo Kucinsky ao estilo de *Realidade* e de seus profissionais fora extremamente feliz.

Um limite tenso e polêmico que se procurou explorar aqui foi o da relação entre Jornalismo e Literatura, narrativa e ficção. Tanto o Jornalismo, a Literatura como qualquer campo de conhecimento científico aplicam a idéia do *princípio da suspensão da descrença* para conferir legitimidade àquilo que é dito, entrando assim numa espécie de acordo entre leitura e discurso. A dubiedade da forma e do conteúdo, aos olhos do autor desse trabalho, só pôde ser en-

tendida a partir de um comportamento alegórico das matérias, às vezes beirando a esquizofrenia, denunciando pelo contrário, pelo ridículo de certas situações traduzidas em texto de jornal, com personagens e falas caricatas (uso e abuso do *new journalism*). A ausência da denúncia direta, como já foi longamente enfatizado, não foi motivo para a falta de crítica. De certa maneira, esse trabalho adquiriu um aspecto enfadonhamente descritivo em muitos momentos para poder comprovar essa hipótese em quarenta e cinco edições da revista. Todavia, a alegoria bem como o que ainda sobrava de imaginação na Grande Imprensa, alcançou seu fim com data precisa em 13 de dezembro de 1968.

Isso não quer dizer que a denúncia se encerrou, apenas porque se perdeu um *locus* privilegiado materialmente. É a partir desse momento que cresce uma história bastante frutífera – mas também extremamente traumática – que é a da Imprensa Alternativa.

Recentemente, em entrevista concedida ao canal GNT, quando questionado se a época da ditadura foi um momento privilegiado da cultura e da língua brasileira, pelo uso das metáforas, metonímias e outros subterfúgios para escapar da censura e da prisão, Chico Buarque franziu o cenho e negou veementemente a invectiva, dizendo que o melhor seria ter dito tudo o que se pensava, de uma só vez. Destarte, há que se questionar a efetividade prática e histórica do que se significou a sofisticação do texto, a alegorização imagética das palavras para representar a realidade, em seus diversos âmbitos.

A Imprensa Alternativa buscou esse espaço onde havia apenas silêncio e colaboração. *Pasquim*, *Flor do Mal*, *Pif-Paf*, *Movimento*, *Coojornal* dentre muitos outros são iniciativas extremamente paradigmáticas dessa tentativa e da negativa do compositor e escritor, também um protagonista daquela história.

*Bondinho*, *Ex-*, *Extra-Realidade Brasileira*, *Panorama*, *Jornalivro* e *Grilo* são alguns dos frutos de *Realidade* nos anos 1970, tendo seus ex-profissionais da primeira geração neles escrito, dito, alfinetado e calados pela censura prévia. É possível dizer que a ramificação também se estende a *Movimento* e *Em Tempo*, pois lá estavam Raimundo Pereira e Duarte Pacheco, jornalistas que integraram a redação da *Abril* por algum tempo, tendo sido os primeiros a sair por conta militância política (o caso da *Ação Popular*). O que há de comum nessas publicações, principalmente nas primeiras, é a manutenção do estilo de reportagem adotado em *Realidade*. *Bondinho* começa como revista de classe média, dis-

tribuído pelo Grupo Pão de Açúcar em suas lojas (através das relações de amizade entre Narciso Kalili e Luiz Carlos Bresser Pereira, então alto funcionário do Grupo) e depois se torna um veículo contracultural vendido nas bancas. *Jornalivro* explora a inovação da forma e conteúdo do *new journalism*, chegando a publicar contos e romances inteiros na forma e no papel de jornal, barateando o custo da produção editorial do gênero literário no país. *Grilo* nasce como uma revista de quadrinhos underground, publicando o que havia de melhor no gênero no Brasil e nos EUA. *Ex-* é a síntese irônica de tudo: *EX- Realidade*, *Ex-Bondinho*, *Ex-Grilo*, *Ex-profissionais* bem vistos e bem remunerados pela Grande Imprensa, que caíram na marginalidade.

Se for verdadeira a fórmula de que *Realidade* era o resultado da combinação de produto de mercado bem estruturado (dinheiro, salários altos, pesquisa etc.) aliado a profissionais excepcionais, fica demonstrada a trajetória do grupo nos anos 70, que permanece em sua maioria junto, criando, escrevendo e morrendo rapidamente. Apenas José Hamilton Ribeiro, José Carlos Marão e Mylton Severiano da Silva retornam a integrar a redação da revista na década seguinte. Luiz Fernando Mercadante dela nunca saiu. O resto, que se declarou com clara militância política, mergulhou na clandestinidade da informação e no mundo alternativo. Bernardo Kucinsky, com seu trabalho excepcional, tece as redes das histórias de vida daquele grupo coeso, que passou a ser mal visto no meio profissional, não conseguindo trabalho, por começar a viver, de fato, a década de maneira existencialista, niilista quase: praticando amor-livre, experimentando drogas, morando junto num casarão do centro de São Paulo etc. Até que boa parte do grupo será absorvida pela TV Cultura, São Paulo, reduto na televisão de espaço alternativo e jornalistas militantes.

A história de *Realidade*, em seus primeiros anos, é a história de uma época, com seus limites, suas dúvidas, suas impotências e sua importância. Esse trabalho é apenas uma modesta contribuição ao estudo dessa época. Ainda há que se fazer muito mais.



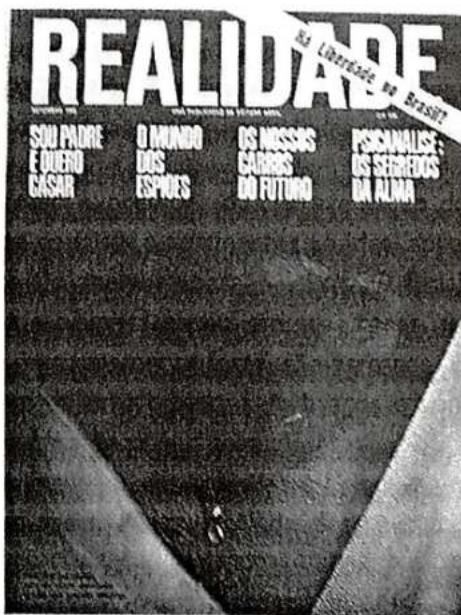
## Anexo I: As Imagens da Realidade

Tentou-se ler as imagens também como expressões da representação do real. O ano de 1966 traz imagens bastante concisas e pertinentes ao ideal apresentado por Victor Civita em seu texto de abertura para o leitor. O Brasil Grande, inovador, ainda não descoberto e otimista estava em suas capas. As únicas fotos que destoam dessa imagem, extremamente forte, são as capas de agosto e setembro, que trazem a imagem de uma boneca sem braços e com um faixa de vencedora de Concurso de *Miss Brasil* e a foto de parte de um rosto chorando, referindo-se aos regimes fechados das sociedades orientais, na visão ocidental, respectivamente. Mesmo assim, é um ideal de descoberta e revelação.

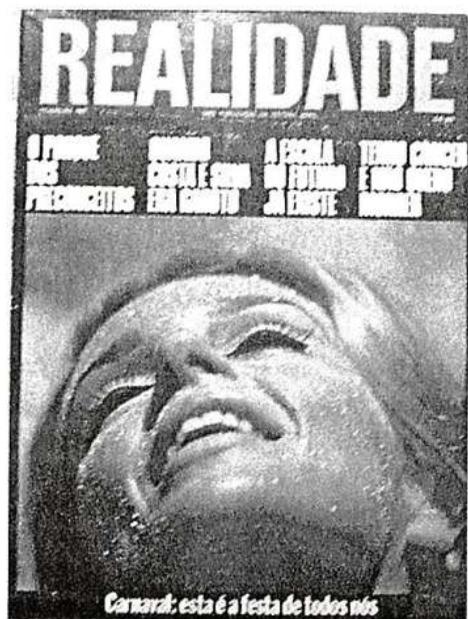
Já 1967 apresenta-se como o ano da crítica comportamental que está em voga. Todas as capas daquele ano buscam impactar os olhos com os assuntos polêmicos referentes a: sexualidade; papel da mulher na sociedade brasileira; religião e seus mitos; racismo velado no Brasil e explícito nos EUA; drogas; um retrato instantâneo da juventude em seus diversos aspectos; renúncia de Jânio Quadros; o novo método da educação, baseado na liberdade da criança; a tecnologia da reprodução humana e do anti-americanismo.

No ano seguinte, os assuntos da Guerra do Vietnã e das Revoltas Estudantis dão o tom. A crítica comportamental, aliada à vendagem daqueles temas, se torna mais acirrada e clara. É o momento generalizado de alcance de limite entre o dizer e o interdito, tanto para a ditadura militar como para seus opositores. 1968 é o ano de morte do discurso alegórico em *Realidade* e de um estilo de crítica. Daí para frente, os embates se tornaram diretos – com a ascensão da Imprensa Alternativa e a tomada em armas, privilegiando a ação política – e a Grande Imprensa iniciará a fase que foi caracterizada aqui como *Silêncio* e *Colaboração*. Entretanto, há as capas de *Veja* e *leia* ainda. Esta publicação será muito mais incisiva e direta, haja visto seu propósito expresso por Civita, que se procurou analisar no capítulo 4. Será um novo momento, mas que também terá meses de vida. A apresentação das capas comprova isso.

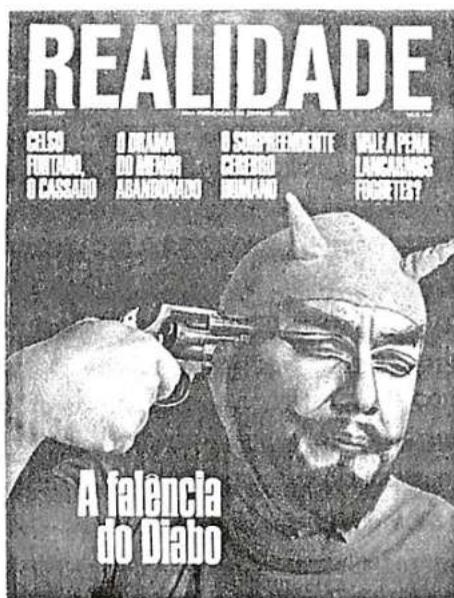
1969 e 1970 são demonstrações de ostracismo da crítica e banalização do discurso em *Realidade*. Nesse momento, acentua-se o caráter de variedades, que está expresso no anexo 4. Guias de comportamento sexual, teste de fidelidade, melhor maneira de aplicar dinheiro etc. Pouco se fala de política nacional ou temas mais explosivos do momento. Além desse papel já ter sido atribuído a *Veja*, não havia mais profissionais engajados de maneira semelhante como nos anos anteriores, nem mesmo a possibilidade de expressar resquícios desse engajamento. O Brasil apareceria, a partir daquele momento, como o *País Grande, A Grande Nação Integrada*, um ideal da década de 1970 da ditadura cívico-militar.



Capas referente aos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro de 1966.



Capas referente ao meses de fevereiro, março, abril e maio de 1967.



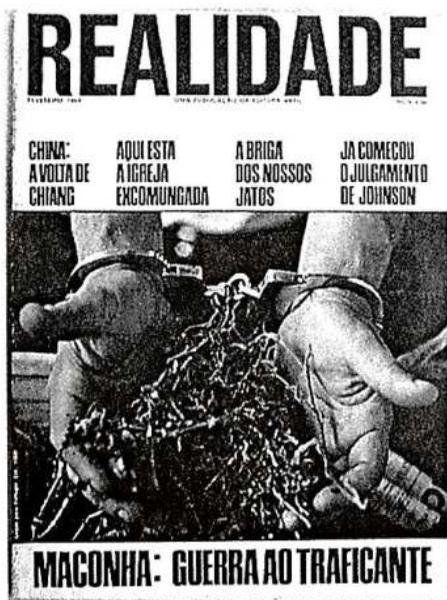
Capas referente ao meses de julho, agosto, novembro e dezembro de 1967.



Janeiro de 1968.



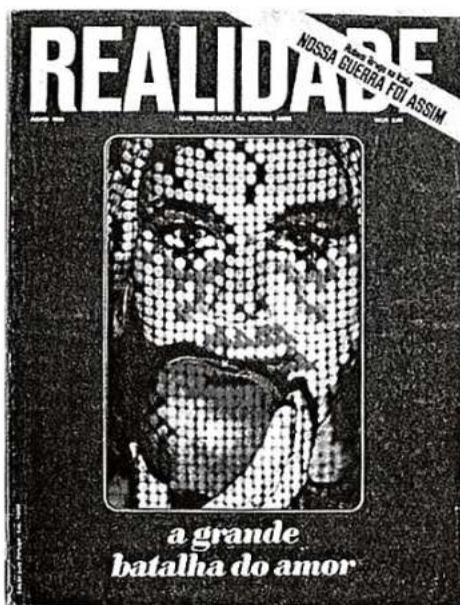
Outubro de 1968.



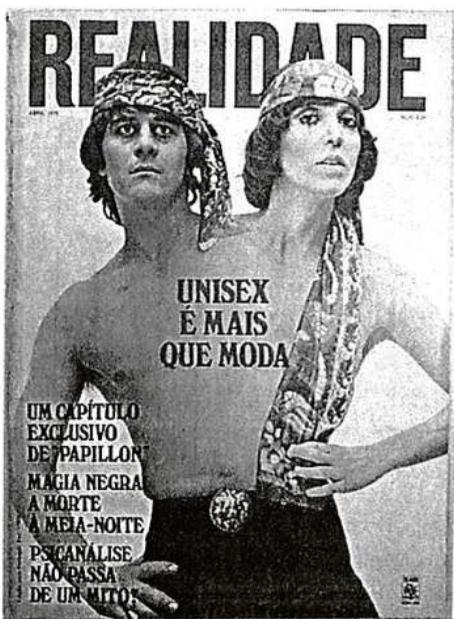
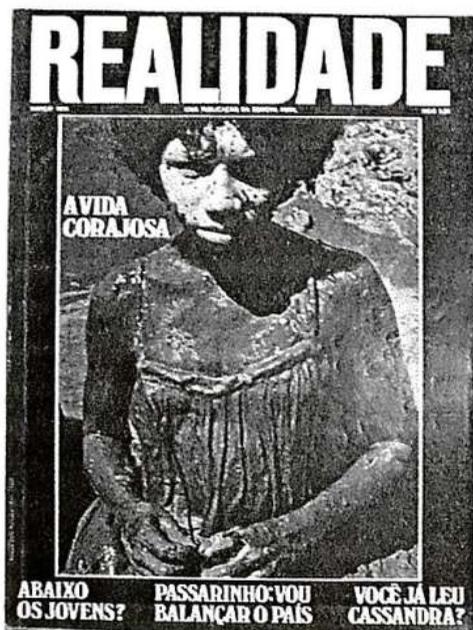
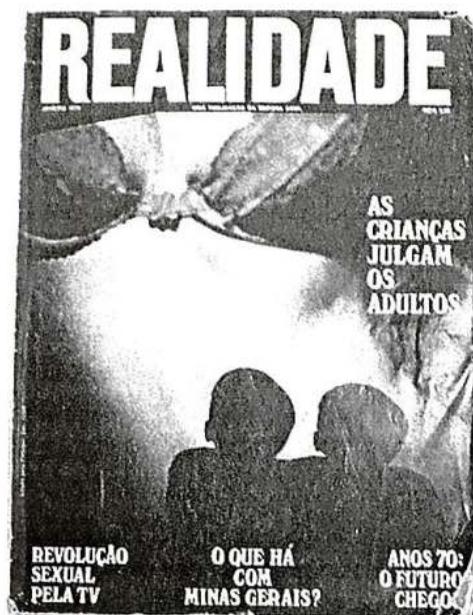
Fevereiro de 1969



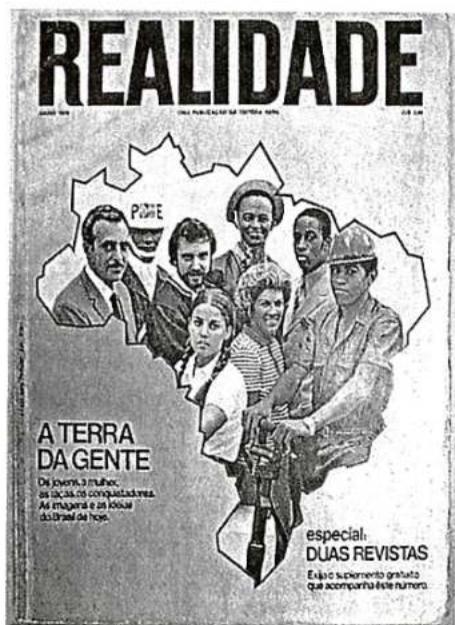
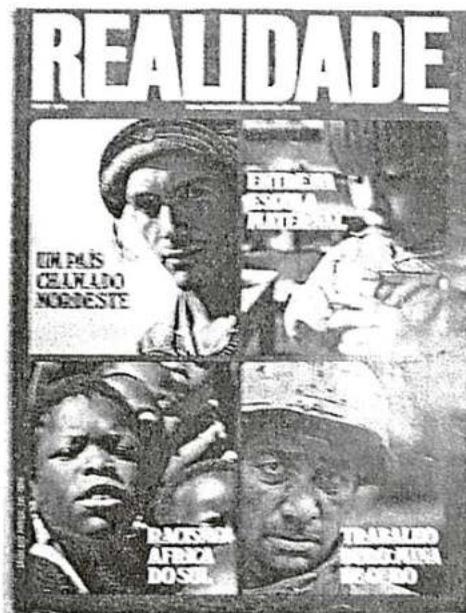
Março de 1969.



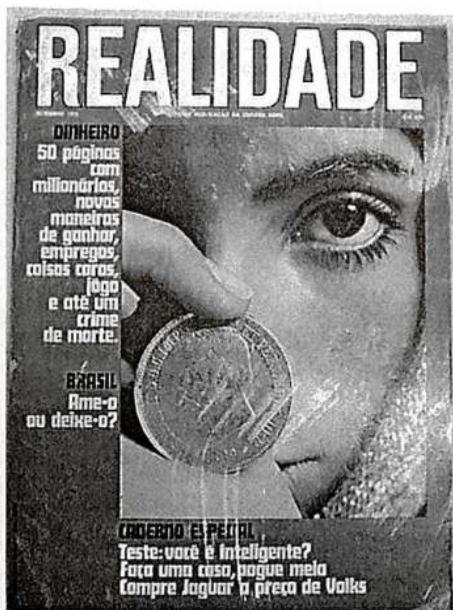
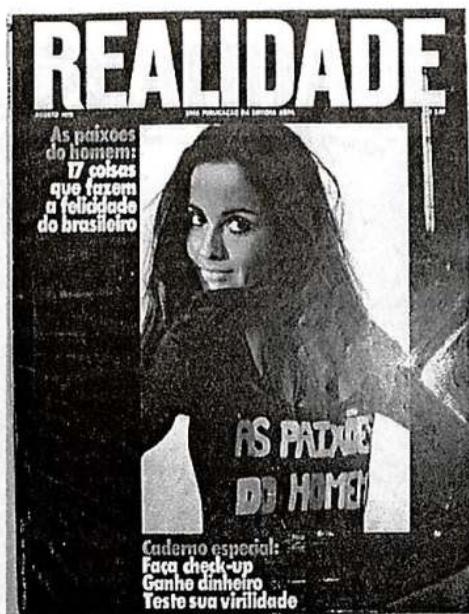
Capas referente ao meses de abril, maio, junho e julho de 1969.



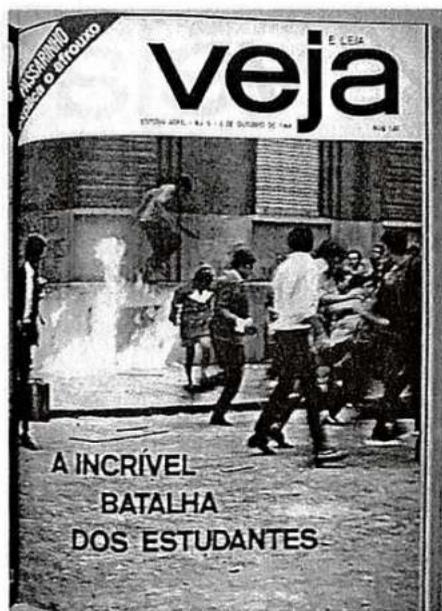
Capas referente ao meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 1970.



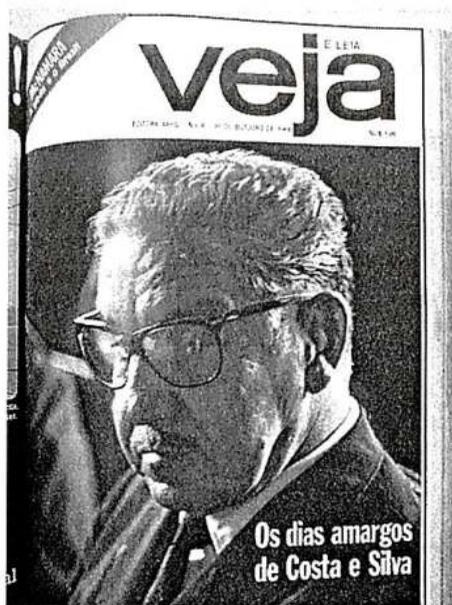
Capas referente ao meses de maio, junho, julho e edição especial de julho de 1970.



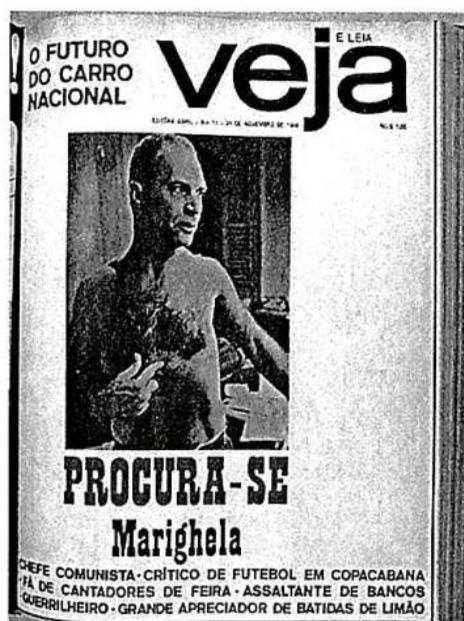
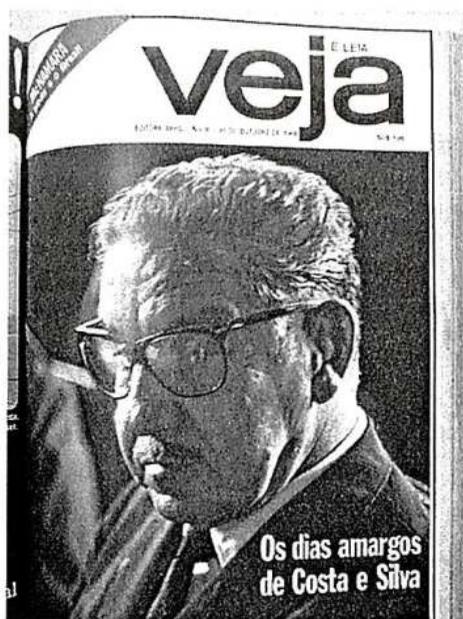
Capas referente ao meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 1970.



Capas referente a 10/09, 18/09, 25/09 e 02/10 de 1968.



Capas referente a 16/10, 30/10, 13/11 e 20/11 de 1968.



Capas referente a 16/10, 30/10, 13/11 e 20/11 de 1968.



Capas referente a 04/12/68, 03/09, 10/09 e 03/12 de 1969.

# veja

E LEIA

EDITORA ABRE - Nº 15 - 18 DE DEZEMBRO DE 1968

N.º 1,00



O general Costa e Silva fotografado sozinho no Congresso Nacional após o AI-5. Esta capa da VEJA, (18/12/1968), ocasionou a demissão de toda a equipe original de jornalistas e a implantação de censura prévia na redação.

Era um país subdesenvolvido  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido (bis)  
E passado o período colonial,  
O país passou a ser um bom quintal.  
E depois de dada a conta a Portugal  
Instalou-se o latifúndio nacional .. (Ai)  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido.  
Então o bravo brasileiro (iehéé),  
Em perigos e guerras esforçados (iehéé),  
Mais que prometia a força humana  
Plantou couve, colheu banana.  
Bravo esforço do povo brasileiro  
Mandou vir capital lá do estrangeiro.  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido.  
As nações do mundo para cá mandaram  
Seus capitais tão desinteressados.  
As nações coitadas só queriam ajudar, não é?  
Aquele ilha velha não roubou ninguém,  
País de poucas terras só nos fez um bem  
Um Big Ben  
Um big ben , bom, bem, bom  
Nos deu luz (ah)  
Tirou ouro (oh)  
Nos deu trem (ah)  
Mas levou o nosso tesouro  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido.  
Mas data houve em que se acabaram os tempos duros e sofridos  
Porque um dia aqui chegaram os capitais dos países amigos.  
País amigo, desenvolvido,  
País amigo, país amigo,  
Amigo do subdesenvolvido  
País amigo, país amigo.  
E os nossos amigos americanos  
Com muita fé, com muita fé,  
Nos deram dinheiro e nós plantamos  
Só café, só café.  
É uma terra em que se plantando tudo dá.  
Pode-se plantar tudo que quiser  
Mas eles resolveram que nós devíamos plantar  
Só café, só café

Bento que bento o frade, frade.  
Na boca do forno, forno.  
Tirai um bolo, bolo  
Fareis tudo que seu mestre mandar?  
Faremos todos, faremos todos, faremos todos.  
Começaram a nos vender e nos comprar.  
Comprar borracha, vender pneu.  
Comprar minério, vender navio.  
Pra nossa vela, vender pavio.  
Só mandaram o que sobrou de lá:  
Matéria plástica, que entusiástica,  
Que coisa elástica, que coisa drástica,  
Rock balada, filme de mocinho,  
Ar refrigerado e chiclete de bola (pop)  
E coca cola.  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido.  
O povo brasileiro tem personalidade.  
Não se impressiona com facilidade  
Embora pense como americano  
"Uuuuuuu, I'm going to kill that indian before he kills me (pinim...)  
Embora dance como americano  
Ta-ta-ta-ta, ta-ta-ta-ta  
Embora cante como americano  
Eh boi, lá, lá, lá,  
Eh roçado bão, lá, lá, lá,  
O melhor do meu sertão, lá, lá, lá  
Comeram o boi.  
O povo brasileiro, embora pense, cante e dance como americano  
Não come como americano,  
Não bebe como americano,  
Vive menos, sofre mais  
Isso é muito importante  
Muito mais do que importante  
Pois difere o brasileiro dos demais  
Personalidade, personalidade, personalidade sem igual,  
Porém,  
Subdesenvolvida, subdesenvolvida,  
Essa é que é a vida nacional".

## Notícias de Jornais

Esta parte do Anexo II serve para apresentar o quadro de envolvimento da Grande Imprensa com o golpe cívico-militar de 1964. Não é a intenção deste trabalho fazer julgamentos, mas apresentar fatos. Demonstrar como se dá a construção do discurso de colaboração e ufanismo e, *a posteriori*, de cobranças e insatisfação. *Perceber-se-á, pelos excertos abaixo, que um setor da Imprensa emitiu uma folha de cheque em branco para a Revolução, com fundos ilimitados, baseados na esperança da barragem da baderna e o asseguro da ordem constitucional. Os prognósticos de um novo tempo, da reconstrução de um país e até mesmo o do fim da ditadura vigente do presidente caudilho são mote de todos, com maior ou menor virulência e clareza de momento ou posição de classe.* Matérias e memória se entrelaçam mostrando os descaminhos da História e dos compromissos de uma classe com seus interesses explícitos ou caricatos, cômicos ou fascistas. A fonte para esse item é extremamente insuspeita. Trata-se da edição nº 381 da Revista do Clube Militar Brasileiro, ano 74, de março de 2001. Intitulada *Homenagem a 31 de março de 1964*, a publicação se presta a tentar contar a História do Brasil, naqueles anos, do ponto de vista militar. Melhor dizendo: *do ponto de vista dos militares que efetuaram a Gloriosa Revolução de 1964, procurando desmistificar o discurso terrorista da esquerda comunista.* É justamente neste sentido que a revista se vale das páginas 4 a 18 (num total de 36, ou seja: pouco mais de 1/3) desta edição, para fazer uso de editoriais de jornais famosos dos grandes grupos empresariais, que se posicionaram favoravelmente ao golpe. A seleção da revista foi: *O Globo, Correio do Povo, Folha de São Paulo, O Estado de Minas, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Folha da Tarde e Correio da Manhã.* Seguem-se excertos de alguns dos editoriais que o autor desse trabalho julgou mais interessantes. A utilização de trechos se deve ao fato de serem muitos textos (e muito longos). Todavia, a revista é pública, se encontra em bibliotecas (inclusive no IFCH), podendo ser consultada, caso haja curiosidade ou dúvidas quanto ao distanciamento do pesquisador:

**“Ressurge a Democracia” – O Globo (02/04/1964)**

“Vive a Nação dias gloriosos.

Porque souberam-se unir todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem.(...).

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção ao grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.(...).

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. (...).

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.” (sic).

### **“A Nação Unida às Forças Armadas” – O Globo (31/03/1964)**

“EM MEIO a luta que vem travando, na defesa da sobrevivência de suas corporações – ameaçadas pelos golpes assestados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina – os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.

O POVO percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista... Para o êxito do processo desencadeado pelos vermelhos, é indispensável a supressão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Por isto se unem todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não seriam o início do fim, mas pela indignada e justificada reação que provocaram, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos poder levar à anarquia e à guerra civil.

COMO DISSEMOS muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desprezitar. A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as instituições, ou uma garantia para que os agentes da subversão atuem sem serem incomodados (...).

TODOS têm a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que à sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição” (sic).

**“Um ano: Saldo Favorável” – Folha de São Paulo (31/03/1965)**

“Duas coisas ninguém sinceramente negará: a oportunidade de movimento de 31 de Março, que em tempo deteve a acelerada marcha do País para a anarquia, e o saldo favorável que a Revolução apresenta, ao fim de um ano caracterizado por não poucas dificuldades.

Tendo-se autolimitado quanto aos seus poderes, a Revolução estabeleceu prazos relativamente curtos para a ação drástica, que pudesse fazer-se contra determinados princípios, temporariamente suspensos, da Constituição Federal. Esse período constituiu a fase por assim dizer punitiva e saneadora, na qual o governo afastou da vida política determinadas pessoas e contra outras instaurou inquéritos e processos. A pressa, e, talvez mesmo, a indecisão e a pouca informação observada nesses primeiros tempos, contribuíram, às vezes, para tumultuar os processos, vários dos quais estão sendo agora contestados e criticados pelos mais altos tribunais do País. Não se pode, todavia afirmar que tenha havido insensibilidade dos responsáveis por essa fase punitiva, mas há fundadas razões para afirmar que, por vezes, foram eles envolvidos de boa-fé, por interessados em fazer suas revoluções pessoais, perseguindo adversários políticos ou mesmo colegas e companheiros.

Grave erro foi o Ato Institucional que criou os meios de ação drástica da fase punitiva, atribuir aos governadores dos Estados a faculdade de aplicar-lhe as sanções, pois esses governadores, ainda mesmo quando alegadamente integrada na Revolução, nem sempre tinham condições para ação isenta das paixões (...).” (sic).

**“Desgoverno e legalidade” – Jornal do Brasil (31/03/1964)**

“Num País em que o trabalho parou e em que qualquer atentado à ordem parece possível e até mesmo glorificado, o Presidente da República, no discurso de ontem aos sargentos e suboficiais, deu mais a impressão de um homem perdido num processo que se acelera dia a dia, do que de um comandante desse processo. O processo, são e natural, é o do amadurecimento de um Brasil que se quer grande, forte, consciente de suas responsabilidades para com os brasileiros e para com o mundo. As reivindicações populares, o desejo de reforma não assustam a grande maioria do povo brasileiro. Ao contrário, que foi a avassaladora eleição do Sr. Jânio Quadros, senão a prova cabal e apaixonada desse desejo de reformas? Metade do eleitorado brasileiro se manifestou, apesar dos riscos inerentes à eleição de um homem temperamentalmente um tanto imprevisível, favorável a um Brasil novo, corajoso na reforma interna, independente na sua política externa. Mas, sobretudo, democrático.

E tão democrático era o alicerce do desejo reformista brasileiro, que o eleitorado não somente elegeu o Sr. Jânio Quadros: confirmou no poder o seu Vice-presidente, Sr. João Goulart. E apesar de o Sr. João Goulart se voltar no discurso de ontem, com tanta virulência, contra a imprensa que lhe defendeu a posse em 1961 e o plebiscito que lhe restituiu os poderes presidencialistas, não conseguirá apagar a demonstração de vitalidade democrática que, fechando os olhos a muitas repugnâncias, o colocou em nome da legalidade, na Presidência da República.

Agora, temos o espetáculo do timoneiro perdido na tormenta, cavando o túmulo da democracia e o seu próprio. Quem quisesse preparar um Brasil nitidamente comunista não agiria de maneira tão fulminante quanto a do Sr. João Goulart a partir do comício de 13 de março. No comício, como no discurso de ontem, o Presidente feriu com insistência a tecla de que, agora está fazendo alguma coisa, que agora não mais o podem acusar de não propor reformas, de que está governando de verdade. Pois saiba que jamais deu menos a impressão de governar.(...).

(...) Mas não parece estar lendo texto seu e sim manifestos muito mais sombrios, de áreas colocadas na ilegalidade em 1947. Seu prestigiamento da indisciplina nas Forças Armadas, como se falasse ao CGT, como se falasse a

não sabemos que grupos de agitadores cuja função fosse usar as armas sagradas da República para reivindicações trabalhistas. Nenhum regime resiste à desordem nas suas Forças Armadas. Isto não é programa de Governo. É um projeto de caos. (...).

(...) Nem ele próprio, nem seus auxiliares imediatos parecem governar essa anarquia que já se abre sobre o País, numa espécie de cogumelo atômico. Uma indisciplina alegre e irresponsável, um ambiente de fim de festa se estende sobre o País, que diariamente ouve insultos ao Congresso e ataques à ordem entre os soldados. Não se trata de uma atmosfera de reformas, não se trata nem mesmo de uma atmosfera de Revolução organizada. Ou ainda não. Trata-se exatamente de uma espécie de preparo de terreno, de desmoralização do País para alguma invasão.(...).

O Brasil acelerou a sua marcha. Mas parece ter perdido o rumo. Convença-se o Presidente de que agitar os outros e se agitar a si mesmo não é governar. Lamentamos repetir: o Presidente continua não governando, e agora na ilegalidade.” (sic).

### **Fora da Lei – Jornal do Brasil (01/04/1964)**

“Desde ontem se instalou no País a verdadeira ilegalidade: aquela que através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares(...).

Só há uma legalidade – a legalidade contra a desordem e a desunião implantadas no País pelo Sr. João Goulart em sua desmedida e criminoso atuação política visando a continuar a qualquer preço no uso do Poder.

Conseguiu o candidato à tirania aquilo que parecia inteiramente afastado do futuro do Brasil democrático.

Conseguiu desunir a Federação, atentando, através de provocações sucessivas, contra a ordem constitucional.

É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente, atentar contra a Federação.(...).

Os réus pretendem-se transformar-se em acusadores.(...).

Os verdadeiros brasileiros já fizeram a sua escolha. Estão restabelecendo a legalidade democrática, reformista, sim, mas expurgada do objetivo de comunicação do Brasil. O reformismo do Sr. João Goulart é comunicação disfarçada em reformismo.

Por isso, o País se levanta e leva de roldão aqueles que ainda ocupam, como usurpadores, os palácios oficiais e usam sem direito, os selos e os timbres da República.(...).

Não há nada a temer.(...).

A legalidade está conosco.(...).

O Congresso será chamado a dizer quem substituirá o caudilho até as eleições de 1965, que assegurarão a continuidade do regime.

A legalidade está conosco – e não com o caudilho aliado dos comunistas. As opções estão feitas e vamos para a vitória” (sic).

#### **“São Paulo Repete 32” - Estado de São Paulo (01/04/1964)**

“(…) Obstinadamente surdo às advertências que então lhe fizeram os velhos combatentes de 1932 e os seus descendentes, entendeu o presidente da República afrontar mais uma vez o País, fazendo sua rebelião da marinhagem sediciosa. E sem medir as conseqüências desse flagrante acinte ao que a Nação tem de mais caro e digno de respeito, passou a prática de atos por meio dos quais se lhe afigurava possível completar a sua obra transformando as instituições vigentes naquela república sindicalista cuja visão incessantemente o persegue. Ora, quais foram esses atos? O primeiro e o mais grave de todos eles, foi assinar o decreto exonerando o general Amaury Kruel. Não era segredo para os que estavam a par do que se tramava nos corredores do Palácio da Esplanada ser esse um dos principais objetivos do Sr. Goulart. (...).

Como um só homem, São Paulo acha-se hoje em plena mobilização e, com o mesmo espírito de há três décadas atrás, levanta-se em defesa da Constituição vigente. Minas, desta vez, acha-se conosco (...) O Paraná, por seu turno, segundo boas informações que nos chegam, prepara-se também para seguir São Paulo e o grande Estado central mineiro na mais bela das campanhas até hoje registradas na história da democracia brasileira.

Tudo indica que, dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a Nação jamais se vergará às suas imposições(...) A ascensão de um caudilho ao poder supremo do País foi um simples incidente. Num pleito livre de que toda a comunhão brasileira participasse, jamais aquele que a todo custo pretende esmagar as instituições sob os escombros da República lograria chegar à posição a que guindou o desastre de agosto de 1961. A presença de V. Ex<sup>a</sup> ao Palácio da Alvorada deve-a unicamente a Nação a circunstâncias totalmente independentes de sua própria vontade.(...)” (sic).

#### **“A Conspiração” – Folha da Tarde (31/03/1964)**

“O povo brasileiro precisaria adquirir consciência de que certos fatos que hoje ocorrem no País não fazem parte dos métodos tradicionais de nossa política. São fatos de extrema gravidade, que acabarão por testar a própria capacidade de sobrevivência da Nação. Sempre tivemos as nossas disputas e antagonismos partidários. Mas nunca houve por parte de facções políticas em luta o propósito de destruir, de aniquilar certos valores e certas instituições, sem as quais tudo poderá submergir de forma irremediável. Vejamos esses fatos. Em primeiro lugar, temos a progressiva destruição da moeda. Esta já não existe como reserva de valor; e como medida de valor já se aproxima daquele ponto em que já não terá condições para desempenhar essa importante função. (...) Como instrumento de conspiração, não existe nada melhor do que a moeda: através dela pode-se promover o empobrecimento dos remediados e a miserabilização dos pobres. Cava-se assim uma divisão profunda entre as camadas sociais e instila-se o ódio entre o povo. É o que está acontecendo no Brasil. Temos, a seguir, a destruição das Forças Armadas. Aquilo que os inimigos externos nunca conseguiram começa a ser alcançado por elementos que atuam internamente, ou seja, dentro do próprio País.(...) Finalmente, há um terceiro fato, que se conjuga aos demais: a campanha desencadeada contra a Constituição.(...) Medite o povo, todos os cidadãos, velhos e jovens, homens e mulheres, acerca desses fatos que são evidentes, verídicos, palpáveis. Enganam-se os que

sacodem os ombros e dizem: nada tenho a perder. Se tudo isso significasse apenas a perda de bens materiais, de bens de fortuna, não seria de tudo para lamentar muito. Perde-se, porém muito mais do que isso: perde-se e de maneira definitiva a esperança de que todo o povo brasileiro possa um dia viver uma vida digna de ser vivida.” (sic).

**“Basta!” – Correio da Manhã (31/03/1964)**

“ Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intransigibilidade e insegurança presente na classe produtora? Até quando pretende levar ao desespero, por meio da inflação e do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? (...).

Basta de farsa. Basta de guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.

Quase todas as medidas adotadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.(...).

A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.

Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o Sr. João Goulart não tem capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o Sr. Goulart termine seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para

isto, o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem o golpe nem contra-golpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais da sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestação do pensamento, abrindo o caminho da ditadura(...).

O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!" (sic).

### **“Fora!” – Correio da Manhã (31/03/1964)**

“A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos o Brasil agüentou um Governo que paralisou seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

Isto significou um crime de alta traição contra o Regime, contra a República, que ele jurou defender.

O Sr. João Goulart iniciou a sedição no País. Não é possível continuar no poder. Jogou civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboçou no território nacional.

Por ambição pessoal, pois sabemos que o Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no governo a qualquer preço.

Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas. (...).

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.(...) Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio governo atual, opomos a bandeira da legalidade.(...).

Nós, do Correio da Manhã, defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. (...).

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las." (sic).

## Anexo III: Jornalistas e Colaboradores

### Legenda dos símbolos:

(+): Aparece o nome pela primeira vez na edição. Passa a fazer parte da redação.

(-): Não faz mais parte da equipe de *Realidade* a partir daquela edição.

(x): Troca de posição na hierarquia ou atribuições na redação.

----: Sem alterações

### 1966

Abril: Redator-chefe: Paulo Patarra;

Editor de Texto: Sérgio de Souza;

Redatores: Carlos Azevedo, Micheline Gaggio Frank, Narciso Kalili, José Carlos Marão, Luiz Fernando Mercadante, Hideo Naga;

Pesquisa: Duarte Lago Pacheco;

Fotógrafos: Roger Bester, Walter Firmo, Lew Parrela;

Sucursal do Rio: Alessandro Porro, Milton Coelho, Nelson di Rago.

Maio

(+) Redatores: José Hamilton Ribeiro, (-) Hideo Naga;

(+) Fotógrafos: Luigi Mamprim, Jorge Butsuem; (-) Walter Firmo.

Junho: ----

Julho: ----

Agosto: (+) Redatores: Roberto Freire.

Setembro: ----

Outubro: (+) Redatores: Mylton Severiano da Silva.

Novembro: (+) Fotógrafos: Geraldo Mori; (+) Sucursal do Rio: Paulo Henrique Amorim.

Dezembro: ----

**1967**

Janeiro: (+) Redatores: Lúcio Nunes

Fevereiro: ----

Março: (-) Pesquisa: Duarte Pacheco; (+) Pesquisa: Norma Freire.

Abril: (x) Redatores: Paulo Henrique Amorim.

Maio: ----

Junho: ----

Julho: (x) Roteiro, editor: Paulo Henrique Amorim; (+) Indicações: Léo Gilson Ribeiro; (+) Revisão: Odacir de Mattos.

Agosto: (-) Redatores: Lúcio Nunes (morte).

Setembro: (+) Redatores: Eurico Andrade, Hamilton Almeida; (+) Fotógrafos: Cláudia Andujar; (+) Repórter: Carlos Alberto Libânio Christo [Frei Betto].

Outubro: (+) Colaborador: João Antônio.

Novembro: ----

Dezembro: (+) Colaborador: José Sarney.

**1968**

Janeiro: (+) Diretor: Odylo Costa Filho; (+) Sucursal do Rio: Henrique Caban, Milton Temer.

Fevereiro: (+) Pesquisa: Josette Balsa; (+) Colaborador: Ziraldo.

Março: (x) Diretor: Luís Carta; (+) Editor de Reportagem: Luís Fernando Mercadante; (+) Colaborador: Oriana Fallaci.

Abril: (-) Redator: Hamilton Almeida.

Maio: ----

Junho: (+) Redatores: Otoniel Santos Pereira e Mylton Severiano da Silva; (+) Repórteres: Carlos Azevedo, Eurico Andrade, Hamilton Ribeiro, José Carlos Marão, Roberto Freire, Hedyl Valle Júnior, João Antônio Ferreira, Marcos de Castro; (x) Roteiro: Luís Weiss; (x) Indicações: Carlos de Queiroz Telles; (+) Pesquisa: Octávia Yamashita; (-) Fotógrafos: Geraldo Mori (morte).

Julho: (-) Pesquisa: Norma Freire; (+) Sucursal do Rio: Milton Coelho, Milton Temer;

(-) Fotógrafos: Lew Parrela e Roger Bester.

Agosto: ----

Setembro: (+) Repórteres: Dirceu Soares; (+) Fotógrafos: George Love.

Outubro: (+) Colaborador: Chico Anísio.

Novembro: ----

Dezembro: (x) Redator-chefe: Milton Coelho; (x) Redatores e repórteres: Décio Bar, Dirceu Soares, Eurico Andrade, João Antônio, José Carlos Marão, Laís de Castro, Talvani Guedes; (+) Fotógrafos: Francisco Nelson.

## **1969**

Janeiro: (+) Vice-diretor: Paulo Mendonça; (+) Editor de Texto: Maurício Azevedo; (+) Redatores e repórteres: Henrique Coutinho; (-) Revisão: Odacir de Mattos; (+) Fotógrafos: Jean Solari.

Fevereiro: (+) Repórteres: José Pessoa, Judith Patarra, Nemércio Nogueira, Rodolfo Oswaldo.

Março: ----

Abril: (+) Redatores e Repórteres: Hamilton Ribeiro, Roberto Müller Filho; (+) Colaborador: Nelson Rodrigues; (+) Bureaux.

Maio: ----

Junho: ----

Julho: (+) Colaborador: Rubem Braga; (+) Redatores: José Carlos Marão.

Agosto: ----

Setembro: (x) Repórter Principal: Hamilton Ribeiro; (+) Redatores e repórteres: Antônio Alberto Prado, Jorge Andrade.

Outubro: ----

Novembro: (x) Redator-chefe: Luís Fernando Mercadante; (+) Editores: Hamilton Ribeiro, Mylton Severiano da Silva.

Dezembro: (+) Redatores: Audálio Dantas.

## Anexo IV: Distribuição de Matérias

Arbitrariamente nesta monografia, dividiu-se para fins de prova, os assuntos de *Realidade* em quatro seções: Nacionais, Internacionais, Variedades e Especiais. Os dois últimos referem-se a matérias que não tinham qualquer particularidade com questões de âmbito nacional ou internacional nos planos político ou econômicos. Tratam-se das *Variedades* como matérias relacionadas a Saúde, Educação, Comportamento Sexual, Alimentos etc. Os assuntos *Especiais* são contribuições externas à revista, tais como contos, trechos de romances, dossiês, pesquisas etc.

Essa divisão foi feita para tentar entender, se possível, qual o caráter da revista, qual a sua linha editorial. Como se pode perceber, abaixo, *Realidade* é fundamentalmente uma revista de assuntos gerais, não se pautando por política ou economia como motes. Isso fica batente também pela bibliografia consultada, referido-se sempre ao esquema dos doze assuntos. Todavia, a partir de 1969, Política e Economia simplesmente desaparecem ou diminuem (representados pelas colunas de Temas Nacionais e Internacionais), aumentando o espaço dedicado a assuntos frugais.

EDIÇÃO	MÊS	PREÇO	NACIONAIS	INTERNA-CIONAIS	VARIEDA-DES	ESPECIAIS	MATÉRIAS
1	abr/66	Cr\$ 700	4	2	6	2	14
2	mai/66	Cr\$ 700	3	2	7	2	14
3	jun/66	Cr\$ 700	2	2	6	2	14
4	jul/66	Cr\$ 700	5	1	6	0	12
5	ago/66	Cr\$ 700	1	2	7	1	12
6	set/66	Cr\$ 700	4	0	7	0	12
4	out/66	Cr\$ 800	3	2	7	0	12
8	nov/66	Cr\$ 800	4	0	6	2	12
9	dez/66	Cr\$ 800	3	1	8	0	12

10	jan/67	Cr\$ 800	4	0	7	1	12
11	fev/67	Cr\$ 800	2	0	10	0	12
12	mar/67	NCr\$1,00	2	0	8	1	12
13	abr/67	NCr\$1,00	5	0	7	1	13
14	mai/67	NCr\$1,00	3	1	7	1	12
15	jun/67	NCr\$1,00	4	1	6	1	12
16	jul/67	NCr\$1,00	1	1	10	0	12
17	ago/67	NCr\$1,00	4	0	7	0	12
18	set/67	NCr\$1,00	7	0	5	1	13
19	out/67	NCr\$1,00	1	3	6	2	12
20	nov/67	NCr\$1,20	1	1	9	2	13
21	dez/67	NCr\$1,20	2	1	10	0	13
22	jan/68	NCr\$1,20	1	1	10	0	12
23	fev/68	NCr\$1,20	2	1	9	0	12
24	mar/68	NCr\$1,20	1	3	7	0	12
25	abr/68	NCr\$1,20	1	3	7	1	12
26	mai/68	NCr\$ 1,50	1	4	7	0	12
27	jun/68	NCr\$ 1,50	1	2	9	0	12
28	jul/68	NCr\$ 1,50	1	2	9	1	13
29	ago/68	NCr\$ 1,50	3	3	6	0	12
30	set/68	NCr\$ 1,50	1	3	9	0	13
31	out/68	NCr\$ 1,50	2	1	9	0	12
32	nov/68	NCr\$ 1,50	1	3	5	1	12
33	dez/68	NCr\$ 2,00	1	2	10	1	12
34	jan/69	NCr\$ 2,00	2	2	9	0	12
35	fev/69	NCr\$ 2,00	1	3	8	0	12

36	mar/69	NCr\$ 2,00	0	1	11	0	12
37	abr/69	NCr\$ 2,00	1	2	9	0	12
38	mai/69	NCr\$ 2,00	0	3	9	0	12
39	jun/69	NCr\$ 2,00	1	3	8	1	12
40	jul/69	NCr\$ 2,00	2	1	8	1	12
41	ago/69	NCr\$ 2,00	1	3	9	0	12
42	set/69	NCr\$2,50	0	1	11	1	13
43	out/69	NCr\$2,50	0	1	11	0	12
44	nov/69	NCr\$2,50	1	1	10	0	12
45	dez/69	NCr\$2,50	1	0	10	1	11



## Fontes Consultadas

### Fontes Primárias:

Revistas REALIDADE, SP: Editora Abril. 45 edições, abril/1966 – dezembro/1969.

### Teses, monografias e artigos sobre REALIDADE:

BARZOTTO, Valdir Heitor. *Leitura de Revistas Periódicas: forma, texto e discurso: um estudo sobre a Revista Realidade (1966-1976)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Linguística da UNICAMP, 1998.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Profissão: Repórter – Entrevista Myltainho*. Entrevista concedida em 30/03/2001. [<http://www.geocities.com/reportagens/exclusivas/myltainho.htm>]

FARO, José Salvador. “A Imprensa Brasileira e a Revista Realidade”, 1997. Paper apresentado a Asociación Latinoamericana de Investigadores de La Comunicación [[www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/14gt/José%20S.rtf](http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/14gt/José%20S.rtf)].

FILHO, Adalberto Leister. *A Realidade em revista: a revista REALIDADE*. Monografia de conclusão de curso em História apresentada ao Departamento de História da USP, 1997.

MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da UNICAMP, 1997.

MOREIRA, Roberto S.C. “A Revista Realidade e o Brasil dos anos 60” IN: MOUILLAUD, M. & PORTO, S. D. (orgs.). *O Jornal: da forma ao sentido*, Brasília: Paralelo 15, 1997.

## Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*, RJ: Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*, tradução: Walter Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, Maria Helena M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. São Paulo: Vozes, 1985.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*, SP: Difel, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Aula*, tradução: Leyla Perrone-Moisés, SP: Cultrix Editora, 1980;
- \_\_\_\_\_. *S/Z*, tradução: Lea Novaes, SP: Nova Fronteira
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*, SP: Brasiliense, 1985.
- BICUDO, Hélio P. *Meu Depoimento sobre o esquadrão da Morte*, SP: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de SP, 7ª ed., 1978.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BRESCIANI, Maria Stella & NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e (Res)sentimento: indagações para uma questão sensível*, Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 2001.
- Cadernos AEL N° 5: *Tempo de Ditadura*. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2002.
- CARNEIRO, Maria L. Tucci (org.). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*, SP: Pioneira, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Comunicação e Indústria Cultural*, SP: Cia. Editora Nacional/ EDUSP, 1971.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*, tradução: Hildegard Feist, SP: Cia. das Letras, 1994

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História do Nascimento das Prisões*, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*, SP: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História da Loucura na Idade Clássica*, SP: Perspectiva, 1972.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "Alegoria, Morte e Modernidade" IN: *História e Narração em Walter Benjamin*, SP: Ed. da UNICAMP/Perspectiva, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 6ªed., 1982.
- IANNI, Octávio. *Ensaio de Sociologia da Cultura*, RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Língua e Sociedade*, Col. Primeira Versão, vol. 84, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia e Literatura*, Col. Primeira Versão, vol. 72, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1997.
- KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, SP: Edusp, 2ªed., 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalista e Censores do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2001.
- LUKÁCS, Gyorgy. "Nota sobre o Romance". IN: NETTO, José Paulo (org.). *Georg Lukács: Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 20, SP: Ática, 1981.
- MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1979)*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARX, Karl. "O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte" IN: *Manuscritos Econômicos –Filosóficos e outros textos escolhidos*, Col. Os Pensadores, 4ª ed., SP: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Método da Economia Política: Terceira Parte*, Col. Primeira Versão, vol. 71, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1997.

- MATTOSO, Glaucio. *O que é Tortura?* São Paulo: Brasiliense; Col. Primeiros Passos, 1984.
- MELLO, Zuzana Homem de. *A Era dos Festivais: Uma parábola*, SP: Editora 34, 2003.
- MICELI, Sérgio. *A Noite da Madrinha*, SP: Perspectiva, 1972.
- MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*, RJ: Zahar, 1982.
- MORAES, João C.K.Q. de. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, Col. Trajetória, vol. 7 Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2001.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Memória Biográfica e Terrorismo de Estado: Brasil e Chile*. Campinas: IFCH; col. Primeira Versão; vol. 96; 2001.
- MOREIRA, Roberto S.C. *Teoria da Comunicação: Ideologia e Utopia*. RJ, Petrópolis: Vozes, 1979.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 -1974)*, SP: Ática, Coleção Ensaios, 1977.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*, SP: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Moderna Tradição Brasileira*, SP: Brasiliense, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*, SP: Martins Fontes, 1977.
- Projeto Brasil: Nunca Mais*, 12 tomos, 1985.
- RIDENTI, Marcelo S. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- SILVA, Mário A. M. & BAGATIM, Alessandra. *Documentos e Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política (1964-1982)*. Relatório Final de Pesquisa, 2003.
- SOSNOWSKI, Saul & SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: O trânsito da memória*. São Paulo: EDUSP 1988.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do Golpe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.